



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

CPI - FUNDOS DE PENSÃO			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1542/15	DATA: 27/08/2015	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 09h53min	TÉRMINO: 16h04min	PÁGINAS: 142

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
CARLOS ALBERTO CASER - Diretor-Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF.

SUMÁRIO
Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES
Houve exibição de imagens. Há palavras ou expressões ininteligíveis. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis e ininteligíveis. Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenções simultâneas ininteligíveis. A reunião foi suspensa e reaberta.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 5ª Reunião Ordinária da CPI dos Fundos de Pensão.

O Relator já comunicou que está a caminho. Vamos iniciar a reunião.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomada de depoimento dos Srs. Carlos Alberto Caser, Diretor-Presidente da Fundação dos Economiários Federais — FUNCEF; e Gueitiro Matsuo Genso, Diretor-Presidente da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil — PREVI.

Convido o Sr. Carlos Alberto Caser para tomar assento à mesa. Convido também a sua advogada para que possa acompanhá-lo. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar. O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser aparteados. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto à Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para as interpelações. Os autores dos requerimentos disporão de 5 minutos para as suas interpelações. Cada Deputado inscrito terá o prazo de 3 minutos para fazer as suas interpelações.

Para atender às formalidades legais, foi firmado, pelo depoente, termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem! Compromisso firmado e juramentado.

Com a palavra o Sr. Carlos Alberto Caser, por até 20 minutos, iniciando às 9h55min.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Deputado Efraim Filho, Presidente desta Comissão; Sr. Deputado Sergio Souza, Relator desta Comissão, na pessoa de V.Exas. eu quero cumprimentar todos os Deputados aqui presentes; Deputada Erika Kokay, na pessoa de quem quero cumprimentar todas as Sras. Deputadas aqui presentes; demais participantes, imprensa, participantes que estão aqui presentes, a todos o meu bom-dia. Inicialmente, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma breve apresentação minha, muito breve. Eu sou natural do Espírito Santo; nasci numa



cidade chamada Santa Teresa, no interior. Sou formado em História e Direito; ingressei na Caixa Econômica por concurso público, em 1982. Portanto, saí agora com o Programa de Aposentadoria Incentivada, em maio — 32 anos, quase 33 anos de Caixa Econômica. Fui eleito para o cargo de Conselheiro Deliberativo, em 2002, para a Fundação dos Economiários Federais; e, na sequência, assumi a Diretoria de Controladoria, indicado pelos conselheiros eleitos. Em 2006, eu assumi a Diretoria de Benefícios, eleito pelos participantes; e, em 2011, desde maio de 2011, assumi a Presidência da instituição, convidado, então, pelo Sr. Presidente Hereda, que, à época, havia assumido a Presidência da nossa patrocinadora, que é a Caixa Econômica. Feita, então, essa pequena introdução, Sr. Presidente, nós vamos passar aqui... Lucimara, você poderia chegar um pouquinho para lá? Obrigado. Nós temos aqui 20 minutos. Vamos passar um contexto geral da Fundação e, obviamente, na sequência, teremos as indagações de V.Exas. (*Segue-se exibição de imagens.*) A Fundação foi criada em 1977, portanto, tem 38 anos. A Fundação é um investidor de longo prazo. Isso é um fato, absolutamente, relevante. Quer dizer, costume dizer que a pessoa ingressa na Fundação e só sai da Fundação quando vai para o outro plano. Porque ela até entra na patrocinadora e se aposenta, mas da Fundação ela não sai. Os patrocinadores são a Caixa — eu acho que aqui não funciona isso, não é? Os patrocinadores são a Caixa e a própria FUNCEF, que patrocina seus empregados. Temos três planos administrados, 138 mil participantes, sendo que, dos quais, quase 40 mil assistidos — é a palavra que está na lei. Portanto, aqui se entenda como aposentados e pensionistas. O patrimônio nosso, em maio, era quase de 56 bilhões de reais. Somos o terceiro fundo de pensão no Brasil em patrimônio e pagamos, no ano passado, 2 bilhões de benefícios. Aqui eu gostaria de ressaltar, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, os modelos de governança da nossa Fundação, que, certamente, é referência no mercado do segmento de fundos de pensão do nosso País. Nós temos uma Diretoria Executiva que é eleita. Três são indicados pela Caixa e três são eleitos, o que não está previsto na lei. Foi uma mudança do nosso Estatuto, em 2007. No Conselho Deliberativo, três eleitos e três indicados e, no Conselho Fiscal, dois eleitos e dois indicados. Vou pedir desculpas às mulheres, porque o pessoal da arte colocou só gravata aí, mas tem mulheres também nos colegiados. No próximo,



também só tem gravata. Além desses três órgãos colegiados paritários, nós temos Comitês de Benefícios, de Contabilidade e Auditoria, Investimentos e Ética. E esses comitês são comitês também tripartirdes. Eles possuem representantes da patrocinadora, possuem representantes da FUNCEF e possuem representantes indicados pelo CD, que é o Conselho Deliberativo, que nomeia e, normalmente, via conselheiros eleitos. Aqui há outro dado que eu considero bastante relevante. Como funciona, num fundo de pensão, no nosso fundo de pensão — a FUNCEF —, o processo de investimentos? Porque algumas pessoas podem imaginar, por desconhecimento às vezes, a própria sociedade, chega um investimento, e uma pessoa decide ou duas pessoas. Então, aqui, Sr. Presidente, nós temos todo um processo das áreas que prospectam os investimentos, as áreas que dão análise e suporte aos investimentos, comitês e os órgãos de deliberação. Os órgãos de deliberação são a Diretoria Executiva e o Conselho Deliberativo. E aqui já quero adiantar: nenhum Diretor da Fundação pode, solitariamente, decidir qualquer tipo de investimento. As decisões são colegiadas. Até quando, até que valor essas decisões são colegiadas? Até 1% do valor do patrimônio de cada fundo. Se for acima de 1%, tem que passar pelo Conselho Deliberativo. Então, nenhum Diretor, solitariamente, pode decidir o investimento e, se passar de 1%, deve ir ao Conselho Deliberativo. Então, nós, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Um por cento equivaleria hoje a 500 milhões de reais?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Mais ou menos 500 milhões de reais se considerarmos o patrimônio nosso total. Exato, Sr. Presidente. *(Segue-se exibição de imagens.)* Bom, aqui é mais ou menos... é um quadro que repete o que eu falei anteriormente, só para frisar. Então, a Diretoria Executiva, valor menor que 1%, e o Conselho Deliberativo, quando é acima, e Diretor não tem autonomia, isoladamente, para decidir qualquer investimento. As decisões são colegiadas. Este é um dado que considero da maior relevância: como uma governança evolui numa entidade? A partir da normatização de processos, a partir das normas escritas, a partir do momento que você tem procedimentos que devem ser seguidos por todos, que são aprovados formalmente e que todos devem seguir. Então, em 2003, nós possuíamos quatro normativos na Fundação e chegamos ao final de 2015 com 121 normativos.



Esses normativos estão distribuídos, conforme este quadro que está aqui apresentado para os senhores e para as senhoras, e nós fizemos questão de enfatizar que temos 64 normas que cuidam especificamente de governança, de investimentos imobiliários e de investimentos mobiliários. Então, observem que, além de as decisões serem colegiadas, nós temos um processo normatizado. Se vocês me perguntarem: “*Ele está completo?*” Não, ainda não. Ainda faltam algumas normas, estão em curso, porque normas têm que ser discutidas entre várias áreas. Mas o avanço, a evolução havida, é incontestável. Mais de governança e transparência: o que é que nós fizemos para divulgar os resultados? Em 2012, apresentações, matérias, matéria na revista, boletins eletrônicos. Essas são apresentações que são feitas em todos os Estados ou regionalmente. Em 2013, nove regionais, matérias, matérias na revista eletrônica, vídeos e um *chat on-line* de perguntas e respostas. Em 2014, nós tivemos 51 apresentações em 26 cidades, 70 matérias no *site* da Fundação, três matérias na Revista FUNCEF, 56 boletins eletrônicos, redes sociais, que a gente não tinha em 2013 e hoje nós temos, vídeos e também *chat on-line*. Então, nos últimos 3 anos, nós... Isso não significa que, antes de 2012, não havia nada. Eu estou colocando para os senhores e senhoras os últimos 3 anos, porque é um dos focos da questão que nós vamos debater um pouco mais tarde. Evolução patrimonial. Este gráfico fala por si. Nós, a Fundação, evoluímos, em 2002, de 9,7 bilhões de patrimônio para 55,9 bilhões de reais agora em maio de 2015. Então, foi um crescimento de 46 bilhões de reais e um percentual de crescimento de 474%. Onde estão os investimentos? Aqui, nós seguimos aquela velha máxima de economia de que não se podem colocar todos os investimentos em apenas um segmento da economia. Os investimentos devem ser diversificados. Portanto, se vocês observarem aqui, nós temos a maioria na renda fixa, 49%; em seguida vem a renda variável, com 27%; 10% em investimentos estruturados; mais 10% em imóveis — estamos um pouco acima do limite legal, por conta de um desenquadramento passivo, mas já temos até um termo de ajustamento de conduta com a PREVIC, em análise ainda; e 4% são empréstimos aos participantes, porque todo fundo de pensão pode fazer empréstimo aos seus participantes. Então, do total dos nossos investimentos, este é o quadro dos investimentos que nós temos. Sr. Presidente, a rentabilidade consolidada, objeto de análise dos anos desta CPI, 2003



a 2014. Se nós analisarmos a nossa meta atuarial, no caso da nossa meta foi INPC mais 6%, depois ela caiu para INPC mais 5,5% e, no ano passado, com a mudança da regulamentação da PREVIC, ela pôde subir um pouco porque ela é baseada numa média da taxa SELIC. Mas a nossa meta atuarial, portanto inflação mais uma taxa de juros, que no período foi de 284%, se nós considerarmos esse longo período de tempo, foi de 441%. Todas as classes de ativos renderam acima da meta atuarial. Esses são dados, estão nos nossos balanços, considerando esses últimos 12 anos. Então: a rentabilidade total da Fundação, 441%, *versus* a meta atuarial. Então, nós tivemos 157 pontos acima. Longo prazo, meta atuarial acima, o que significa gordura. Então, o que vocês fizeram com essa gordura? Nós vamos ver. Fizemos adequações nos planos: trocamos a idade mínima — isso inclusive foi uma exigência da nossa patrocinadora —; fizemos medidas de prudência — depois, com o tempo nas perguntas, eu posso detalhar um pouco mais, Sr. Presidente, o que significa uma tábua de sobrevivência adequada a um plano de previdência para que ele funcione adequadamente —, portanto, alteramos as tábuas, reduzimos a taxa de juros, em 2007, de 6% para 5,5% — então, no momento da largada, eu preciso ter mais dinheiro —; e mudamos o método de financiamento de um dos planos. Isso custou 12 bilhões de reais. A recomposição das perdas do período passado, grande reivindicação — e muito justa — dos nossos participantes. Então, nós tivemos, ao longo... depois que houve o processo do saldamento... Havia um plano antigo na Fundação, um plano BD, um Plano de Benefício Definido. Esse plano foi saldado em 2006, e regras foram introduzidas para permitir parte da recomposição das perdas que houve em décadas passadas. E quais foram, então, esses reajustes reais? Foram estes que estão aqui: na data do saldamento, 2007, 2008, 2010 e 2011. Obviamente depois não houve mais, porque os investimentos não renderam o suficiente para que isso fosse feito. Esse saldamento não foi uma coisa imposta, Sras. e Srs. Deputados. Esse processo foi negociado, foi um processo que contou com a participação de participantes, dos trabalhadores, dos participantes da Caixa e da FUNCEF. Esse grupo trabalhou de 2003 a 2006. E só em 2006 foi feito inclusive um plebiscito, e foi um processo de adesão. Hoje, nós temos plano. Esse plano se subdividiu em saldado e não saldado. Quem desejou não ir para o saldamento permaneceu no plano anterior. Esse plano continua até hoje — o saldado e o não



saldado —, mas esses reajustes custaram 8 bilhões e 284 milhões de reais, que foram absolutamente relevantes e importantes para recompor parte das perdas dos participantes que vinham num processo de compressão dos benefícios muito grande, o que nós vamos ver no próximo quadro. Aqui, os reajustes... perda de poder aquisitivo de 76,6%. O reajustamento foi de 28,26%, e a inflação foi de 104% neste quadro, que nós estamos colocando de 1994 a 2002. Aqui é a modalidade não saldada, apesar de não ter aqueles reajustes, porque teve reajustes vinculados à Caixa, também foi superior: 79% a 56%. E, por fim, quando houve o saldamento, o reajustamento foi de 27,90% acima da inflação. Então, aqui os reajustes da inflação de 61%, e o total de 106%. Então, essa foi parte da recomposição dos benefícios. Aqui, eu quis trazer para os senhores e senhoras um quadro do sistema de previdência complementar. Essa fonte é a ABRAPP — Associação das Entidades de Previdência Complementar. E vocês podem observar a faixa amarela, numa pesquisa, numa amostra de 317 entidades, como o déficit, a partir de 2013, vem se acentuando. Então, ainda inferior em 2013, e, em 2014, o déficit acima do superávit. Nos últimos 3 anos, tivemos então rentabilidades superiores na renda fixa, superiores nos estruturados, superiores nos imobiliários e superiores nos imóveis. Onde nós sofremos? Renda variável. Isso fez com que a nossa meta ficasse em... a nossa rentabilidade em 22,17% contra uma meta de 39,84%. Esse *gap*, aliado também ao passivo, porque um déficit num plano de previdência tem duas pontas: tem a ponta do ativo, que rende acima do atuarial ou bem acima do atuarial; e tem o passivo, que pode crescer também. Então, o déficit nos planos que nós estamos trabalhando este ano, Sr. Presidente, para equacionar, no plano saldado é de 5 bilhões e 143 milhões de reais e no plano não saldado de 401 milhões de reais. Dos outros dois planos, não há o que se falar, por ora, em equacionamento. Onde a renda variável perdeu? A renda variável perdeu na Vale e perdeu no mercado à vista; em participações em companhias, esteve bem — em participações diretas em companhias. Vale, nós vamos ver mais detalhes e vamos ver mais detalhes também no mercado à vista de renda variável. Isso obviamente, quando você considera... Por conta da legislação, tudo isso é considerado renda variável. Mas eu tenho três subsegmentos. Obviamente que, se eu juntar isso, mais isso, mais isso, eu tive uma queda de 15% nos últimos 3 anos, 2012 a 2014. Vale, que é uma das grandes



questões que contribuíram para o nosso déficit. Em 2002, nós estávamos com um valor contabilizado de 761 milhões de reais. Esse valor cresceu e chegou a 9 bilhões de reais. E, por conta do preço do minério, ele foi contabilizado, em dezembro de 2014, a 5 bilhões e 600 milhões de reais. Vocês vão observar que, no próximo gráfico, tem uma correlação muito próxima com o preço do minério. Em dezembro de 2002, o minério estava a 12,68 dólares a tonelada, chegou a 187 dólares, em fevereiro de 2011, e fechou 2014 a 68 dólares a tonelada. Obviamente, esse quadro acompanha rigorosamente o principal produto da Vale, que é o minério. Grande parte dele é exportada — é exportada, é uma *commodity* —, e o preço é ditado pelo mercado internacional. Então, nos últimos 3 anos, nós tivemos uma queda de 40%.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quero só informar que o tempo se encerrou, mas a Mesa será tolerante para a conclusão da sua parte.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Estou praticamente concluindo, Sr. Presidente. Aqui, o desempenho da IBOVESPA, que é o mercado à vista. Se nós olharmos de 2003 a 2014, temos 343% *versus* 284%, portanto, acima da meta. Mas a fotografia de um fundo de pensão é a fotografia do final daquele ano. E, nos últimos 3 anos, 2012, 2013 e 2014, a Bolsa ficou negativa em -11,89%. A meta atuarial é de 39%, quer dizer, nós teríamos que render 39% no mercado à vista. Não só não rendemos como... Nós só não perdemos 11%, porque a nossa queda foi um pouco menor — está no gráfico anterior. Mas este é um quadro que mostra, nos últimos 3 anos, como se comportou a Bolsa brasileira. Então, Presidente, resumidamente, eu queria colocar aqui para as Sras. e os Srs. Deputados: a desvalorização da Vale de 40%, que nos custou 3,7 bilhões de reais, tem um papel relevante no nosso déficit; a queda do IBOVESPA de 11,89%, nos últimos 3 anos, contra uma meta atuarial, idem, porque nós temos um percentual no mercado à vista; tivemos que fazer um provisionamento de 858 milhões de reais nos últimos 4 anos, por conta de provisionamento de ações judiciais — nós temos 14 mil ações judiciais impetradas pelos participantes contra a Fundação —; e, obviamente, as melhorias nos planos, as mudanças nas tábuas e o reajustamento das perdas. Isso fez com que a gente ficasse sem uma reserva de contingência numa economia que não está de certa forma “performando” como nós gostaríamos que ela estivesse performando. Este é o quadro que nós temos aqui. Em que pese isso, Sr.



Presidente, nós tivemos todos os balanços, desde 2003 até 2014, auditados por essas companhias que aqui estão, sem qualquer ressalva no balanço da Fundação. Todos os pareceres do Conselho Fiscal foram aprovados por unanimidade em todo esse período. Todo. Não houve uma ressalva do Conselho Deliberativo ou do Conselho Fiscal. Auditorias e fiscalizações — estou encerrando, Sr. Presidente. Esta é uma tela a que eu gostaria muito que todos os que estão aqui prestassem muita atenção. Os fundos de pensão são muito fiscalizados. Os fundos de pensão são fiscalizados por auditorias internas, que fizeram 403 ações de fiscalização interna, são auditados pela auditoria legal, obrigatória — a lei manda —, que é a externa, que é aquela que eu mostrei anteriormente. A Caixa, nossa patrocinadora, tem a obrigação legal de fazer essas auditorias, e as faz. O monitoramento da Caixa faz obviamente das auditorias feitas. O Conselho Fiscal faz um Relatório de Controles Internos duas vezes por ano; o Conselho Fiscal faz parecer de balanço. A PREVIC faz fiscalizações regulares nos fundos de pensão, pelo menos uma vez por ano — pelo menos uma vez por ano. E o Ministério Público Federal fez umas fiscalizações específicas de diversos investimentos lá de trás, depois impetrou algumas ações, umas foram arquivadas, outras ainda estão em curso — eu tenho esses dados. Então, eu queria colocar aqui que a Fundação faz plano de ação para isso, que é normal. Você faz uma auditoria, sempre tem uma coisa. Então, você tem um plano de ação, nenhum apontamento que você possa dizer grave, apuração de responsabilidade, nem processo administrativo ou judicial dos atuais diretores e nem auto de infração da PREVIC. A Fundação e seus atuais dirigentes não possuem qualquer auto de infração do nosso órgão fiscalizador, que é a PREVIC.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas os antigos possuem?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hum?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Os antigos possuem? Os antigos diretores?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu não saberia dizer, Sr. Presidente. Eu não saberia dizer.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É o último eslaide dele. É o último eslaide. Ele vai concluir. É o último. Já concluiu.



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Era isso, Sr. Presidente. Estou à disposição de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado ao Presidente, o Dr. Carlos Alberto Caser.

Com a palavra o Relator, o Deputado Sergio Souza, por até 30 minutos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente Efraim, Sr. Vice-Presidente Paulo, demais colegas Deputadas e Deputados, caro Sr. Carlos Alberto Caser — vou colocar um acento aqui, Caser; nome próprio pode se escrever dessa forma.

Carlos, eu imprimi aqui o histórico do seu currículo. V.Sa. hoje é Diretor-Presidente, e isso vem desde 2012, certo? (*Pausa.*) Desde 2011. Anteriormente, V.Sa. ocupou outros cargos dentro da FUNCEF, e quais foram?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Relator, ocupei, por alguns meses, o cargo de Conselheiro Deliberativo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Em que ano?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - De 2012. Aliás, minto, minto, de 2002, de junho até setembro de 2002, como Conselheiro Deliberativo eleito. Em 1º de outubro, fui nomeado Diretor de Controladoria.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor ocupa, desde 2002, cargos na FUNCEF?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Exato.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor pertence a algum partido político?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A qual partido o senhor é filiado?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Ao PT.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há quanto tempo?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Desde 1990.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor ocupou algum outro cargo público antes desses em outra instituição?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Em fundos de pensão, não.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas em outro cargo público, em outro Governo, estadual, municipal?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Cargo público, não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como é que foi dada a escolha do nome de V.Sa. para ser Presidente da FUNCEF? Há uma indicação política? Quem o indicou?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Relator Sergio Souza, como eu disse aqui no início, fui eleito para esses cargos, conforme V.Exa. acabou de me perguntar, e, ao término do mandato do Presidente Guilherme Lacerda em 2010/11, com a experiência que eu tinha, o Presidente Hereda me convidou para ocupar o cargo de Presidente. O Presidente Hereda, que então também estava assumindo o cargo de Presidente da Caixa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Da Caixa, que o indicou?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Que me indicou.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E depois foi eleito.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não, não. Eleito eu fui antes.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - No Conselho...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É porque o Presidente... Funciona assim, Excelência...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - É uma indicação do...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A indicação é do patrocinador, mas, por determinação legal, quem escolhe e nomeia é o Conselho Deliberativo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O.k.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Então, o Presidente indica e o Conselho decide.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Além de V.Sa., o atual Diretor de Participações Societárias e Imobiliárias, Carlos Augusto Borges, também foi indicado pela patrocinadora?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Essa indicação foi feita por quem?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Também pelo Sr. Presidente à época, o Jorge Hereda.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tanto V.Sa. como o Sr. Carlos Augusto Borges foram reconduzidos agora em maio de 2015. Como se deu essa recondução? Foram novamente indicados? Indicados por quem?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Relator, o processo... A lei permite que o dirigente de um fundo de pensão possa ocupar um mandato de 8 anos — 4 mais 4.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Que possa ser reconduzido?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Pode ser reconduzido.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tá, mas a decisão de recondução não é do senhor, é de alguém?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não. Isso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como foi a indicação que foi do Hereda?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Foi.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E esta agora?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Esta agora foi da Presidenta Miriam Belchior, que assumiu, no início deste ano de 2015, a Presidência da Caixa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor conversa e vai despachar com a Presidenta da Caixa constantemente? Como é essa relação com a Presidenta da Caixa?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É boa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E com o Hereda, como era antes?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Era ótima, era ótima, e com a Presidenta Miriam também é muito boa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor leva as questões da FUNCEF para discutir com a Presidenta da Caixa?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim. Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quais são os pontos que mais se discute nessas reuniões entre V.Sa. e o Presidente da Caixa, tanto o anterior quanto a de agora?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Sergio Souza, Relator, assuntos os mais diversos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Os principais?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Existem... Existe um caso que a gente discutiu muito com o Presidente Hereda, e eu já comecei a discutir com a Presidenta Miriam, que é o caso do PMPP, um grupo antigo de funcionários que estavam antes da criação da FUNCEF. Esse é um caso que a gente vem discutindo. Outro caso que a gente discutiu é a questão do contencioso judicial, porque o contencioso judicial, não raro, origina-se em questões trabalhistas que acabam respingando no fundo de pensão. Então nós avançamos em alguns elementos, mas ainda não chegamos a um termo que eu considere satisfatório para ambas as partes.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Já discutiu com os Presidentes da Caixa algum investimento da FUNCEF?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Investimentos que nós temos em comum. Por exemplo, a Sete Brasil e o FI-FGTS também têm recursos. Então, obviamente acaba que a gente tem discussões em investimentos em que há interesses comuns para serem resolvidos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como se deu a decisão do investimento na Sete Brasil, já que V.Sa. comentou sobre a Sete Brasil? Seria uma pergunta mais adiante, mas vamos aproveitar.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O investimento foi apresentado por um banco, se não me falha a memória, o Santander, e a Caixa era o gestor do fundo, porque os fundos... Na verdade, existe um FIP, chamado FIP Sondas, que detém... que é o proprietário da Sete Brasil. E esse FIP tem vários cotistas, digamos assim, e esses cotistas é que formam esse Fundo de Investimentos em Participações, que é o FIP. Então, esse investimento foi apresentado à FUNCEF...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O Santander chega até a FUNCEF? Foi lá propor isso a vocês? É isso?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Propõe, propõe.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como é feita essa relação? Os bancos, os corretores vão até a FUNCEF e sugerem investimentos à FUNCEF? Como é feito isso?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A gente recebe, Excelência, todas as pessoas que nos procuram, porque... até para não dar margem para que alguém diga “*não recebo ‘a’ ou não recebo ‘b’*” para criar dificuldades. Então, é muito comum os bancos, as corretoras, enfim... Eu costumo brincar dizendo que toda hora tem gente apresentando investimentos maravilhosos para os fundos de pensão. Cabe a nós, dentro da nossa governança, filtrá-los.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual é o valor que a FUNCEF investiu nesse caso da Sete Brasil?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Os valores nominais, eu posso pegar o valor total, Excelência, mas são em torno de 1 bi e 300 — 1 bilhão e 300 milhões.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Isso então está fora da alçada da Diretoria Executiva? Isso vai para o Conselho?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Isso.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - V.Sa., ou alguém do Conselho ou da Diretoria, recebeu alguma solicitação de algum político para que fizesse investimentos dessa monta na Sete Brasil?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há gerência ou ingerência de políticos na decisão do Conselho ou da Diretoria Executiva?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não há, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Além do Presidente da Caixa, o senhor se aconselha com algum político, com algum partidário? Por exemplo, o senhor frequenta a sede do PT?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Conversa com o Sr. Vaccari a respeito dos investimentos da...?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor tem conhecimento de que há notícias nesse sentido? Inclusive...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Desconheço, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tá. Vamos chegar lá. *(Pausa.)*



Como o senhor explica o fato de a FUNCEF ter investido na Companhia Brasileira de Tecnologia Digital, criada a partir da Gradiente, quando esta empresa se encontrava na fase de recuperação judicial e devia cerca de 400 milhões a credores naquele momento? Vocês se embasaram em algum estudo técnico? Como foi tomada essa decisão? Essa decisão foi tomada pela Diretoria Executiva ou pelo Conselho Deliberativo? E qual foi o valor nominal investido?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Esse investimento do FIP Enseada, Excelência, foi... teve um tempo de avaliação de mais ou menos 1 ano na Fundação, teve três pareceres jurí... dois... um parecer da área de participações, um parecer da área de conformidade e risco — três, na verdade —, um parecer da GEJUR. O investimento que foi feito à época foi de 17 milhões 437 reais.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A FUNCEF reouve esse valor?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, a FUNCEF não...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há alguma demanda judicial para reavê-lo?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós avaliamos, juridicamente, que a possibilidade de recuperação, pela via judicial, seria baixa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E como é que se lança isso no balanço da FUNCEF, como perda?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Lança como prejuízo.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - V.Sa. está me dizendo que, num ano de avaliação, vários pareceres deram conta de que esse investimento seria seguro?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Numa empresa que já estava com recuperação judicial decretada e que veio depois a ter problemas financeiros ainda maiores, ainda assim, a FUNCEF decidiu investir.

Essa decisão foi de quem?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Essa decisão foi da Diretoria Executiva.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não houve participação do Conselho Deliberativo?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, porque o valor era não, não... Não chegava ao Conselho Deliberativo.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há alguma decisão inferior a 1%, que está dentro da alçada da Diretoria Executiva, que, porventura, por achar que é um grau de investimento de risco ou porque tem notícias como essa aqui, ela submete ao Conselho Deliberativo? Ou não?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não. Que eu tenha conhecimento, não. Normalmente, quando é assunto de competência da Diretoria Executiva, é 1%.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A linha de corte é 1%.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É 1%.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O que é abaixo é de competência e não (*ininteligível*), independente das condições?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Permanece. Exatamente. Permanece.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quantos são os membros da Diretoria Executiva?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - São seis, Excelência.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como é feita a composição? Quem indica?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Três são indicados pela patrocinadora Caixa, o Diretor-Presidente, o Diretor de Participações Imobiliárias e Societárias, o Diretor de Investimentos, e três são eleitos pelos participantes, o Diretor de Administração e TI...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E investimentos como esses são submetidos a voto?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A voto.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há casos de empate?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Há casos de empate. Pode haver, pode ocorrer.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Já houve... E, nesses casos, como é feita a decisão?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A decisão é feita por voto de qualidade do Diretor-Presidente, conforme Estatuto do Presidente... da Fundação.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Alguma vez, o Diretor decidiu do lado dos participantes? Ou sempre dos patrocinadores? V.Sa., em alguma decisão que



tomou, em caso de empate, decidiu do lado dos participantes ou sempre do lado da patrocinadora? *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - V.Exa. me permite...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. Seria importante assegurar que o depoente pudesse prestar todos os esclarecimentos ao Relator. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Eu solicito respeito para que nós possamos continuar a audiência, por favor.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Fica difícil colher as informações necessárias para o processo de investigação desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, de acordo. Peço à audiência atenção e respeito às falas do Relator, por favor.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, já que nós queremos esclarecer, que se acrescente tempo ao Relator, pela intervenção da Deputada Erika Kokay.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, está perfeito. Está dentro do tempo do Relator. A Mesa terá tolerância.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Respondendo à pergunta de V.Exa., Sr. Relator, o voto de Minerva foi usado, desde que eu assumi a Presidência da Fundação, em uma, duas, três, quatro, cinco, seis... Ah, isso aqui foi antes! O total foi usado em 0,97% dos casos, desde 2007, quando o Estatuto instituiu o voto de Minerva na Diretoria Executiva. Portanto, é menos de 1% de todos os casos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quantos casos se dão ao mês ou ao ano de decisão de investimentos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - De decisão de investimentos, praticamente, Sr. Deputado... A cada 15 dias tem decisões de investimentos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Esse 0,7% representa quantas vezes ao ano?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Esse 0,7% é desde 2007. Ao ano, eu não tenho aqui. Não foi feita essa...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Desde 2007?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quantas?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós temos esse dado.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tudo bem. Vamos lá!

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós temos esse dado, Excelência. Eu posso passar para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tudo bem.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Ah, desculpe! Achei. São 2.066 decisões da Diretoria Executiva nesse período do Estatuto, quando foi aprovado, em 2007. Até agora, 18 de agosto de 2015, foram 2.066 decisões, sendo que houve...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - De investimentos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Decisões gerais...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ...sendo que houve 20 ocorrências de voto de qualidade. Dessas 20, apenas duas se referiram — apenas duas — a investimentos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quais foram essas duas?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Essas duas foram... inclusive foram super-recentes... que não foram ainda executadas: a aquisição de debêntures de BR Malls...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - BR Malls?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - BR Malls.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O que é BR Malls?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - BR Malls é uma companhia que detém participação em *shoppings centers*.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tá.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - E uma segunda que foi também uma aquisição de debêntures — isso na linha de crédito privado — da Duke Energy International. Nenhum dos dois foi executado ainda, porque são decisões de agora, uma de julho de 2015 e a outra de agosto de 2015.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A FUNCEF investe em outros *shoppings*?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, nós temos... Nós temos participação em vários... em vários *shoppings*.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há superávit? Há rentabilidade?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A rentabilidade de *shoppings* é muito boa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Voltando ao caso da Gradiente, o senhor tem conhecimento de quem era o Presidente da Gradiente? O senhor conhece o Sr. Eugênio Staub?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu o conheci logo na sequência. Quando eu assumi, ele esteve na Fundação para uma conversa, enfim. O investimento já tinha sido aprovado. Ele esteve na Fundação para uma conversa.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor sabe me dizer se a Gradiente fez doações a campanhas eleitorais?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não tenho informação, Sr. Relator.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor tem conhecimento de que ele foi Conselheiro do BNDES na sequência, durante um período, em 2002?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não me recordo. Sinceramente, não me recordo. Eu me lembro muito do Sr. Gerdau, que foi Conselheiro da PETROBRAS, mas do Sr. Eugênio, não. Não me lembro.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Como o senhor explica o montante de 400 milhões investidos em 2013 na Construtora OAS, investigada pela Operação Lava-Jato, que atualmente se encontra em processo de recuperação judicial? Houve algum estudo técnico que embasou essa decisão? Em algum momento vocês chegaram a perceber o desaquecimento do mercado imobiliário? Quais foram as medidas administrativas ou judiciais adotadas para a FUNCEF reaver o aporte de 200 milhões já integralizados? E essa decisão foi da Diretoria Executiva? Acredito que sim, porque é em valor inferior a 400. Está respondida a última pergunta, já.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Relator, o FIP OAS, eu quero dizer a V.Exa. que demorou em avaliação na nossa Fundação 1 ano e 5 meses de análise. E notadamente...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - E nesse período vocês não viram que havia risco?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, nós estávamos em análise.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - No caso especificamente da demora — o senhor sabe... imagino que seja uma coisa meio natural —, quando a pessoa quer vender, quer vender por um preço alto, e quem quer comprar quer comprar por um preço mais baixo. E grande parte desse processo de discussão foi justamente a avaliação da empresa, que não... Demorou até que chegássemos a um consenso. Quanto à questão a que o senhor se refere, de desaquecimento, na época não creio que havia ainda início de desaquecimento. Nós não fizemos ainda, eventualmente, nenhuma ação para recuperação desse investimento, uma vez que a empresa está em recuperação judicial. E, entre as possibilidades que existem, a empresa é sócia da Invepar. Também já foi noticiado muito na imprensa que ela está se desfazendo da sua participação na Invepar. E que, portanto, ao se desfazer dessa participação e se capitalizar, a ideia é que ela dê... tenha recursos inclusive para sair da recuperação judicial.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A FUNCEF investiu na Invepar?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Investiu.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Quanto ela investiu?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O total de investimentos na Invepar, Sr. Presidente — só um minutinho aqui: 1 bilhão 209 milhões 602 mil reais.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Esse valor, claro, foi submetido ao Conselho Deliberativo. Quanto tempo demorou para se concluir por esse investimento?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O tempo de avaliação foi 2 anos, a partir da apresentação da proposta em 2008 até o final de todas as instâncias, no final de 2009.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há algum prejuízo detectado com esse investimento na Invepar?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, até o momento não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Essa decisão foi tomada com alguma influência externa ao Conselho Deliberativo? Algum político brasileiro pediu?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, Sr. Relator.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há uma notícia no *Valor Econômico* sobre uma relação entre o Diretor Carlos Borges e Alberto Youssef. O senhor tem conhecimento disso?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Tenho.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Que tipo de relação?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O Diretor... o Diretor de Participações Carlos Borges recebeu, a pedido de um... de um Deputado essa... essa pessoa na Fundação, o Sr. Alberto Youssef...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual Deputado?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado Andre Vargas. Esse Deputado até iria participar da audiência, e acabou não indo. O Sr. Andre Vargas esteve lá, apresentou um... Aliás, o Sr. Alberto Youssef esteve lá, apresentou o investimento...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Qual era o investimento?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Investimento, se não me falha a memória, Excelência, foram... foram debêntures de uma companhia de turismo chamada Marsans. Esse investimento não foi feito.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Houve alguma outra conversa de diretores da FUNCEF com o Alberto Youssef, em algum outro momento? O Alberto Youssef chegou a sugerir algum outro?

Veja que o senhor entra até em contradição: agora há pouco o senhor disse que nunca ninguém da política foi lá sugerir algum investimento, e agora o senhor está dizendo que houve um caso aqui.

Eu quero saber se há algum outro ponto, nesse específico, indicado pelo Alberto Youssef por algum político que vocês possam porventura ter recebido dentro da FUNCEF, sugerindo investimentos.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - No que se refere ao Sr. Alberto Youssef, nenhuma outra situação. A única... a única vez que ele esteve na Fundação foi essa a que já me referi.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor conhece o Sr. João Vaccari Neto?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Conheço.



**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor mantém relações com ele de maior ou de menor intimidade?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu diria que nem maior nem menor, intimidade normal, intimidade de pessoas que se conhecem de relações sindicais.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Em algum momento chegaram a tratar de alguma situação do FUNCEF?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Eu sei que nós já perguntamos, mas só para reafirmar: como se deu a decisão de investir na Sete Brasil?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Onde está aqui a Sete Brasil, Sr. Relator?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não, é só me dizer a decisão de investir. Como é que chegou até vocês? Alguém sugeriu?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Foi o Santander que foi lá, não é isso?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Foi. Foi o Santander. A Caixa era a gestora. Nós temos...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não, perfeito. Já está...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós temos que retornar a 2010, porque foi quando foi...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Não, eu me dou por satisfeito.

A FUNCEF teve ou ainda tem negócios com a corretora Planner?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, já teve. Já teve. Eu só não lembro exatamente qual. Eu posso levantar aqui nesse monte de documentos, Excelência. Mas temos. Eu não sei exatamente quais. Não são muitos investimentos, mas tem algum investimento. Eu posso... eu posso levantar aqui para... e passo para...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há notícias veiculadas recentemente no G-1 dando conta de dinheiro ligado ao doleiro da Lava-Jato à obra de um prédio de Lula. E há também aqui uma suspeita do Ministério Público Federal de que parte do dinheiro do Youssef repassado à Planner possa ter sido usada para concluir tal obra. E fala de BANCOOP e fala de OAS. E também cita aqui, durante essa



reportagem, a FUNCEF. V.Sa. tem conhecimento desta reportagem? O que pode nos dizer a respeito?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu tenho conhecimento dessa reportagem, mas desconheço qualquer tipo de repasse a quem quer que seja por essa corretora.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A FUNCEF investiu na BANCOOP?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Investiu.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Que valor?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Investiu em torno de 14 milhões, já totalmente retornados à Fundação. Não houve qualquer prejuízo para a Fundação.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor apresentou, durante a sua explanação, que maior parte do déficit é devido à queda das ações da Vale. Segundo dados que nos chegaram, há aí aproximadamente 1 bilhão, um pouco menos do que isso, que não advém da desvalorização. Essa diferença desse déficit se deve a qual motivo? O da Vale o senhor já explicou. E o restante do déficit?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Renda variável, que também está na minha apresentação, Sr. Relator. Nos últimos... Nós temos mercado à vista, ou seja, ações em bolsa. Portanto, nos últimos 3 anos, houve uma queda de 11%, e isso também tem impacto. Um outro impacto relevante foi o incremento de provisionamento para ações judiciais, da ordem de 800 milhões, nos últimos 4 anos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Provisionamento para ações judiciais. Isso representa quanto hoje?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Um bilhão quatrocentos e... Aí, o número... Em torno de 1 bilhão e 400.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Um bilhão e quatrocentos em ações já executadas ou ainda não, no caso, por exemplo, da Gradiente, que vocês decidiram não executar?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não. Permita-me, Excelência? Essas ações, basicamente, são ações de benefícios. Não são ações...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Tá. Perfeito. Eu refaço a minha pergunta: de investimentos não retornáveis, vocês já ajuizaram quanto, em ação judicial?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu não trouxe esse dado, mas eu o posso encaminhar a esta CPI o mais breve possível. Eu não trouxe esse dado, mas nós temos várias ações que foram impetradas por essa administração, no que se refere à questão de investimentos. Peço aqui que a minha assessora anote.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - A FUNCEF faz uma opção de investir quase 11% em investimentos estruturados, e são considerados investimentos de alto risco, enquanto outros fundos investem bem menos do que isso. Como é tomada essa decisão de investimentos de alto risco? Quem a toma, o Conselho Deliberativo ou a Executiva?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Ambos os colegiados, porque... Pela legislação, Excelência, todos os fundos de pensão precisam ter formalizada, aprovada pela Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho Deliberativo, uma política de investimentos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - E, ao aprovar a política de investimentos, você estabelece até onde determinadas classes de ativos poderão seguir. Ou seja...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor poderia me dizer se a maior parte dessas eventuais perdas da FUNCEF e as ações judiciais com que a FUNCEF já entrou ou está pensando em ajuizar estão dentro desses investimentos ou estão em outros investimentos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Alguns estão dentro desses, outros não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Mas, em percentual, aqui está a maior parte ou a menor parte?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não tenho esse dado agora, Excelência. Posso encaminhar. Estou pedindo aqui para minha assessoria anotar, para encaminhar para V.Exa. São muitas ações judiciais. Então...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há processos administrativos ou judiciais instaurados para apurar responsabilidade acerca de irregularidades nos investimentos que geraram prejuízo à FUNCEF? V.Sa. já respondeu que sim, e alguns casos ainda estão analisando.



V.Sa. responde a algum processo administrativo ou criminal relativo a fatos ocorridos durante a sua gestão na FUNCEF?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Na PREVIC?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Teve alguma investigação da sua gestão?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não. Nenhum auto de infração.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - V.Sa. já fez doações pessoais para campanhas?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Pessoais?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sim, como pessoa física.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, sim.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Partidos políticos ou candidatos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Partidos? Não. Candidatos.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Partido político, não?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Isso é recorrente? O senhor faz em todas as campanhas?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Faço quando eu confio na pessoa que eu gostaria que me representasse nesta Casa, Excelência.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Quem, Presidente? Para quem, Presidente?

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O Deputado Fernando Francischini me auxilia. Para quem o senhor fez doação?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Fiz doação, no passado, para o então Deputado Wellington Dias, colega meu de Caixa Econômica, e fiz doação para a nobre Deputada Erika Kokay, presente nesta Casa, que muito honra esta Casa, e colega minha da Caixa também. *(Manifestação na plateia.)*

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Está bom, Sr. Presidente.



Deputado Efraim Filho, durante a inquirição da testemunha... Eu tenho algumas perguntas que gostaria de pedir a V.Exa. para deixar para mais adiante, no processo de inquirição da testemunha.

Obrigado, Sr. Presidente. Sem mais perguntas neste momento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O.k. Obrigado.

Havia um pedido do Deputado Raul Jungmann para falar pela Liderança, mas ele teve que sair.

Então, terão a palavra, pela ordem, os Sub-Relatores. Pela ordem de inscrição, falará agora o Deputado Marcelo Aro.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Sr. Presidente, uma questão de ordem. E o autor do requerimento?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Falará após os Sub-Relatores.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Marcelo Aro não se encontra.

Com a palavra o Deputado Marcus Pestana, pelo tempo de até 10 minutos.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Bom dia a todos.

Sr. Presidente, eu gostaria que o Dr. Carlos Alberto Caser anotasse, porque são diversas questões. Eu preferiria que ele as anotasse e respondesse num bloco único.

Dr. Carlos, o senhor falou sobre as regras de governança e sobre os processos e fluxos decisórios, mas eu queria aprofundar: que o senhor iluminasse a CPI em três investimentos específicos.

O primeiro é Belo Monte. Como é a convergência de três fundos, com uma participação de 27% da FUNCEF, da PREVI e da PETROS, num projeto energético que pode ter valor estratégico para o País, mas que sempre teve sérios problemas ambientais e graves questionamentos sobre a viabilidade econômico-financeira? Como se deu? Quem inspirou? Quem orientou? Como foi o processo?

Sete Brasil. Alguma coisa já foi dita. Foi mais de 1 bilhão de reais. Mas eu queria que o senhor explorasse, porque há uma participação também no Estaleiro Rio Grande e uma cooperação entre o Estaleiro Rio Grande e a Sete Brasil em determinados investimentos. No âmbito da Operação Lava-Jato, na delação



premiada de Barusco e na de Milton Pascowitch, foi dito que, nos contratos entre Estaleiro Rio Grande e Sete Brasil, havia propinas e que eram direcionadas para Renato Duque e o PT. Quais as decisões? Como foi o acompanhamento da FUNCEF nesses casos? Quais as medidas tomadas à luz das informações disponíveis na Operação Lava-Jato?

Invepar. Há uma concentração muito grande, que chama a atenção: 60% da carteira de ações na Invepar. São bilhões: 2,8 bilhões de investimentos. Como é que se dá, por exemplo, quando se faz a concessão de Guarulhos, com ágio de mais de 350%? Como é tomada a decisão? Como é a comunicação do Conselho de Administração da Invepar com o processo deliberativo da FUNCEF em cada caso concreto, em cada concessão? Como é que se chegou ao investimento na Invepar e em cada, pontualmente... Por exemplo, eu pontuo Guarulhos, em que foi um ágio que chamou a atenção do mercado.

Então, eu gostaria que comentasse esses três investimentos específicos, o processo decisório e quem inspirou, porque são muito representativos e desafiam um pouco a lógica, tanto que o déficit atuarial está apontado, tem seus motivos estruturais e tem alguns de gestão.

A segunda questão, que eu gostaria que o senhor respondesse objetivamente, é qual o seu grau de relação, se teve contato telefônico e encontro, durante esses anos todos, os 13 anos em que o senhor é Diretor da FUNCEF e Presidente, Diretor-Executivo, com as seguintes pessoas; se trocou telefonema, *e-mail* ou mensagem, se teve contato pessoal e quantas vezes, com que constância, com Alberto Youssef, Vaccari, José Dirceu, Gushiken, Wagner Pinheiro, Andre Vargas, Humberto Pires, Pedro Barusco, Sérgio Gabrielli, Gerson Almada, Renato Duque, Milton Pascowitch, Almir Barbassa, Humberto Pires e o ex-Presidente Lula.

Terceira questão: a FUNCEF investiu em algum fundo do BANCOOP?

Investimentos imobiliários, 8%. Agora, já estão até em 10% e desenquadrados ao TAC que vocês firmaram. Investimento no *shopping* de Araraquara. Qual o valor? A rentabilidade esperada foi correspondida? Há alguma interface com o atual Ministro Edinho Silva?



Quem administra a carteira imobiliária da FUNCEF, que, como foi exposto, ocupa 10% do patrimônio? Como foi contratada essa administradora? Quem faz as avaliações dos imóveis?

Aí eu queria pontuar a Agência Flamboyant da Caixa Econômica, em Goiânia. Houve uma operação, que é muito questionada, processo de avaliação. O dono do *shopping* provavelmente faria uma oferta melhor, e o preço da venda supostamente foi subestimado.

Também o Shopping Bougainville, em Goiânia, foi muito questionado pelos associados da FUNCEF e se transformou... Como se diz em linguagem de mercado, o investimento micou. Quais os critérios que levaram ao investimento no Shopping Bougainville?

Outro caso polêmico que desafia um pouco as regras de boa governança que foram expostas é o imóvel no Bairro Agrônoma, em Florianópolis. Laudo da própria Caixa Econômica, 6 meses antes, indicava o valor de 23 milhões. A FUNCEF o comprou por 45 milhões.

Por que a decisão de venda do conjunto de salas do edifício da OAB em Brasília num momento ruim, de mercado imobiliário em queda? Quem são os compradores? Há alguma relação dos compradores com a FUNCEF?

Qual é a remuneração, incluído bônus e conselhos dos diretores da FUNCEF? O senhor, além da Presidência da FUNCEF, ocupa conselhos da Litel e da Valepar. E o Diretor da DIPAR, Carlos Augusto Borges, faz parte de quatro conselhos onde há participação. Eu queria saber qual é a remuneração dos diretores, incluído bônus e participação em conselhos de empresas onde a FUNCEF tem participação acionária.

No final, uma questão... O senhor falou sobre a governança, sobre a transparência, sobre a comunicação. Eu pude assistir a um vídeo da prestação de contas de 2014. Diante dos déficits acumulados, houve uma situação relativamente tensa. Eu queria saber como se dá a relação com a base. A avaliação do senhor é que as afirmações feitas... Quer dizer, há chamado para *vaias (manifestação na plateia)* e afirmações de que quem decide é a diretoria. Eu acho que um fundo de previdência é patrimônio coletivo, não é da gestão de plantão. (*Manifestação na plateia.*)



Então, seriam essas questões. Eu queria que o senhor respondesse objetivamente a esses pontos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Carlos Alberto Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Caro Deputado Marcus Pestana, eu vou tentar ser breve, porque V.Exa. fez muitas perguntas. Então, eu vou tentar ser o mais sucinto possível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Mesa agradece.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Nós temos tempo. Estamos aqui à disposição.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Vamos lá! No caso de Belo Monte, Sete Brasil e Invepar, são investimentos de longo prazo, e os investimentos se prestam ao investidor de longo prazo. Obviamente, nem todos os investimentos que são feitos... Tanto que nós temos títulos públicos, temos imóveis que podem ser vendidos. Mas parte dos investimentos de um fundo de pensão não só podem como devem estar vinculados a um longo prazo. Ambos... Os investimentos se enquadram nessa situação: Sete Brasil, Belo Monte e Invepar. São grandes projetos. Nós somos procurados ora pelos consórcios que venceram... No caso de Sete Brasil, fomos procurados, como eu já disse aqui, pelo Santander e pela Caixa. Em Invepar nós ingressamos porque já havia uma sociedade de PREVI e OAS com alguns ativos de infraestrutura. Esses dois parceiros convidaram PETROS e FUNCEF para ingressar no investimento. Então, foi feita toda uma avaliação dos ativos existentes, e nós acabamos entrando. A ideia era criar uma grande empresa de infraestrutura, como há inúmeros ativos nessas empresas. E Sete Brasil, idem. Lá em 2010, Excelência, nós tínhamos uma companhia de petróleo das maiores do mundo, que havia descoberto o pré-sal, e talvez um dos maiores bancos de financiamento ao desenvolvimento no mundo, que estaria entrando com o financiamento para a construção dessas sondas. Então, obviamente isso atraiu não só os fundos de pensão, mas atraiu outros investidores, como bancos. É preciso registrar que estão na sociedade com a Sete Brasil os bancos BTG, Bradesco e Santander. O senhor fala de Belo Monte. Claro, existem problemas. A usina foi contestada — talvez a usina mais contestada, mais debatida na imprensa deste País. Mas, se V.Exa. me



permite, eu gostaria de contar uma pequena historinha que ouvi em Santa Catarina. Um engenheiro disse que foi fazer uma palestra para um grupo de estudantes de uma universidade que agora não me recordo. Era um engenheiro de barragens. Ao chegar, ele desligou a luz. Ficou todo mundo no escuro. Ele deixou 30 segundos as pessoas no escuro. Depois ele ligou novamente e disse: *“Bom, é sobre isso que eu vou falar”*. Então, o fato de Belo Monte sofrer questionamentos, etc., eu considero, numa democracia, Excelência, Deputado Marcus Pestana, normal, porque tudo acaba se questionando. Mas é indubitável a relação e a importância dessa obra para o Brasil. E nós não vamos perder dinheiro nessa obra, eu posso assegurar a V.Exa. No caso que o senhor disse de Guarulhos, nós pagamos 16 bilhões. De fato, à época... Não podemos esquecer que Guarulhos é o aeroporto mais movimentado da América Latina. Houve, de fato... V.Exa. tem razão. Talvez a Invepar — foi através da Invepar que nós chegamos lá — tenha feito cálculos errados etc., pagou demais. Bom, nós demonstramos que não. Na sequência, quando veio o segundo lote de leilões de aeroportos, de concessões, nós tentamos entrar no outro, que era superimportante, que daria uma sinergia para nós. As regras não permitiam que a gente entrasse como proprietário maior, mas nós entramos numa pedacinho de um consórcio e perdemos, Deputado Marcus Pestana. E quem pagou o Galeão, pagou 19 bilhões. E Galeão representa um terço do movimento de Guarulhos. Então, para nós, foi a prova cabal de que nós tínhamos feito um bom negócio em Guarulhos. Então, fizemos o Terminal 3. O Terminal 3 está funcionando, e a concessão é de 20 anos. Então, achamos que o negócio é muito bom para todos os investidores que lá entraram. Então, voltando agora para os contatos, eu não sei se esqueci de algum.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Não. É só Lava-Jato, Estaleiro Rio Grande e a delação premiada.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós temos uma operação com o Estaleiro Rio Grande, mas eu desconheço — afianço ao senhor — qualquer tipo de propina que tenha sido paga para A, para B ou para C em função dessa operação que a FUNCEF fez com o Estaleiro Rio Grande. Contatos telefônicos, encontros ou visitas: Sr. Alberto Youssef, não o conheço; Sr. João Vacari, já disse, o conheço de relações sindicais e me encontrei algumas vezes; Sr. José Dirceu, não conheço. Conheço como todo o mundo conhece, de televisão, de vista e tal, mas, assim, de



conversar, não o conheço; faltou um aqui que ficou... Mas, enfim, Humberto Pires — acho que o senhor repetiu isso aqui: Humberto Pires — será que é o Humberto Gault? Humberto Pires Gault? *(Pausa.)* É esse? Sim, esse trabalha conosco na Fundação, o Sr. Humberto Gault Pires; Sr. Pedro Barusco, não o conheço; Sr. Gerson Almada, o conheço. Esteve várias vezes na Fundação, exatamente porque, na questão do Estaleiro do Rio Grande, nós estávamos no ano passado tentando resolver a questão. Porque nós temos um veículo e gostaríamos de colocar esse veículo, que era uma espécie de aluguel do estaleiro, para subir para a empresa, se não me falha a memória, Ecovix, e também não chegamos a um acordo sobre valores. Insisto: o vendedor quer sempre vender mais caro, a FUNCEF quer comprar mais barato. Não chegamos a um acordo, e o processo não foi encerrado. Mas estive algumas vezes na Fundação, tratando exclusivamente disso; Sr. Renato Duque, não o conheço; Sr. Almir Barbassa... Falei com o Sr. Almir Barbassa uma vez, por telefone, para discutir a substituição do Presidente da Sete Brasil. Ele me ligou uma única vez; o Presidente Lula conheço. Estive com ele em eventos, como todo o mundo, mas eu acho que se ele me encontrar não vai saber quem sou eu; BANCOOP, eu já disse aqui...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E o Milton Pascowitch?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Milton Pascowitch — faltou esse —, não o conheço. Milton Pascowitch, não o conheço; BANCOOP, tivemos o investimento lá e recuperamos todo o investimento. Não tivemos qualquer prejuízo na BANCOOP; Shopping Araraquara... Foi comprado um terreno para construção desse *shopping*, e depois se revelou que...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não. Não é *shopping*. Na verdade, é um complexo um pouco maior que vai ter hotel. E há um entrave lá, porque tem uma — como chama meu Deus? — ...um pátio de manobra da ALL — América Latina Logística, que ainda não foi retirado. Mas o terreno está lá, nós pretendemos construir. Araraquara é uma cidade que está se desenvolvendo, então não considero que houve perda. A administração da carteira imobiliária é feita pelo Diretor Carlos Augusto Borges, indicado pela patrocinadora. Não há uma administração terceirizada, é uma administração interna. Quem avalia os imóveis da Fundação são



avaliadores contratados no mercado. Não podem ser avaliadores da Caixa. Porque nós poderíamos inclusive pegar os avaliadores da Caixa, que são *experts* no assunto, mas, por uma questão de eventual conflito de interesse, isso não é feito.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A Par Facilities tem algum papel?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - E a legislação impede, Sr. Deputado Marcus Pestana.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu sei disso. A Par Facilities tem algum papel?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A Par tem participação em administração de condomínios; agência Flamboyant, eu vou anotar aqui para ver para V.Exa., porque eu desconheço essa informação de que foi vendida a preço baixo, etc.; o Shopping Bougainville é um *shopping* que vem lá de trás. Eu precisava ver a data. Nós temos um processo de fato conflituoso com os nossos sócios. E estamos tentando resolver. Mas foi comprado em 1994 esse Shopping Bougainville; Bairro Agrônomo Florianópolis, compramos o imóvel na região e o imóvel foi imediatamente alugado à Caixa. Tem dado uma rentabilidade atuarial plenamente compatível com o valor que foi investido; conjunto de salas da OAB. Esse conjunto de salas da OAB foi incluído numa política de vendas de alguns ativos, que eram ativos menores. Os fundos de pensão hoje estão se concentrando em prédios grandes, corporativos. Então, eram salas que davam trabalho para administrar, etc. Então, nós os estamos vendendo. Foi feita avaliação, estamos vendendo. E a pessoa que está comprando, inclusive, já tinha comprado outras salas. Estamos vendendo essas salas para essas pessoas.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quem é que está comprando?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Essa pessoa se chama Júlio Neves.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Tem alguma relação com a FUNCEF o Júlio Neves?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O Júlio Neves, de relação com a FUNCEF? Ele trabalhou na FUNCEF no passado, hoje não trabalha mais na Fundação.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Quanto a Florianópolis, por que não foi levado em consideração o laudo da própria Caixa?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Foi levado, Excelência.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Vinte e três milhões... Comprou-se por quarenta e cinco, está bom.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu tenho que checar esses laudos, Excelência. Como V.Exa. deve imaginar, a gente não consegue trazer toda documentação pra cá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu queria que a Dra. Lucimara tomasse nota que a Presidência requisita a apresentação desse laudo especificamente junto com as demais documentações.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O.k. Aliás, Sr. Presidente, nós já estamos aqui com alguns documentos, que gostaríamos de entregar a V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço, serão repassados no momento e serão juntados aos documentos da Comissão.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Parcial, porque ainda não finalizamos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Só esse documento de requerido o laudo. E aproveitar, também, para não esquecer a fala do Relator: a relação das ações judiciais em que a FUNCEF é parte tanto como réu como autora em virtude dos investimentos.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O.k.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, seu Carlos,...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Falta uma última questão.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - ...só nessa questão dos documentos, está fazendo a juntada de entrega de alguns documentos? E falta uma parte. Quanto tempo para entregar o restante?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Relator, Deputado Sergio Souza, nós estamos fazendo todo o esforço e vamos fazer isso dentro do prazo mais exíguo possível.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Isso é o quê?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Parece-me que o que o Presidente comentou é que, de 2010 para cá, ele tem isso digitalizado. O que está digitalizado será entregue imediatamente. De 2010 para trás, em papel, nós vamos tentar estabelecer um ponto de corte, para ter algo específico. E só faço uma



pergunta, Dra. Lucimara: esse material digitalizado é também pesquisável? Está em arquivo pesquisável?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Está em arquivo. Está em *pen drive*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se não estiver... Mas pesquisável para que a gente possa fazer buscas, porque é muito material.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Está.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se não estiver em arquivo que permita a localização e a busca, a gente faz a substituição.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A gente faz, a gente verifica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se precisar, a gente solicitará a substituição do arquivo.

A última pergunta... A última resposta referente às perguntas dos...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - São duas ainda, a remuneração...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - A remuneração dos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos encerrar para seguirmos.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A remuneração dos Diretores e Presidente, Deputado Marcus Pestana, obedece à remuneração do Vice-Presidente da Caixa: um Vice-Presidente da Caixa hoje recebe 45 mil reais; o Presidente da FUNCEF recebe esse valor; os Diretores recebem 85% desse valor. Não há bônus no sentido de remuneração variável. Não há. Sobre as participações nas empresas, eu pediria a V.Exa. pra encaminhar, porque, assim como eu participo, outros conselheiros das empresas poderiam ter o sigilo quebrado, se eu disser aqui o valor que eles recebem. Então eu encaminho a informação para V.Exa. E no que se refere ao episódio que o senhor citou, eu lamento. Eu lamento, Deputado. Sob tensão, sob pressão, muitas vezes a gente acaba exagerando, a gente acaba, às vezes, não agindo de acordo com a nossa índole, que é conhecida de todo mundo, e foi o meu caso. Eu sou uma pessoa que todos que me conhecem sabem da minha índole cordata, de conciliação, de conversa, mas o momento era tenso, e acabou acontecendo aquele episódio do qual, eu posso afirmar a V.Exa., lamento muito.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Qual episódio, Presidente, para deixar mais público, para a gente entender melhor?



**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Há um vídeo na Internet. É um conflito com a base da FUNCEF em um relatório de 2014.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Um conflito...

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Um entrevero.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Foi uma alteração que eu tive numa apresentação dessas, Deputado Edinho — Edinho, não é isso? Estou com a memória boa —, numa apresentação, numa apresentação que houve no Teatro da Caixa. Então, Deputado, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Lamenta e se arrepende, ou só lamenta? *(Risos.) (Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Eu queria agradecer. Talvez, se o senhor colocasse no seu Facebook a bandeira da FUNCEF, também, como uma terceira bandeira, eu acho que talvez... *(Palmas na plateia.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado. Muito obrigado pelas respostas, Dr. Caser. Apenas...

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Presidente, faltou só ele dizer se ele recebe remuneração ou não dos conselhos de que ele faz parte. Acho que faltou esta informação.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Quem está perguntando?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O senhor participa de conselhos em nome da FUNCEF?

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Eu sou o Deputado Vitor Valim. É só porque eu acho que ele fez esta pergunta a V.Sa., e faltou esta resposta.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A resposta? Eu disse que, sim, recebo remuneração, mas eu preferiria encaminhar em sigilo a esta CPI, em função de que outros membros, que não a FUNCEF, participam desses conselhos.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Os valores de remuneração já foram ditos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele pode...

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Além desses valores? É só para entender.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. Além... Ele recebe valor como Diretor da FUNCEF, que é o vencimento dele, e também como participante em conselhos.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Além dos 45 mil, é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está além dos 45 mil.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - E o Diretor Carlos Augusto Borges participa de quatro conselhos de empresas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Sa. vai informar depois o valor, mas, quantos conselhos...

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Ele tem, como servidor público, a obrigação de informar, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não. Com a questão do sigilo, ele pode fazê-lo. Eu só queria saber quantos são.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - São dois conselhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E quais são?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - São dois conselhos. Eu participo do conselho da Engepar... Minto, da Valepar, dessas questões da Vale, como já foi dito, e participo também do conselho da JBS.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Da Litel?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Da Litel/Valepar, é a mesma coisa. Até porque a gente...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Só para esclarecer, Presidente. Presidente, só para esclarecer, o que é JBS? Explique para nós.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A JBS é a companhia de carne — proteína, frigoríficos...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - O senhor quer dizer: Friboi?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Friboi.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Então só para esclarecer, todo mundo conhece a Friboi, que foi a maior doadora — doadora da doadora da doadora —, a que doou o que não tinha para as campanhas eleitorais. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Vamos seguir.

Para prosseguir, só uma resposta...



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos seguir, vamos seguir.

Não ficou clara só uma resposta. Sobre a relação com a Sete Brasil, V.Sa. já afirmou que foi apresentado o projeto de investimento pelo Santander. Mas, após essa aprovação, ou antes dela, pela Sete Brasil, quem dialogava com a FUNCEF? Quem representava a empresa nas reuniões, nos interesses? A FUNCEF tinha alguma presença em conselhos da Sete Brasil ou algo do tipo?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós temos dois conselheiros na Sete Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quem são?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A Dra. Lucimara, aqui presente, e a outra é...

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ...é a Raquel. É uma técnica nossa, chamada Raquel, e depois o Alcinei, também técnicos da fundação.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Sr. Presidente, só sobre a questão...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito! Não! Só sobre a Sete Brasil, quem era a pessoa que representava os interesses da Sete Brasil no diálogo com a FUNCEF, nos conselhos? E saber se a doutora tem conhecimento: o Pedro Barusco dialogava com a FUNCEF sobre os interesses da Sete Brasil, já que ele fez parte do quadro de conselheiros?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, nunca.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E quem era, o Ferraz?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O Presidente da companhia, o Ferraz.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ferraz, o ex-Presidente, não é?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É, ex-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - No tempo da quebradeira.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Então, Sr. Presidente, só sobre os conselhos, de que ele faz parte — sou o Deputado Vitor Valim —, ele vai mandar logo...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele...



**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Só para ficar claro, só sobre essa questão.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele já mandou. Vamos prosseguir, Deputado Vitor. Vai chegar o momento de o Deputado Vitor Valim perguntar.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Apenas quero dizer que há uma ação do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças. Eu entendo o que disse o depoente no que diz respeito ao sigilo, porque essa ação assegura o sigilo e o direito à privacidade dos valores.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dos valores. Eu mantive o direito à privacidade dos valores.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Exatamente. É por isso que o Presidente, Deputado Vitor Valim, concordou com o depoente de receber em condição sigilosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Exato.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Sr. Presidente, o senhor permitiu que a Deputada Erika Kokay falasse...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Dos valores dos funcionários ninguém fala.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas V.Exa. quer perguntar, Deputado Vitor Valim.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Não! Não era para perguntar, não. Era sobre o assunto, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas é para perguntar sobre o assunto, Deputado Vitor Valim.

**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Não! não é, não, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Era pergunta. Ela fez um comentário.



**O SR. DEPUTADO VITOR VALIM** - Como a Deputado Erika Kokay pôde comentar, eu queria que... Mas, tudo bem, Presidente. Tranquilo. Muito obrigado pela gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu sei que V.Exa. quer perguntar e terá oportunidade.

Com a palavra o Sub-Relator Fernando Francischini; e, em seguida, Indio da Costa e Marcelo Aro.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Sr. Presidente, cumprimento todos os Deputados e Deputadas. Eu queria direto contextualizar a questão mais importante, que se chama Sete Brasil. Em 2011, com o objetivo de explorar petróleo no pré-sal, a empresa Sete Brasil é criada para construir sete sondas de prospecção. Entre outros, a FUNCEF aporta 350 milhões daquele pessoal ali atrás, dos funcionários (*palmas*), 19% do investimento; a PETROS aporta 350 milhões, também não deles, mas dos funcionários; o PREVI, 180 milhões; e ele tem razão, o Bradesco aporta 250 milhões. Esse é o começo, em 2011.

Em 2012, em uma nova chamada de capital, a FUNCEF eleva a sua participação para 1,386 bilhões de reais; a PETROS aloca o mesmo valor; e a PREVI e o Bradesco vazam, saem do empreendimento (*palmas*), renunciam ao direito de participar desse novo aporte, principalmente pelo entendimento da queda desse tipo de investimento. O motivo para uma nova injeção de dinheiro: aumento do número de sondas, de 7, que já era um grande risco, pula-se para 29 sondas.

Notícias da Operação Lava-Jato, Sr. Presidente, dão conta de que a PF descobriu que Barusco — aquele que foi o mais rápido delator, que, mal sentou na CPI, já devolveu cento e tantos milhões de dólares que tinha na sua conta, de propina —, que era Diretor de Operações da Sete Brasil, intermediou os contratos da empresa com estaleiros, empreiteiras, agentes financeiros nacionais e internacionais. Foi réu confesso na Lava-Jato, admitiu ter embolsado 250 milhões em propinas, valor que só representa 70% desse primeiro aporte da FUNCEF. Olha o tamanho da propina! Barusco comandou a estruturação de *offshores* da Sete Brasil na Holanda. Para a Polícia Federal, Barusco trocou a PETROBRAS pela Sete Brasil com uma missão clara: montar um novo esquema de propina. Passou o chapéu na PETROBRAS, nos fundos de pensão, bancos privados, colocou dinheiro



nos fundos de investimento e abriu, Presidente, 29 *offshores* em Amsterdã, uma para cada navio-sonda, batizadas com nomes — é para rir da nossa cara, não é, Presidente! — de praias famosas: Copacabana, Ipanema. São as *offshores* que ele abriu para roubar o dinheiro dos funcionários e do povo brasileiro, porque há muito dinheiro público aí no meio. As empresas estão sediadas em endereços virtuais e não possuem funcionários. Servem apenas para escoar os dólares que foram investidos na Sete Brasil.

Em 2014, por efeito de ajuste no capital, a FUNCEF passou a deter 17% da Sete Brasil. Recursos das aposentadorias dos funcionários no valor de 1,4 bilhões estão comprometidos e no resultado de abril, só nesse investimento da Sete Brasil, houve um prejuízo de 499 milhões de reais, Presidente! Não é do meu dinheiro, do seu, nem do Presidente (*palmas*), nem da Gerente Jurídica, a Lucimara, que fez bem em vir aqui hoje, porque é Conselheira da Sete Brasil. É dos funcionários esse dinheiro, Presidente! Foi 487 milhões o déficit da FUNCEF em maio. Das 29 sondas previstas — isso é escandaloso, Presidente —, 2 estão com 80% de execução física das obras, 4 com 50%, e as demais nada até agora, Presidente.

Eu, Presidente, por V.Exa., com o apoio dos demais membros desta CPI, escolhido Sub-Relator da parte de rendas variáveis, fiz uma primeira avaliação prévia dos investimentos em rendas variáveis que o Sr. Carlos Alberto Caser nos trouxe. Seriam em torno de 18 bilhões num levantamento prévio do balanço de 2013 — agora, não sei se há mais ou menos, mas, se em 2013 era esse, deve ser aproximadamente — da carteira da FUNCEF em aplicações.

Eu vou ler para V.Exa., Presidente, ao nosso Relator e aos demais membros uma avaliação da carteira de investimentos da FUNCEF, o desempenho dela, a rentabilidade anual da FUNCEF em percentual ao ano: em 2009, 51% positivo; em 2010, 26% positivo — ou seja, caiu pela metade; agora, fique pasmo, Presidente —; 2011, 2012, 2013 e 2014: menos 11% em 2011, menos 28% em 2012, menos 62% em 2013, menos 171% em 2014.

Presidente, se nisso não há um esquema de corrupção, de desvio de dinheiro, é uma incompetência gerencial ou malfeito com o dinheiro público, Presidente! (*Palmas.*) Menos 171% numa carteira que já vinha caindo há 5 anos!



Para complementar, Presidente: análise das propostas de limite para as políticas de investimento. Se disséssemos que foi só incompetência gerencial porque não era com o dinheiro próprio que se estava fazendo esse investimento, era com o dinheiro de outras pessoas, então se podia correr o risco de deixar milhares de pessoas sem aposentadoria... Nós avaliamos também inicialmente, na sub-relatoria de análise dos investimentos de rendas variáveis, as propostas de limites para as políticas de investimento em 2015 da FUNCEF, para ver se houve uma correção de rumo, está com uma meta de 13,6% e 12,7%, como bem colocado já no REG/REPLAN e no novo plano, que são os investimentos. Só que, se nós analisarmos o mercado, Presidente — todo mundo está enxergando essa crise financeira, o que está acontecendo com a economia do nosso País — dados da ABRAPP — Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar dizem que esses fundos de pensão estão girando entre 2% e 2,3% do patrimônio. Por que, com todos esses prejuízos avassaladores com o dinheiro dos funcionários, nós vamos continuar com uma política ousada de investimento de 13,6% e 12,7%, se as que têm dinheiro e têm fiscalização efetiva estão em 2% e 2,3%? Nós temos que rever essa política de investimento (*palmas*) senão nós vamos destruir o patrimônio do FUNCEF. Não vai existir FUNCEF.

Eu queria finalizar, Presidente, pedindo. Não vou fazer pergunta nenhuma, Presidente — nenhuma —, eu queria que o Sr. Alberto Caser fizesse o comentário do que eu coloquei.

O senhor poderia, Sr. Caser, fazer uma mudança no planejamento de investimentos da carteira de investimentos variáveis. Está muito alto esse percentual!

Nós precisamos que a Polícia Federal, o Ministério Público Federal e a Lava-Jato investiguem quem está e quem não está envolvido na questão Sete Brasil e tantas outras. (*Palmas.*)

A CPI vai conseguir, Presidente, através das quebras de sigilos bancário, fiscal e telefônico, fazer esse cruzamento, mas lá na frente as ações da Polícia Federal e Ministério Público Federal vão ser extremamente necessárias. Os valores envolvidos são valores expressivos, e nós precisamos saber de onde vai a incompetência gerencial até onde vai os crimes que podem ter sido cometidos.



Eu não tenho a mínima dúvida de que na Sete Brasil e relação do Sr. Pedro Barusco já está escancarada, com delação premiada, com desvio de dinheiro, com dinheiro recuperado que ele mesmo nos indicou, e agora nós queremos saber o lado de cá da moeda: quem foi que intermediou com a FUNCEF esses contratos, quem recebeu em consultorias. A cada dia a gente toma um susto na mídia com uma nova operação da Polícia Federal encontrando consultorias das mais variadas possíveis.

Não dá para a gente continuar assistindo no impávido colosso ao nosso País ser assaltado como nós estamos assistindo, principalmente as carteiras, os fundos de pensão dos funcionários, hoje, da Caixa Econômica Federal, que precisam, no mínimo — já que nós estamos iniciando essa investigação e não estamos fazendo acusações diretas, ainda —, que sejam revistos os planos de investimentos para que esse prejuízo mensal, que gira quase em torno de meio bilhão de reais mensais, para os funcionários, possa ser talvez redirecionado para investimentos menos ousados em renda fixa que possam preservar no momento de crise o dinheiro dos funcionários.

Seria isso, Presidente. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradecido ao Deputado Francischini pela obediência ao tempo.

Com a palavra, se desejar fazer algum comentário, o Dr. Carlos Alberto Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado Fernando Francischini, agradeço a V.Exa. as perguntas. E, notadamente em relação à Sete Brasil, é preciso contextualizar como se deu o investimento em 2010. Eu vou repetir, para efeito de ênfase, não...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Eu entendi o início, eu não entendi por que vocês não saíram junto com os outros quando viram que era uma furada. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Eu peço pela ordem, Presidente.

Presidente, nós estabelecemos aqui um mecanismo, pelo roteiro que foi estabelecido, em que as pessoas que devam fazer arguições, perguntas, o fazem no



seu tempo, e depois o depoente, que veio na condição de testemunha, terá o tempo para as respostas, não podendo haver interrupção.

Então, eu peço, pela ordem, que V.Exa. possa pedir a todos que fizerem perguntas doravante que possam escutar as respostas para que as testemunhas que vêm aqui ajudar a esta CPI possam concluir o seu raciocínio, senão nós não poderemos saber das respostas e nos esclarecermos.

Então, eu peço a V.Exa. essa condução, agora que já se iniciaram os debates nesta Comissão; se V.Exa. pode pedir para que os depoentes não sejam interrompidos na sua resposta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Farei o pedido, há diferença entre o que é réplica e contribuição, vamos ter sempre essa discricionariedade da Mesa para poder fazer as avaliações. Aquilo que for para contribuir será bem recebido, aquilo que for para atrapalhar não será.

Pode continuar com a palavra o Dr. Paulo Alberto Casar.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas, Sr. Presidente, só para esclarecer, se me permite. A réplica e a tréplica estariam dentro do tempo estabelecido, não?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Por isso que se for dentro do tempo a réplica e a tréplica podem ser usadas.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Fora do tempo só alguma contribuição que a Mesa entenda que é valiosa.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - No caso aqui é fora do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se entender que não é valiosa, não precisa o Sr. Carlos Alberto Caser responder, mas ele tem a palavra para continuar.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Mas que o critério seja para todos, não é, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O critério é para todos e a Mesa terá o discernimento para saber avaliar caso a caso.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Obrigado, Sr. Presidente. Então voltando ao Deputado Fernando Francischini, quero dizer a V.Exa. que cair fora do



investimento, Deputado Francischini, eu, com todo respeito a V.Exa., não considero que foi isso que ocorreu para essas pessoas as quais V.Exa. referiu-se. Até porque o Santander e o BTG não só fizeram os aportes além do primeiro aporte, como FUNCEF e PETROS fizeram, como até assediaram alguns fundos de pensão, porque eles queriam fazer ainda mais: queriam controlar a companhia. Então, quando a gente olha a Sete Brasil, hoje, eu gostaria de dizer aqui a esta CPI, Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, nós temos que olhar o quadro que nós tínhamos em 2010. O quadro, se eu estivesse no quadro de 2010, faria novamente...

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Presidente!

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hoje...

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Presidente, eu continuo insistindo, Presidente!

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hoje...

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - É questão regimental, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele está sentindo que é contribuição, tanto que ele responde, Deputado Enio, ele mesmo. Se ele não se sentir à vontade, ele não responde, e eu cortarei a palavra.

**(Não identificado)** - Mas se quem pergunta...

*(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)*

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Presidente, Presidente, eu só quero

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Nós temos que incentivar a investigação, mas parece que é...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu não vou blindar o depoente! Eu não vou blindar o depoente, pode usar da palavra.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Exato, parabéns, Presidente!

**(Não identificado)** - Muito bem, Presidente! Muito bem!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se ele se sentir à vontade, ele vai contribuir; se não se sentir, não contribuirá.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Parabéns, Presidente!



**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Presidente, a pergunta é só para saber se ele faria — porque ele se diz um técnico da área —, se faria esse investimento hoje nessas condições.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já entendemos, Deputado Francischini, ele está respondendo.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Está claro, Deputado Francischini, se fosse hoje, com as condições de hoje, eu não faria. Mas nós temos que retornar a 2010, porque foi feito em 2010. Então, várias... nós estávamos com uma companhia... Insisto, a maior, uma das maiores companhias de petróleo do mundo que havia descoberto uma riqueza — que, aliás, já está explorando a riqueza. Não é uma fantasia o pré-sal, como muitos disseram, já está saindo óleo do pré-sal —... então, a companhia ia precisar de sondas para extrair esse óleo. Então, nós entendemos, à época, que valeria a pena, sim, participar do aumento de capital, já que de sete sondas havia aumentado para 29 sondas. Então, eu não conheço o Sr. Pedro Barusco, nunca estive com o Sr. Pedro Barusco. Mas eu queria... Eu não tenho, Deputado Francischini, nenhuma procuração — o senhor, por favor, me entenda no melhor sentido da expressão — para defendê-lo. Mas a montagem de *offshores* na Holanda para registro das sondas obedece aí a uma lógica fiscal — a própria PETROBRAS faz isso. Então, se ele desviou ou não, como mesmo o senhor disse, a Polícia Federal vai investigar. Mas o fato de estar simplesmente... a criação dessas *offshores*... é porque cada sonda estaria registrada, de fato, na Holanda, para efeitos fiscais, que beneficiariam a companhia. Então, isso era sabido da gente, isso foi levado ao Conselho de Administração. Então,...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está registrado em ata?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Está, sim. Está registrado em ata...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicitamos as atas referentes ao tema.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, aqui, depois — a Lucimara está me... Com relação à renda variável que o senhor disse que veio caindo, caindo, caindo, de fato, o senhor tem razão, mas eu gostaria que o senhor — depois a apresentação vai ser disponibilizada a V.Exa. — dissesse: o que está em Renda Variável, que é um terço do que nós temos em Renda Variável na Fundação? São



ações da Vale. O que é o outro terço? Ações no mercado à vista — que também caiu nos últimos 3 anos. Nós já fizemos ajustes na nossa política de investimentos. Quero dizer a V.Exa. que a política de investimentos que foi aprovada em dezembro do ano passado, para vigorar para 2015, foi aprovada por unanimidade...

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Qual é a maior empresa?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ...unanimidade pelo Colegiado, pela Diretoria Executiva e foi aprovada pelo Conselho Deliberativo por unanimidade.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Qual é a maior empresa de investimentos nessa Carteira de Rendas Variáveis?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hoje, é a Vale. É a Vale.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Que é a Invepar. E depois vem...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Exato.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, pode continuar, Dr. Carlos Alberto.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Mas a maior é a Vale.

**O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI** - Depois...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode prosseguir com a sua resposta, Dr. Carlos Alberto.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Depois, vem Invepar; depois, acho que JBS, nós temos quase 800, 900 milhões... *(Pausa.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Dá prejuízo?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não. Prejuízo... A Vale... É importante registrar, Deputada, nobre Deputada Erika Kokay, prejuízo é se nós tivéssemos que desfazer das ações da Vale agora. Eu gostaria de lembrar a essa Comissão como a Vale... Como a FUNCEF entrou na Vale. A FUNCEF entrou na Vale em 1997, com a privatização da Companhia, num bloco de controle. Esse bloco de controle tem 20 anos que ele não pode se desfazer, portanto eu só poderei me desfazer das ações... Porque outra pergunta, Deputado Francischini, que vem muito: *“Ah, mas então por que vocês não venderam quando estava lá em cima, né, o minério a 187?”*. Porque não podíamos. O bloco de controle que foi firmado em 97 apenas poderá ser desfeito, ou não, vai depender do que os acionistas decidirem, no ano de 2017, 20



anos depois. Isso foi um ajuste que foi feito na época da privatização da Companhia, em 1997.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A aplicação da JBS, eu acho que foi a pergunta da Deputada, é superavitária ou deficitária?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É superavitária. Nós estamos com a rentabilidade acima da meta atuarial, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concluiu?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Acho que concluí as respostas ao eminente Deputado Francischini.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tudo bem.

Com a palavra o Deputado Índio da Costa, pelo tempo de 10 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Deputado, pela ordem. Deputada Eliziane. Eu queria só uma informação de V.Exa.: quantos estão inscritos? Eu só estou querendo saber a ordem, porque eu também estou numa outra Comissão. Há quantos inscritos ainda, e o meu número em ordem? Eliziane.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Diria que... Vamos ler a ordem.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só para a gente poder ter uma compreensão do tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Após a conclusão dos Sub-Relatores, nós temos o Deputado Vitor Valim... nós temos os autores de requerimentos, né, o Deputado Paulo Azi, depois nós temos, na sequência, o Deputado Vitor Valim, o Deputado Enio Verri, o Deputado Rocha, o Deputado João Rodrigues, a Deputada Erika Kokay, o Deputado Samuel Moreira, o Deputado Busato, o Deputado Hugo Leal, o Deputado Paulo Teixeira, o Deputado Perondi, o Deputado Edinho Bez como não membro. E acredito que talvez a Secretaria... Essa é a relação dos nomes que estão aqui. V.Exa. já solicitou...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente... Presidente...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu me inscrevi, Deputado. Eu estou inscrita também para falar.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então a Secretaria me passará. Essa é a primeira relação que me passou, só para saber que há muita gente inscrita.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - É verdade, bastante.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Na sequencia ela irá atualizar essas inscrições.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente, eu, Pompeo de Mattos, também estou inscrito, Presidente, e eu também fui um dos autores do requerimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu estou com a lista que a Secretaria me passou. Solicito que o Secretário Saulo atualize, porventura, autores de requerimentos outros.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Eu sou um dos autores do requerimento também, tanto da Caixa Econômica Federal quanto do Banco do Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Secretário Saulo irá providenciar, e, se sua assessoria tiver o número do requerimento, já também colabora, porque são mais de 300 que estão lá.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Perfeito.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu posso fazer um pequeno complemento à resposta do Deputado Francischini? É bem rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode sim.

O Dr. Caser quer 1 minuto para complementar uma resposta, antes de o Deputado Indio da Costa iniciar.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O Deputado... Creio que o Deputado Francischini teve que se retirar, mas eu esqueci uma informação importante: a companhia Sete Brasil já ingressou com ações judiciais contra o Sr. Ferraz e contra o Sr. Pedro Barusco por eventuais prejuízos que possam ter causado, no exercício de suas funções, à Sete Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Gostaria de solicitar ao senhor, especialmente por intermédio da Conselheira na Sete Brasil, o conhecimento a esta Comissão dessas respectivas ações que foram impetradas.



O Sub-Relator Deputado Indio da Costa.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Bom dia. Tenho algumas perguntas aqui, assim... Vou fazer na sequência, de maneira bem objetiva. Não sei se... Pode ser pergunta e resposta, para ser um bate-bola mais rápido? Pode ser assim, pelo tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. use o seu tempo conforme a sua conveniência.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Quanto a FUNCEF gasta atualmente com a taxa de administração da entidade? A minha área é a área imobiliária. Na realidade eu estou aqui contribuindo com o nosso Relator na área imobiliária. Então as perguntas naturalmente vão para essa direção, para facilitar depois ao Relator. Então, a primeira pergunta é a seguinte: a FUNCEF, qual é a taxa de administração que a entidade cobra hoje, e que percentual médio ela tem gasto nos últimos anos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós temos gasto em torno de 160 milhões/ano, Deputado Indio da Costa, e a taxa de administração, ela varia de cada plano. Eu vou pedir aqui à Dra. Lucimara e a algum universitário que estiver aí, na plateia, para me passar, porque cada plano tem uma taxa específica e, de cabeça, eu peço desculpas a V.Exa., mas não estou me lembrando. Mas em torno de 160 milhões/ano é o custo administrativo da Fundação para pagamento de pessoal, consultorias, enfim, alugueis.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Bom, entre esses gastos, então, teve contratação de empresa de consultoria.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Que valor?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu também não tenho assim de cabeça, posso passar para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Quais foram as empresas de consultoria contratadas?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - De cabeça, eu posso me lembrar de... A gente contrata empresas para fazer avaliações de ativos. A gente tem Baker Tilly, que me lembro de que contratamos, temos Brasil Plural, KPMG. Enfim, são as três



de que eu me lembro, assim, Excelência, de cabeça, mas isso tudo virá, Sr. Presidente, para esta Comissão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E as agências de risco, classificação de risco, as *ratings*?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Elas são usadas para eventuais investimentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quem são as contratadas pela...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não existem contratadas. Por exemplo, se você... Aquele exemplo que eu dei sobre BR Malls. Quando a companhia vai colocar debênture no mercado, essa debênture, ela tem um *rating* que avalia a qualidade desse papel. Então, a própria companhia faz isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Há algum estudo atuarial mostrando qual o nível de exposição de risco... está hoje o patrimônio da FUNCEF, nos próximos 30 anos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, existe avaliação de risco, de *stress*, de se acontecer isso, acontecer aquilo, basicamente no que se refere à liquidez, que é uma coisa que a gente tem muita preocupação. Eu não tenho esse elemento aqui, vamos anotar para mandar para essa Comissão, esse estudo de liquidez, né, porque um fato muito importante no fundo de pensão é ele não ficar sem recursos líquidos para pagar os seus benefícios.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Sim.

Na sua opinião, está adequada a rentabilidade mínima necessária para cumprir os compromissos assumidos pelos planos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Pelo que nós vimos e demonstrei, Deputado, ainda não. Nós temos que... Com o sofrimento da renda variável, isso não atingiu a necessária rentabilidade para que isso fosse alcançado.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Na sua opinião, por quê?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Basicamente, Bolsa, que nós estamos sofrendo há 7 anos. Eu demonstrei que, nos últimos 7, nós tivemos uma queda de 21% no índice BOVESPA e, nos últimos 3 anos, nós tivemos 11% negativo, se eu



somar 12, 13 e 14, que são os anos que nós estamos nos referindo aqui, que foram os anos mais, vamos dizer, complicados, em termos de Bolsa de Valores.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Houve alguma desaceleração na concessão de empréstimos e financiamentos, nos últimos anos, em prol de maiores investimentos na área imobiliária?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Só uma dúvida: V.Exa. se refere a empréstimos para participante?

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Sim, claro.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não houve. O que houve foi uma interrupção do empréstimo com taxa fixa, por uma razão simples. Essa taxa, ela, com a subida da inflação e a subida em consequência, porque a meta atuarial é inflação mais taxa de juros, com a subida da inflação, essa taxa ficou acima do que nós estávamos cobrando no valor fixo, de juro fixo. E nós somos impedidos pela PREVIC, pelo órgão regulador de fazer empréstimos abaixo da meta atuarial. Então, nós optamos por suspender a modalidade fixa. Mas a modalidade variável, que é inflação mais uma taxa de juros, essa continua plenamente funcionando.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Todas as perguntas que eu fizer têm sempre como base aqui os assistidos e os participantes, né, porque, na verdade, a minha participação aqui na CPI é tão somente para defender os funcionários atuais (*palmas*), os pensionistas e também os aposentados, de hoje e os aposentados de amanhã, do fundo de pensão.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Perfeitamente, Excelência.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Em relação ao Hotel Blue Tree Park, o Blue Tree, ele tinha 50% da FUNCEF e 50% de uma empresa privada.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hã, hã.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Ao mesmo tempo, também tinha o hotel de Brasília... o, aqui, o Shopping Brasília, 50% da mesma empresa privada e 50% da FUNCEF. Um gerava prejuízo e outro gerava lucro. A FUNCEF, numa operação interna, aprovou, na Diretoria Executiva da FUNCEF, e mandou para o Conselho Deliberativo da Fundação, que, por fim... acabou por sorte sendo rejeitada a operação, mas que passou por essa Diretoria Executiva, aprovando a troca daquilo que dava lucro por aquilo que dava prejuízo. Quer dizer, manteria na



empresa privada o ativo do Shopping, que dá lucro, e deixaria na FUNCEF o Hotel Blue Tree Park, que gerava prejuízo para os participantes.

Há na sua memória a informação de quais foram os motivos que levaram à não aprovação, pelo Conselho Deliberativo, daquilo que a Diretoria Executiva já tinha aprovado?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Perfeitamente. Deputado Índio da Costa, o senhor me dá a oportunidade de esclarecer esse ponto, que é sempre um pouco nebuloso. Essas parcerias com esse sócio privado foram feitas antes do prazo estabelecido aqui por esta Comissão. Portanto, foram feitas antes de 2003. Ocorre que é uma parceria que não nos deixa, para usar uma linguagem um pouco mais suave, muito confortáveis, exatamente porque é 50, 50, tanto no hotel como... 50, 50, tanto no Shopping. E isso faz com que muitas vezes conflitos sejam difíceis de serem resolvidos, exatamente porque cada sócio tem exatamente o mesmo percentual. Se nós tivéssemos 51, seria muito mais fácil. Então, a tentativa de desfazer essa parceria, digamos assim, ela veio no seguinte sentido de: *“Tá bom, vocês fiquem com um dos ativos, a gente fica com o outro ativo”*. Isso passou por várias análises dentro da Fundação, à época, eu me lembro perfeitamente. Mas, obviamente, e aqui eu não quero... Eu quero deixar bem claro para esta CPI, Sr. Presidente, Sr. Relator, que eu não estou fazendo nenhum juízo de valor do parceiro que está conosco nesses dois investimentos, mas era uma parceria muito visada, muito, eu diria, midiática. Então, nobre Deputado Índio, qualquer coisa que se fizesse, eu posso garantir a V.Exa., se vendesse o de lá e ficasse com o de cá, iria dar problemas, e idem, vice-versa. Então, foi essa a razão pela qual o Conselho disse: *“Vamos deixar como está”*. E posso garantir a V.Exa.: outras tentativas houve, e quando eu era ainda Diretor de Benefícios e tal, quando eu assumi a Presidência. Mas nós, por prudência, porque sempre poderia haver essa questão, porque o Shopping está num processo maduro, maduro, pronto, funcionando, pouca vacância... E o hotel... Nós temos uma avaliação que esse hotel, que talvez muitos dos senhores conheçam e fiquem lá, é um hotel — que hoje não é mais Blue Tree; é o hotel, chama-se Golden Tulip —, é um hotel que a gente entende que pode render mais para nós. Nós... Ele é um hotel maravilhoso, uma arquitetura maravilhosa, um local excelente, enfim, um equipamento excelente. E nós estamos, inclusive neste



exato momento, Deputado, fazendo uma grande negociação para ver se a gente traz uma bandeira internacional, reconhecida, para que realmente o hotel possa render o que ele... nós achamos que ele deve render.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Mas a pergunta objetiva é a seguinte: por qual critério a Diretoria Executiva...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já encaminhando para a conclusão, que o seu tempo se encerrou.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Tá. Então eu vou fazer aqui, logo, todas as perguntas que faltam.

A primeira pergunta é: por que razão a Diretoria Executiva da FUNCEF, ela aprova — achando que pode ser um bom negócio, embora um gere prejuízo e o outro lucro, e vai para a área privada o que dá lucro; fica na FUNCEF, portanto, para os aposentados e pensionistas, aquilo que gera prejuízo — um, aprova, e o outro desaprova.

A segunda pergunta: considerando essa experiência, foram feitos novos negócios com essa mesma empresa lá na FUNCEF, ou não?

Outra pergunta: se sim, quais são os ativos que permanecem na carteira da Fundação? Quais os critérios de avaliação e decisões de negócios que continuam sendo usados, realizados... nessa pergunta anterior, na realidade... A pergunta é a seguinte: se mudou ou se não mudou o critério de avaliação a partir dessa experiência que houve da FUNCEF com essa empresa privada. Além dos 50 e 50%, os critérios de avaliação mudaram ou continuaram sendo iguais?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O.k.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - As outras perguntas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Rapidamente, Deputado.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - A FUNCEF tem fundos de investimento imobiliário, fundos de investimento em participações com provisionamento de perdas? Quais são?

Aí, depois, pedir para encaminhar para o Presidente, aqui, os relatórios de providências que foram tomadas.

Houve algum investimento de recurso fora do País feito pela FUNCEF? A FUNCEF tem investimentos fora do Brasil ou só no Brasil?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO INDIO DA COSTA** - Tanto em imóveis quanto em fundos de investimento. Se sim, quando foram feitos e quais são, e também que valores.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O.k.

V.Sa. entende que a Diretoria Executiva da entidade, ela sofre influência política do Governo na decisão ou na escolha de investimentos, em especial na minha área, em que eu estou aqui trabalhando, que é no setor imobiliário? Mas também tenho curiosidade de saber nos outros setores.

Por fim, lembrando que V.Sa. está sob juramento: já sofreu ou conhece algum caso de ingerência política no nível decisório da entidade que administra? Se sim, quais foram os casos?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Indio da Costa.

Com objetividade, o Dr. Carlos Alberto Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim. Sr. Presidente... Obrigado, Deputado. O senhor, Deputado, V.Exa. fala sobre a DE aprova e o Conselho desaprova. Eu reputo como uma fortaleza da nossa governança. Em lugar de ser uma fraqueza, reputo como uma fortaleza, porque órgãos colegiados, um superior ao outro, eles existem exatamente para isso, para que, eventualmente, se o órgão superior, que é o Conselho Deliberativo — e, neste caso, em função da mídia, avocou para si a decisão —, decidiu que era melhor não fazer... Então, são... É muito importante que a gente registre isso. Critérios de avaliação de negócios. Eles continuam passando por aqueles critérios que eu demonstrei a V.Exa. Então, aquele foi específico. A área, à época, achou que: *“Olha, talvez fosse melhor ficarmos com o hotel, porque o hotel tem uma perspectiva de ganho maior do que o shopping”*. Então, nos fundos imobiliários e FIPs, as perdas nós encaminharemos a esta Comissão, Sr. Presidente, e as providências. Investimentos fora do País. Zero, Sr. Deputado Indio da Costa. Não temos investimento fora do País, exceto, obviamente... nós temos ações da Vale. A Vale tem no mundo inteiro. Então, é um indireto. Mas, assim, ações disso, ações daquilo, não temos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nem atualmente, nem no passado?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nem no passado. Embora... Eu gostaria de deixar registrado aqui para esta Comissão, Sr. Presidente, que a legislação permite que os fundos de pensão possam aplicar até 10% de seus ativos no exterior. A legislação atual permite isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É, a POSTALIS gosta muito.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - *“Sofre ingerência política na área imobiliária e ingerência política em geral?”* Não, Sr. Deputado Índio da Costa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Com a palavra o último dos Sub-Relatores. *(Pausa.)*

Vamos dar... A pedido do Dr. Caser, vamos dar 5 minutos de suspensão, para que ele possa ter um intervalo. E eu sugiro também aos Deputados que possam ir dar presença em plenário, que daqui a pouco inicia a Ordem do Dia.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente... Presidente... Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Pompeo de Mattos, Presidente, aqui. Só para avisar a V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sim. Os autores de requerimentos já foram atualizados: Deputado Paulo Azi, Deputado Pedro Cunha Lima e Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Os meus requerimentos são o 148 e o 149.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já localizados e já inseridos aqui na relação.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Como autor, né?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Na verdade... Sim, como autor.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E coautor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Na ordem, Deputado Paulo Azi, Deputado Pedro Cunha Lima — se estiver ausente, eu acho que o Deputado Samuel Moreira — e o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Muito obrigado, Presidente.



(A reunião é suspensa.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicito silêncio em plenário para podermos retomar a audiência, por favor.

Com a palavra o Deputado Marcelo Aro... (*Manifestação na plateia.*)

(*O Sr. Presidente faz soarem as campainhas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicito aos amigos da FUNCEF — pensionistas, aposentados, beneficiários, trabalhadores — que, por favor, contribuam com o bom andamento da sessão.

Com a palavra, por 10 minutos, o Sub-Relator Deputado Marcelo Aro.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Muito bom dia a todos. Farei as perguntas, e gostaria de ir indagando do depoente, Carlos Alberto.

Primeira coisa que eu queria perguntar — o senhor pode me responder com “sim” ou “não”, Sr. Carlos Alberto: se essa página que eu tenho do Twitter @casercarlos, se é sua mesmo ou é *fake*?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Essa é sua? Não é *fake*, não? Então está bom. No título da página dele, nós temos: “*Minhas bandeiras sempre foram essas*” — PT e uma bandeira do Brasil. Eu lamento, assim como o Deputado falou, que não tenha a bandeira da FUNCEF. Sua bandeira é o PT, depoente. (*Palmas.*)

Eu começo fazendo aqui uma observação para os nobres colegas: que, até hoje, nós ouvimos duas pessoas, dois presidentes de fundo, os dois filiados ao PT. É coincidência? Primeira análise que eu começo a fazer dessa Comissão que nós instalamos aqui.

Minha pergunta, bem objetiva, Sr. Carlos Alberto, primeira: quanto o senhor doou na última campanha eleitoral? Valor.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Se não me falha a memória, Deputado... Desculpe, me faltou o nome, Excelência.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Marcelo Aro.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Ado?

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Aro.



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Aro. Deputado Marcelo Aro. Se não me engano, foram 10 mil reais para a Deputada Erika Kokay e um jantar, acho que foi 500 reais, para um do... então Governador, candidato a governador Wellington Dias.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não. Acho que, para a Deputada Erika, foi um pouquinho mais, foram, acho, 16 mil reais.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Cadê ela? O.k. Ela poderia ajudar a gente.

A auditoria na FUNCEF realizada pela Caixa questiona investimentos desastrosos no fundo, destacando — desastrosos — Consórcio Invepar “(Petros, Previ e construtora OAS, além da FUNCEF)”, que foi selecionado pelo Aeroporto de Guarulhos, “com ágio astronômico e sem retorno à vista devido às exigências contratuais (...) a concessão da BR 040 (Brasília-Juiz de Fora) (...) ser duplicada em cinco anos”. Usina Belo Monte, Sete Brasil, que já foi muito aqui falada. Minha pergunta é, Sr. Presidente: esses investimentos foram resultado de alguma ingerência política?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nobre Deputado Marcelo Aro, eu gostaria, antes de responder às perguntas, como V.Exa. mostrou a foto do Twitter, eu gostaria de esclarecer a V.Exa. um pequeno detalhe: tanto a minha página no Facebook quanto a minha página no Twitter são páginas rigorosamente pessoais. Se o senhor... Autorizo V.Exa. a fazer uma investigação. Não há... Exceto um caso que vou dizer a V.Exa., que comuniquei aos meus amigos, porque estava sendo acusado, injustamente, de ter comprado um apartamento no Leblon no valor de 11 milhões de reais. Então eu comuniquei aos meus amigos que estava processando esse participante, que é participante da FUNCEF. Nenhuma outra postagem, seja do Twitter, seja do Facebook, faz qualquer tipo de menção à entidade FUNCEF, que eu presido. A entidade que eu presido tem suas páginas oficiais.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Não faz menção ou não representa o que a FUNCEF pensa? É diferente, não?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu não... Exatamente. Não! Eu não faço menção. Eu não faço...



**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O senhor está sob juramento aqui. Se o senhor mentir, o senhor está cometendo crime. O senhor faz menção, sim. O senhor falou no seu Twitter que a Miriam Belchior aderiu ao FUNCEF. Então o senhor faz menção ao FUNCEF, sim. *(Palmas.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Que ela aderiu ao FUNCEF — deve ter sido o Twitter da Fundação.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Não. O senhor botou no seu, no seu Twitter.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Poder ser que eu tenha retuitado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Ah, então o senhor falou uma informação diferente aqui para a nossa Comissão.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Pode ser... Pode ser que eu...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O senhor está sob juramento.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu sei, Deputado. A gente não pode se lembrar de tudo...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - É, mas não pode mentir também, não, depoente.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ...o que a gente, o que a gente publica.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Lembrar... Você não é obrigado a lembrar de tudo; mentir o senhor não pode nessa CPI, não. *(Palmas.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu sei... Eu sei perfeitamente disso. E V.Exa... Eu reafirmo a V.Exa. que nenhum dos dois instrumentos de caráter pessoal foram usados, de páginas pessoais, foram usados para qualquer assunto de interesse ou de relevância da Fundação. Para isso, a Fundação tem os casos dela.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. O senhor teve ingerência política nas empresas que eu perguntei a V.Sa.?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu gostaria que a Lucimar... A Lucimar ainda está aí? Se pudesse passar uma tela, eu gostaria de responder lembrando ao nobre Deputado Marcelo Aro...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Eu vou pedir, Sr. Presidente, para que ele passe depois. Então eu vou continuar as minhas perguntas...



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É. Responda objetivamente à pergunta, se houve ou não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - A minha pergunta é — sim ou não: houve ingerência?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É porque eu quero mostrar a governança.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Eu é que estou inquerindo aqui. Eu só quero saber “sim” ou “não”. Houve ingerência política?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas a pergunta é “sim” ou “não”, Dr. Caser. O senhor tem que responder a pergunta.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A resposta é “não”, mas eu gostaria depois, se V.Exa. me permitir, eu quero mostrar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Depois haverá tempo para isso, mas esse é o momento.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. A minha pergunta é “sim” ou “não”, depoente. V.Sa. não está aqui pra fazer o que senhor quer e, sim, o que a gente pergunta. (*Palmas.*) A gente tem aqui como investimento da FUNCEF e aplicado em renda variável com alto risco: Sete Brasil, que já foi falada, com prejuízo contabilizado de meio bilhão de reais, 300% na Invepar, ágio de quase 300% na Invepar, Multiner, Banco Santos, Gradiente, que foi um péssimo negócio, OAS, Supermercado Gimenes, Brasil Telecom e por aí vai. Várias!

Em síntese, Sr. Presidente, é uma solicitação para V.Exa. Eu gostaria de ter todas as documentações embasadoras das tomadas de decisão desses investimentos. Então, faço o apelo, repito, em relação às empresas Invepar, Multiner, Banco Santos, Gradiente, OAS, Supermercado Gimenes, Brasil Telecom, BR Malls, Brasil Ferrovias, TG Participações, Wet'n Wild, Hopi Hari. Só alguns que eu já mencionei aqui e gostaria de ter.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A solicitação a Presidência fez, e o compromisso da FUNCEF é entregar todas as documentações referentes aos investimentos. Será dado conhecimento a V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Ótimo. A gente sabe que a FUNCEF já, em 2012, registrou um déficit 1,37 bilhão; 2013, 3,1 bilhões; 2014, 6,5 bilhões.



Tudo indica que agora irá acontecer de novo. Na terça, nós indagamos ao outro Presidente de Fundação: a partir do quarto ano, quem começa a pagar a conta são os funcionários. Você já está fazendo planejamento para passar a conta para eles?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Conforme determina a lei, Deputado, a partir do terceiro ano em que há déficit, a legislação determina que haja um equacionamento do déficit.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - A minha pergunta se já há o planejamento.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Já há o planejamento.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Então, eles vão pagar a conta.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O planejamento está sendo feito no ano de 2015. Se não mudar a legislação, que é uma das coisas que de repente esta Comissão — até estava comentando com o Sr. Presidente — poderá eventualmente sugerir, que são melhorias no que se refere à questão de legislação, de solvência dos fundos, a partir de 2016 haverá equacionamento.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. Chegou uma informação para mim. Gostaria que me respondesse se é verdadeiro ou não: que o senhor vai muito à Suíça. Isso procede? Sim ou não.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Estive recentemente na Suíça num seminário promovido pela ABRAPP, que é uma entidade fechada, a associação brasileira dos fundos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Mas não é com frequência?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não é.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Não. O.k. O senhor tem algum dinheiro na Suíça ou em algum outro país?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Não. Em relação às ações de governança e providências, Eu queria saber de maneira concreta o que o senhor tem feito para reverter as acusações de falta de transparência na FUNCEF, bem como da alegada falta de informação da grave situação deficitária de alguns planos administrados pela Fundação, a ponto de os participantes e assistidos apresentarem pedido de seu afastamento. Eu acompanhei, houve um pedido de afastamento. Mas



eu vou terminar minhas perguntas, porque o meu tempo está acabando, e aí ele fala numa única vez. Então, essa é a primeira. Gostaria que falasse sobre isso. É “sim” ou “não”. Ainda está no meu tempo. Se parar de investir na Vale, o senhor perde a remuneração na Valepar e a mesma coisa na Friboi? Porque o senhor recebe.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hum, hum.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Aí, se parar de investir, se a FUNCEF parar de investir, o senhor para de ser remunerado. *(Palmas.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O senhor não acha que isso é um conflito de interesse, não? *(Palmas.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - No caso da Vale, não, porque, como foi dito aqui na pergunta, se não me falha a memória, do Deputado Marcus, na Vale, a gente só pode se desfazer do investimento a partir de 2017 por força de acordo de acionistas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. A Lucimara recebe no Conselho da Sete Brasil?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ela não está aqui na condição de depoente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Não, eu estou perguntando pra ele. Se ele sabe.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Recebe.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Recebe?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Recebe.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. Então, eram as minhas últimas perguntas. E agora eu as deixo para você, depoente.

Primeiro, faço uma observação. Acho que aqui há um gritante conflito de interesse. Por exemplo, investe na Friboi e recebe no Conselho que participa da Friboi. *(Palmas.)* Então, é claro que não vai querer tirar as ações de lá, porque recebe assim na Sete Brasil, e por aí vai. Em minha opinião — e aqui emito opinião, Presidente —, há um conflito de interesse direto nessa relação. Não é saudável. Pode ser lícita, mas não é moral. *(Palmas.)*



Também, Presidente, quero fazer um pequeno registro sobre o depoente. Ele falou que as coisas na sua página são pessoais, que não transmitem o pensamento da FUNCEF.

O Deputado Marcus Pestana fez uma menção em relação àquele vídeo com os funcionários. Ele falou que foi um momento que ele teve. E, pelo que eu vi na página dele no Twitter, não é um momento. Realmente é dele, porque, em várias datas diferentes, mostra esse comportamento um pouco estranho. Há alguns tuítes sobre os quais realmente eu acho que a CPI tem que pensar, porque mostram a pessoa que está à frente da Diretoria, da Presidência da Fundação. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Essa é uma opinião de V.Exa.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Sim, exatamente. Para concluir minha participação, Presidente, ele coloca: *“Meu interesse pelos reações é diretamente proporcional ao meu interesse pela bolsa de valores”*. Então, ele não tem interesse pela bolsa de valores?

*“A lambança de amanhã na Paulista — falando da manifestação de 16 de agosto — é como aquela que pode ser lida na abertura de golpe de Estado, só que diferente. Consagra o fim de Aécio”*. “Lambança”. Chamou a manifestação de lambança. *(Palmas.)*

*“Não, não, não, não me incomoda que o PSDB seja inimputável, o que me deixa puto é que a Justiça brasileira só veja um lado.”* Acho que está faltando a Justiça brasileira ver esse lado aí. *(Palmas.)*

Palavras dele: *“Antes o Lula era o cara; agora disse que o Brasil é potência mundial. Sei não, a direita brazuca vai achar que o Obama é bolivariano”*. *“#DilmaHojeDilmaSempre, e beijinho no ombro pros recalçados”*. *(Palmas.)*

Para terminar, Presidente: *“#ToComLula chorem (...)”*, chamando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para terminar.

**(Não identificado)** - Viva a democracia!

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Presidente, que nível nós temos aqui. Desculpe.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está encerrado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Para concluir, Presidente.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está encerrado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Presidente, meu tempo de Liderança.  
Eu sou Líder, Presidente.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas há outros Líderes à frente. Após os autores do requerimento, V.Exa. poderá falar.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Líder tem a palavra a qualquer momento, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É o acordo de procedimentos que foi adotado por nós.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - É uma questão de ordem, Presidente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Quais os Líderes estão inscritos, por favor?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Rubens Bueno e o Deputado Paulo Azi.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, uma questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, a questão de ordem...

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Eu estou inscrito, Presidente, como Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Na sequência.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, o Sub-Relator fez as perguntas no seu tempo. Feitas as perguntas, no seu tempo, elas devem ser respondidas pela testemunha. E nós precisamos debater fatos que esclareçam temas de investimentos que são feitos no fundo de pensão. Essa é a minha questão de ordem, Presidente, é sobre o objeto desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Eu acredito que, por ter se tratado...



**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, a questão de ordem não tem artigo, é infundada. Por favor!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas é pertinente.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Por favor, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas é pertinente, Deputado Sóstenes. O Dr. Caser não tem nenhuma obrigação de se reportar a fatos pessoais que não digam respeito à atuação dele na FUNCEF. Mas também o Deputado Marcelo Aro tem o direito de, durante o seu tempo, fazer as falas que desejar e responder por eventual situação que ocorra.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Questão de ordem, então, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, ele tinha essa situação... Vamos avançar, Deputado Sóstenes, para a gente não polarizar?

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Só para entender quais são os Líderes inscritos antes do Deputado Marcelo Aro e se estão presentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado Rubens Bueno, Deputado Paulo Azi e Deputado Marcelo Aro, na sequência. Conforme o acordo de procedimentos, para evitar que Líderes venham aqui e tomem a palavra dos que estão sentados, esperando, nós concordamos que a palavra dos Líderes só será concedida após a fala, pelo menos, dos requerentes.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O que o Deputado Paulo fez não é uma questão de ordem, não. É, se muito, uma reclamação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Reclamação, questão de ordem, art. 95.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. Mas não é uma questão de ordem, não. Tem que ter artigo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Carlos Alberto Caser, para responder as perguntas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Beijinho no ombro dos recalcados.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado Marcelo Aro, no que se refere às suas perguntas sobre falta de transparência, eu gostaria de dizer a V.Exa. que apresentei aqui para esta CPI, durante a minha apresentação inicial, as várias



reuniões, debates, que foram feitos ao longo desses anos todos, e me lembro que, quando eu era Diretor eleito, ia nos Estados, falava sobre a Fundação, enfim. É que a Caixa está espalhada pelos 8 milhões e 500 mil quilômetros quadrados do Brasil, em praticamente todos os Municípios. Atingir todos é uma tarefa muito difícil, mas nós temos feito, usando as tecnologias mais modernas, no sentido de que o máximo de informação possa ser prestada aos participantes. No que se refere a pedido de afastamento, eu também considero normal. As pessoas têm todo o direito de se manifestar. Nós vivemos num país livre, nós vivemos num País em que as pessoas podem se manifestar de todas as formas, pelas redes sociais, podem se manifestar fazendo passeatas, podem se manifestar de todas as formas. Portanto, eu considero como parte da democracia. Não vejo nenhum problema de que as pessoas tenham esse procedimento. No que se refere à JBS, a governança evoluiu no sentido de que os investidores possam ter assento nos conselhos, nos comitês, no Conselho Fiscal, exatamente para fiscalizar como está indo o recurso que eles investiram naquelas empresas. Isso se chama governança. Então, é absolutamente comum — eu quero deixar claro aqui, para esta Comissão, Sr. Presidente —, é absolutamente comum não só no Brasil, mas no exterior, os investidores, não só, muitas vezes, entrarem com conselhos, como nomeando diretores, diretores de finanças, diretores de controladoria, exatamente para fiscalizar *in loco* o dinheiro que foi aplicado. Então, eu não considero, com a devida vênia, com o devido respeito ao Deputado Marcelo, que haja conflitos de interesses. No que se refere a todas as menções que V.Exa. fez no Twitter, Deputado Marcelo, eu vou tomar emprestada aqui a palavra do Presidente da CPI, que diz que isso não está em discussão, não é objeto de discussão desta CPI, portanto, eu assino embaixo do que disse o nosso Presidente da CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado.

Com a palavra o primeiro requerente, o Deputado Paulo Azi, a quem agrego o tempo de Líder para sua participação.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Agradeço a V.Exa., Deputado Efraim. Vou tentar ser o mais breve possível, para que não impedir que nossos colegas também possam se pronunciar.



Quero cumprimentar o Relator, Deputado Sergio Souza; o Dr. Carlos Alberto Caser... É Cáser ou Caser?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Caser.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Caser.

Cumprimento também os prezados Deputados e Deputadas que nos acompanham, e todos aqueles que estão a nos assistir através da *TV Câmara*.

Sr. Presidente, a apresentação feita pelo Dr. Caser, no início desta reunião, traz-nos a sensação de que nós estamos diante de uma instituição modelo, uma instituição exemplar, com regras de governanças modernas, com rígidos controles internos. E, no entanto, logo no início da inquirição feita pelo nobre Relator, que trata do investimento executado pela Fundação na Gradiente, fomos surpreendidos por uma informação de que uma operação realizada com essa empresa privada trouxe, de prejuízo, 400 milhões, e que as garantias possivelmente foram tão frágeis que nem ensejaram um demanda judicial. E o prejuízo já foi aí escrito no balanço da FUNCEF.

Sr. Presidente, nós estamos ainda no início da nossa investigação, mas algo nos parece muito claro, e acho que nós, ao final dos trabalhos desta Comissão, devemos propor algumas recomendações nesse sentido.

Na terça-feira, estive aqui o Presidente do POSTALIS, que, antes de assumir aquela instituição, participou também da diretoria, num cargo de relevância, na PETROS. O que se está delineando é que parece que nos últimos anos foi criada uma casta de pessoas que circulam nos diversos fundos de pensão e que mantêm esse poder de comando. (*Palmas.*) Não me parece ser algo que venha a constituir, por mais competência que possa ter uma personalidade, o cidadão ficar 17 anos participando de uma diretoria de um fundo de pensão — por mais competente que seja; não estou aqui fazendo nenhum juízo de valor. E aí o cidadão sai, vai para o conselho,; do conselho vem ser diretor, de diretor vem ser presidente, depois sai e vai para outra fundação, para outro fundo de pensão.

Quer dizer, é uma casta que me parece foi formada, nos últimos anos, para manter o efetivo controle desses fundos de pensão que representam o interesse de milhares e milhares de pessoas que sonham ter uma tranquilidade no seu futuro, na sua vida, quando aposentado for.



O Dr. Caser, antes de ser Diretor-Presidente da FUNCEF, ocupou a Diretoria de Controladoria. Eu entendo que Diretoria de Controladoria deva lidar com questões ligadas a auditorias, a investigações, a fiscalizações. E eu gostaria de ouvir um pouco da atuação de V.Sa. nesse período, se V.Sa., efetivamente, atuou abrindo sindicâncias, iniciando processos administrativos, se é que são esses os objetos dessa Diretoria de Controladoria. E aí quero me ater, voltando no tempo, às questões que foram levantadas à época da CPI dos Correios.

V.Sa., nesse período, era Diretor de Controladoria, e se questionava muito que diversos fundos de pensão, inclusive a FUNCEF, participaram de operações com diversos bancos que, mais tarde, soube-se serem bancos utilizados para se efetuar empréstimos fictícios, fantasmas, com o Partido dos Trabalhadores. V.Sa., à época, levantou algum tipo de sindicância interna, de averiguação sobre essa questões que foram levantadas à época da CPI dos Correios?

Todos nós sabemos, Sras. e Sras. Parlamentares, que a decisão que levou os diversos fundos de pensão a atuarem em diversos investimentos de infraestrutura no País foi uma decisão política tomada pelo ex-Presidente Lula. O ex-Presidente Lula tomou a decisão política de se fazer com que os recursos do fundo de pensão fossem endereçados a financiamento de obras e ações de natureza de infraestrutura no nosso País, o que, *a priori*, não é nada de absurdo, desde que nesses investimentos tenham sido observados critérios de transparência e proteção àqueles que, efetivamente, são os donos desses fundos.

E aí é estranho, voltando à questão da Sete Brasil, V.Sa. dizer que foi procurado por um banco privado, que ali lhe ofereceu, apresentou-lhe um negócio, e aí a FUNCEF retira recursos que estavam aplicados numa carteira com 24 anos de liquidez, lastreada por Letras do Tesouro Nacional, e coloca, atende ao pleito dessa instituição privada, e participa desses investimentos. V.Sa. foi muito firme quando afirmou que durante todo esses anos não teve qualquer solicitação de natureza política na tomada de decisões de investimentos, e aí, depois, sabe-se que se tem uma exceção: do ex-Deputado Andre Vargas.

Mas eu pergunto a V.Sa.: nós sabemos da decisão política do Governo Federal, tomada pelo ex-Presidente Lula, de fazer gestões para que esses fundos atendam a investimentos em infraestrutura no País; V.Sa., que afirma não ter



ingerências políticas, pode também afirmar quais são as relações da Fundação com os entes governamentais, com as pessoas que representam o Governo nas suas diversas instâncias? O Governo não faz gestões ao Fundo, não intui que o Fundo possa participar de diversas e algumas ações de investimentos em infraestrutura?

Ainda com relação à Sete Brasil, Dr. Caser, V.Sa. não fez qualquer declaração a respeito do questionamento do Deputado Francischini, com relação ao que se deu em 2012, quando alguns fundos que participavam desse empreendimento desistiram, e a FUNCEF continuou participando. Eu gostaria de saber como é que está hoje a participação da FUNCEF no corpo acionário da Sete Brasil. Veja V.Sa. que, hoje, a *Folha de S. Paulo* traz uma matéria que diz que novas exigências da PETROBRAS devem fazer com que a Sete Brasil tenha um prejuízo mais do que já teve, da ordem de 600 a 800 milhões de dólares. A PETROBRAS quer reduzir a participação da Sete de sete sondas para cinco, e isso vai acarretar um enorme prejuízo àquela empresa.

Eu gostaria de saber se V.Sa. tem conhecimento de como é que estão se dando essas negociações e qual a posição oficial da FUNCEF em relação a essa decisão e a essa nova exigência que parece que a PETROBRAS está fazendo. A FUNCEF vai acionar a PETROBRAS na Justiça, vai questionar essa decisão, ou não? (*Palmas.*)

Com relação ao Sr. Humberto Pires Gault de Lima, que V.Sa. afirmou trabalhar na Fundação, é conhecido o trânsito que esse senhor tem e as suas ligações com o João Vaccari, com o Alberto Youssef, com o José Dirceu e até com o ex-Presidente Lula. Esse cidadão já circulou por aí, por diversas entidades. Dizem que teria sido escolhido a dedo, para gerir o FUNPRESP, pela então Ministra Miriam Belchior; já atuou do BANCOOP; já atuou no BVA; na Multiner; e foi inclusive denunciado por auditoria do Banco Central de ter recebido 4,6 milhões, usando uma empresa de fachada àquela época. Eu gostaria de saber qual é a função que esse senhor exerce hoje na FUNCEF. (*Palmas.*) Qual a atividade, o cargo que ele, hoje, tem na empresa?

Gostaria também de saber de V.Sa. como se dá a relação da FUNCEF com o Grupo PAR e como é o relacionamento entre FUNCEF e FENAE. A FENAE, que em tese é a federação que representa os empregados e participantes do Fundo, parece



também que exerce uma atuação não sei se de corretagem ou de busca de investimentos.

Eu gostaria que V.Sa. falasse um pouco sobre essa questão, inclusive dizendo se considera como algo natural, algo ético, o fato de uma federação que deveria estar ali para defender os legítimos interesses dos participantes e dos funcionários estar também numa relação comercial com a FUNCEF. (*Palmas.*)

Por último, Dr. Carlos Caser, pelas diversas manifestações que V.Sa. faz de natureza pessoal, fica claro que V.Sa. é muito mais do que um filiado do PT. V.Sa. é um verdadeiro militante, um militante fervoroso do PT (*palmas*) e dos partidos de trabalhadores. Esse é um direito de V.Sa. V.Sa., como qualquer cidadão, tem o direito de ser filiado, de ser militante de qualquer partido.

Mas a pergunta que lhe faço é a seguinte: V.Sa. é, de um lado, militante fervoroso do PT e, de outro, dirigente máximo de uma fundação.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Conclua.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - Vou concluir, Sr. Presidente.

No momento das decisões, quando, de um lado, estiverem os interesses da FUNCEF e, do outro, estiverem os interesses do Governo do PT e do Partido dos Trabalhadores, qual decisão V.Sa. tomará? (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a participação do Deputado Paulo Azi.

Dr. Caser com a palavra. (*Pausa.*) Requeremos a objetividade possível.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, sim. Eu farei isso, Sr. Presidente. Caro Deputado Paulo Azi, vou tentar ser bastante sucinto nas respostas. Peço que V.Exa. perdoe a eventual concisão, mas é que são muitas perguntas. Enfim, depois, eu estou à disposição de V.Exa., caso V.Exa. queira. No caso, de fato, V.Exa. tem razão. Eu reafirmo que a Fundação tem um modelo de governança bastante sólido. Isso é inquestionável, e é inquestionável especialmente porque a Fundação tem representantes eleitos em cada um dos seus órgãos colegiados. Isso, para mim, é aquela história do olho do dono que engorda o gado. No caso da Gradiente, apenas gostaria de corrigir V.Exa.: a perda foi de 17 milhões, e não de 400 milhões. É uma perda expressiva, mas, diante de 400, é um pouco menor. E aqui, se V.Exa. me permite, eu... Longe de mim, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Sras.



Deputadas, mas esta Casa... Eu gostaria que esta Casa compreendesse... Eu gostaria de sair daqui deste depoimento, Sr. Presidente, com esta reflexão para esta Casa. Nós administramos 56 bilhões de reais, e todos aqui já administraram alguns recursos — ou administraram um restaurantezinho, um salão de beleza, um bar, aplicaram na bolsa. O que eu quero dizer? Eu afirmo aqui, já respondendo a pergunta de V.Exa., Deputado: nunca houve, de minha parte, essa necessidade de escolha entre A ou B, entre o Partido dos Trabalhadores e os investimentos da FUNCEF, pela razão, Deputado, de que eu também sou participante! Eu perco. Se eu tiver que fazer equacionamento, Deputado, eu sou participante da FUNCEF. Eu devo a minha aposentadoria à FUNCEF. (*Manifestação no plenário.*) Então, todas as pessoas que estão hoje dirigindo a FUNCEF são participantes. Então, elas precisam resguardar o seu próprio patrimônio, o patrimônio que é delas. Então, veja, por que eu falei da Gradiente? Por que eu falei da lojinha? Porque é impossível. Eu não estou dizendo que há má-fé, mas sobre isso eu gostaria de uma reflexão. É impossível você administrar, uma pessoa qualquer administrar um patrimônio dessa natureza sem que — aí eu estou afastando a questão da má-fé, da corrupção, de ter pegado dinheiro de propina —, algum investimento, mesmo que você tome cuidados, pareceres, não deem *default*. É impossível. Eu deveria ser, com todo o respeito a todos os demais colegas dos fundos de pensão, ser homenageado. Claro, se não tivesse, em nenhum momento, tido nenhum erro ou algum *default* que fosse nos investimentos. O que precisa, o que eu reafirmo a V.Exa. é que não houve, nesse caso da Gradiente, má-fé, corrupção e vontade de desviar dinheiro para quem quer que seja. No que se refere à Controladoria, quando eu estava lá, foi justamente o período em que o Ministério Público convidou, convocou auditores da própria Caixa Econômica, esses auditores trabalharam um ano e meio, e o Ministério Público ajuizou várias ações de improbidade administrativa. Algumas foram recusadas, algumas estão ainda em andamento. Se não me falha a memória — a Silmara me ajuda —, eu acho que foram 27 ou 28 ações civis públicas, porque o próprio Ministério Público estava dentro da Fundação fazendo esse trabalho com o auxílio dos auditores da Caixa. Alguns inclusive hoje são diretores da Fundação. Elegeram-se, no ano passado, e são diretores da Fundação. Então, bancos pequenos: fizemos alguns investimentos em bancos pequenos. Não perdemos nenhum recurso, exceto



no Banco Santos, que faliu. Exceto. Foi coisa de 10 milhões de reais, à época. Foi indireto. Foi um fundo que a gente tinha terceirizado que investiu, e muitos correntistas perderam recursos lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Qual foi o fundo? Você sabe o nome?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O fundo? De nome assim, Excelência, eu não me lembro, mas a gente vai encaminhar isso. É porque foi lá atrás. Decisão política sobre infraestrutura: mais uma vez, eu quero dizer a V.Exa., com todo o respeito que os investimentos de infraestrutura são investimentos bons para fundos de pensão, que são investimentos de longo prazo. O senhor veja que na Invepar, em Belo Monte, nós não temos problemas de *default*, nós não temos problema de nada disso. A Sete Brasil foi, vamos chamar, abarcada pela Operação Lava-Jato, no contexto da PETROBRAS, até porque a PETROBRAS tem participação também na Sete Brasil, e isso fez com que obviamente todos os esforços de todos os acionistas estejam sendo feito para recuperar e colocar esse investimento nos trilhos. Então, eu ouvi, não lembro qual foi a Deputada. Eu acho que não foi... Sim, sim, foi V.Exa. Que os fundos desistiram. Na verdade, os fundos não desistiram. Os fundos mantiveram a participação deles. Eles apenas não aumentaram o *ticket*. Houve outros que aumentaram e alguns que decidiram por não aumentar, mas ninguém retirou o dinheiro da Sete Brasil. Quem entrou no início, continua. Então, a questão do prejuízo de 600 milhões de dólares, quero dizer a V.Exa. que nós estamos trabalhando em conjunto: Sete, acionistas e a PETROBRAS, para tentar colocar a empresa nos trilhos. Com relação ao Sr. Humberto Gault, ele continua: ele é Gerente de Participações na nossa Fundação. Ele foi acusado pela revista *Época* de ter recebido do Banco BVA. Ele entrou na Justiça contra a revista *Época*; ganhou a ação em primeira instância; o Banco Central deu uma declaração de que ele não está sendo investigado. Portanto, nós entendemos que, se a Justiça deu causa em primeira instância de que ele vai ser indenizado porque inventaram coisas na matéria. E o Banco Central diz...

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - V.Exa. bota a mão no fogo pelo Sr. Humberto. (*Palmas.*) (*Manifestação na plateia.*)



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado, a pergunta que V.Exa. faz, com todo respeito a V.Exa., é uma pergunta que acho que a gente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Dr. Caser não é obrigado a responder. Pode seguir adiante.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Obrigado. Então, nós conhecemos o Sr. Humberto de longa data. O Sr. Humberto continua com a nossa confiança, especialmente — eu quero deixar bem registrado isso, Sr. Deputado e Sr. Presidente — por conta desses dois fatores. O Banco Central tem carta dizendo que ele não está sendo investigado na falência do BVA. Informou oficialmente. E segundo, ganhou a ação contra a revista *Época*. Ainda cabe recurso, obviamente, mas a revista *Época*, que fez a acusação, hoje está sendo processada. A relação com o PAR, como é que se deu essa relação? Essa relação, esse braço, vamos chamar, comercial da Federação, certa feita nos procurou — eu ainda não era o Diretor de Benefícios — para um projeto amplo de reestruturação da carteira de empréstimos da FUNCEF. Então, isso, eles estiveram lá, apresentaram a modelagem, o *link* para fazer pela Internet. Enfim, eles prestaram um serviço e estão prestando o serviço até hoje. Quero dizer para V.Exas. que nós estamos num processo de internalização, que já começou há algum tempo. Eu não sei se o nosso Diretor de TI está presente. Nós estamos com um prazo, que eu não sei exatamente qual. Vamos internalizar essa parte que é feita por essa empresa terceirizada, e eles vão deixar de prestar serviço para nós. Mas prestaram durante esse período, basicamente no que se refere à questão dos empréstimos. E com relação à filiação entusiasmada ao partido, eu sou realmente um entusiasta do partido, Sr. Deputado. E como V.Exa. mesmo disse, eu acho que todos nós devemos ser entusiastas das causas que a gente abraça.

**O SR. DEPUTADO PAULO AZI** - V.Sa. faz parte dos 7% da população brasileira que aprova... (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É mais uma prorrogação. Está encerrada já a participação do Deputado Paulo Azi.

Vamos passar para o próximo requerente. Só para confirmar, eu solicito a atenção aqui do Dr. Caser só para fazer juntada aqui aos documentos da CPI dessa relação dos conselhos de empresas nas quais a FUNCEF detém participação.



Então, são a ALL — América Latina Logística; Bahema; Desenvix Energias Renováveis; Eldorado Brasil Celulose; Invepar; Litel Participações; Norte Energia S.A.; RG Estaleiros; Serra Azul Water Park; Sete Brasil Participações; Telemar Participações; Oi S.A.; Valepar; Odebrecht Utilities; OAS Empreendimentos; TG Participações; Branes Negócios e Serviços; Dalete Participações; e MROSPE Empreendimentos e Participações. É um total de 48 assentos. Confirma essa informação?

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Carlos, pode falar ao microfone?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu repassarei. Ele só informa que aqui são as listas dos conselhos de administração. Falta a dos conselhos fiscais, que ele passará.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** - Pela ordem, Sr. Presidente. Eu pedi a palavra como Líder a V.Exa. já há certo tempo. Eu só vou insistir porque nós temos Plenário e há Ordem do Dia. E estou sendo chamado a Plenário. Se V.Exa. for...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vou prosseguir. Só falei isso, Deputado Rubens Bueno, porque concordo com V.Exa. Mas CPI é um exercício de paciência. V.Exa. é experimentado aqui. Eu gostaria que se concluísse até o mais rápido possível.

Ainda temos o Diretor da PREVI, aqui presente. Então, vamos dar continuidade. Faltam dois autores, e V.Exa. é o primeiro inscrito para falar como Líder.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado, V.Exa. tem a palavra pela ordem.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Sr. Presidente, como disse ao final dos meus questionamentos, durante a inquirição, alguns questionamentos poderiam vir para esclarecer alguns fatos. Um deles é com relação a essa lista aqui.

Bem rapidamente, a FUNCEF tem, então, aqui o número de conselhos de que participa, Sr. Carlos, dentre eles, de administração, de fiscalização e assim por



diante. Certo? A participação de diretores da FUNCEF nesses conselhos, nesses órgãos colegiados é remunerada em todos eles?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Alguns, sim; alguns, não. Não é isso?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É. Alguns, sim; alguns, não. A maioria é remunerada.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Certo. Quando há um negócio, um investimento em empresas privadas, a participação dos diretores da FUNCEF que estão lá nos conselhos, na empresa privada, por exemplo, a ação dos diretores da FUNCEF que estão lá nos assentos tem influência na formação de negócios dessa empresa na qual a FUNCEF tem assento no conselho?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Ela tem, eu diria, Sr. Relator, uma influência relativa, porque normalmente é um assento. Nos conselhos de administração, via de regra, são 12 pessoas, 13 pessoas. Então, ela participa, ela acompanha a companhia investida, mas ela, a pessoa que está lá, normalmente não tem voto preponderante. Ela participa dos debates e acompanha, mas ela não pode decidir naquela companhia.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Há compatibilidade de horários entre a atividade no exercício da função na FUNCEF e nos conselhos?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Normalmente, quando há reuniões de conselhos, a gente se afasta — se for em Brasília, se for em São Paulo, no Rio. Normalmente, essas empresas, os conselhos...

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - Aí há liberação.

Uma última questão. Além da Planner, há outras instituições financeiras que administram aplicações dos recursos da FUNCEF. O BNY Mellon é um deles. Qual a forma de escolha dessas instituições para administrar as aplicações dos recursos da FUNCEF? E qual é o volume de recursos repassado por essas empresas administradas?

E ao final, V.Exa. poderia encaminhar a esta Comissão cópia dos contratos com essas administradoras no período de 2013 a 2015?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, perfeitamente, Sr. Relator Sergio Souza.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Objetivamente.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nós temos um manual gerencial, que é de seleção e acompanhamento de gestão terceirizada. Então, todo o processo de escolha desses gestores passa por um processo até bastante rigoroso — está presente aqui na plenária o nosso Diretor de Investimentos. E nós temos, sim, gestores terceirizados. Não é a maioria dos nossos investimentos, mas temos gestores terceirizados tanto em renda fixa quanto em renda variável. Não é a maioria dos nossos investimentos. Grande parte nós fazemos de forma interna.

**O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA** - O senhor tem noção do percentual disso?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Aqui eu não tenho. Mas será encaminhado para esta Comissão, entre os relatórios que foram pedidos.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Prosseguimos com os autores. Faltam apenas dois: Deputado Pedro Cunha Lima e Deputado Pompeo de Mattos, nessa ordem.

Com a palavra o Deputado Pedro Cunha Lima.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Sr. Carlos Alberto Caser, a FUNCEF fez ou planejou fazer investimentos na Labogen? De quem foi a decisão de investir na Multiner?

Vou insistir um pouco na pergunta que o Deputado Sergio Souza, Relator, fez: como é que se dá esse procedimento de tomada de decisão? O Sr. Humberto Pires teve participação nisso, na decisão de investimento na Multiner? O Sr. Wagner Pinheiro teve alguma participação? E o Sr. Guilherme de Lacerda também teve alguma participação em relação a investimento na Multiner?

O senhor conhece a gestora Planner? Quem são os seus sócios? E quais os investimentos da FUNCEF são geridos pela Planner? Gostaria que o senhor pudesse detalhar um pouco mais esses investimentos que são geridos pela Planner. Quem tomou a decisão de contratar essa gestora?

A FUNCEF ou alguns de seus fundos de investimentos, exclusivos ou não, têm títulos na dívida argentina ou da Venezuela?

O senhor, agora há pouco, falou ser um entusiasta das bandeiras que o senhor abraça. Não seria o momento de abraçar um pouco menos a bandeira do PT



e, como Presidente, abraçar mais a bandeira dos participantes, dos funcionários, que têm esse prejuízo enorme? (*Palmas.*) O reconhecimento do PT, do Partido dos Trabalhadores, é notável e visível que o senhor tem. Mas, por alguma razão, o reconhecimento dos participantes, que são os funcionários, que estão tendo esse prejuízo, porque está sendo mexido no dinheiro deles, esse reconhecimento visivelmente o senhor não tem. (*Palmas.*) Então, há de se ter alguma explicação. O senhor precisa deixar mais claro por que não há esse reconhecimento.

E aí, para ajudar talvez nessa explicação, eu peço que o senhor coloque, de 2011 para cá, na avaliação do Presidente da FUNCEF, quais foram as cinco piores decisões, considerando os parâmetros atuais, quais foram as cinco piores decisões, para se chegar a esse ponto de nós termos que instaurar uma CPI para investigar o que está acontecendo, quais foram as cinco piores decisões e os nomes dos envolvidos e responsáveis por essas decisões.

E se o senhor consegue elencar, para que fique claro, se existe algum parecer técnico, alguma coisa que justifique ou algo para que nós possamos tentar compreender que não estamos diante de um esquema de corrupção e, sim, de alguma falha de gestão. Algo, algum parecer técnico, alguma razão deve existir para que se justifique esse prejuízo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Caser, objetivamente.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nobre Deputado Pedro Cunha Lima, quero dizer a V.Exa. que, Labogen, não temos negócios com Labogen. Multiner foi trazida à FUNCEF pela... Qual foi a...? Ela nos foi apresentada pela gestora do Fundo à época, que era a Vitória Asset Management, que trouxe esse recurso. O Sr. Humberto era integrante da Vitória Asset. Se o Sr. Wagner Pinheiro teve influência na aprovação do investimento, desconheço. Se o Sr. Guilherme Lacerda teve alguma influência no investimento, creio que sim, porque ele era o Presidente à época da Fundação, portanto, participou da decisão de investir. Se eu conheço a corretora Planner? De nome, não conheço os sócios. E nós temos... Ela está em dois FIPs nossos: o FIP Multiner, que é esse a que acabamos de nos referir; e o FIP Eldorado, que depois se transformou na participação nossa na Eldorado Celulose. E ainda há um FIP de investimentos imobiliários, onde nós vamos colocar todas as



nossas agências da Caixa — nós temos em torno de quarenta e poucas agências — , para eventualmente, no futuro, dar mais liquidez para esses ativos. Dívidas da Argentina e da Venezuela, não temos, não temos. Se eu reconheço que o meu entusiasmo deveria ser o mesmo, eu creio que eu faço ambas as coisas com o mesmo entusiasmo, Deputado. (*Manifestação na plateia.*) Eu posso lhe garantir. Olhando aqui para V.Exa., com todo o respeito que devo a V.Exa., posso lhe assegurar que faço ambas as coisas com o mesmo entusiasmo de cidadão brasileiro, com a mesma dedicação. E as piores decisões que eu poderia elencar aqui, é absolutamente muito difícil, porque um investimento, só depois é que você vê que, por alguma razão, ele deu errado de alguma forma.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Os parâmetros de hoje. Eu gostaria de saber considerando a realidade atual, não precisa projetar.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Olha, se a PETROBRAS fosse fazer apenas três sondas, se não tivesse o financiamento que o BNDES à época havia prometido, hoje eu não faria o...

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Então, a Sete Brasil é um deles. Faltam quatro.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ...o investimento de Sete Brasil. Hoje, olhando os dados de hoje.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - É exatamente isso. É essa a pergunta. Então, seria a Sete Brasil uma delas.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A Sete Brasil é uma delas. Outras, a Vale, nós não temos problema, não podemos nos desfazer. Mas não estamos tristes com o investimento Vale. Ele já foi muito baixo; ele já subiu; voltou a cair; teve um impacto.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - É uma *blue chip*.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hã?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já foi explicado o caso da Vale aqui.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Pois é, já foi explicado o caso da Vale. Então, basicamente...



**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Mas pode incluir a Vale. A Vale seria outra. Eu gostaria de saber do senhor como Presidente: seria a Sete Brasil. A Vale seria outra?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não. Eu disse que, num olhar menos atento, já que ela teve todo esse impacto no nosso déficit, ela poderia ser olhada como um deles. Mas eu não considero, porque isso pode reverter — talvez demore um pouco. Mas é um ativo, porque nós não nos desfizemos dele.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Na verdade, Sr. Caser, eu não perguntei as razões e os motivos. A pergunta é quanto a um diagnóstico, tomando como parâmetro o valor atual. Então, não quero que o senhor justifique, mas, sim, dê um diagnóstico.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Sr. Deputado.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - Quais são as decisões e os cinco piores? A Sete Brasil foi mencionada. Não sei quanto à Vale. Faltariam mais três ou quatro.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, Vale, não, Vale, de jeito nenhum. O senhor me dá um tempo para eu refletir, porque eu não me lembro assim de cabeça exatamente quais que eu poderia citar aqui, que à luz de hoje, à luz de hoje, eu não faria.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Gradiente também.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** -. Ah, bem lembrado, Sr. Presidente!

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deixe eu lhe ajudar: Gradiente.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A Gradiente eu também não faria.

**O SR. DEPUTADO PEDRO CUNHA LIMA** - O Presidente da CPI sabe mais do que o Presidente da FUNCEF. *(Risos. Palmas.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não creio.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É a pressão por ele estar aqui, o momento. Ninguém está exigindo da memória.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O Presidente está aqui do meu lado e está ouvindo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos passar adiante. Vamos passar, vamos passar.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, V.Exa. me permite um aparte sobre isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele entendeu que eu inclusive o ajudei, Deputado Paulo Teixeira.

Quero saudar aqui a presença do Líder da Oposição no Senado, Senador Cássio Cunha Lima. Bem-vindo aos trabalhos da CPI! (*Palmas.*)

Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente Efraim Filho, Carlos Alberto Caser, só quero dizer que eu pertenço à PREVI, sou funcionário de carreira do Banco do Brasil. Está aqui o Gueitiro, que é o nosso Presidente da PREVI, que depois é o próximo a ser ouvido — não sei até quando, se se consegue ainda hoje, porque a coisa é demorada. Então, eu tenho naturalmente um convívio cotidiano com os fundos de pensão e fiz questão de estar aqui junto.

Quero dizer que senhor pode anotar. Se conseguir responder, responda; se não conseguir, o senhor pode me mandar a resposta depois também.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Perfeitamente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Quais os dez maiores investimentos de risco da FUNCEF? E quais os dez investimentos que deram prejuízo ou com que a FUNCEF está preocupada que podem dar prejuízo, que estão aí acendendo a luz vermelha? Então, são os que deram ou os que estão dando e que podem dar, enfim, a exemplo da Gradiente, que já deu um prejuízo que uns dizem que é de 50, 100, 200, e o senhor diz que é de 17 milhões.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Dezessete.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Dezessete milhões, o que não é pouca coisa, é muito dinheiro. É menos do que estão dizendo, mas é muito dinheiro.

Na mesma linha, hoje o patrimônio da FUNCEF é de 56 bilhões?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Isso.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Diante desses riscos, fazendo um balanço de risco, diminui esse patrimônio? Como é que fica esse patrimônio? Qual é o risco desse patrimônio? É um assunto eminentemente técnico.



E em relação à questão do caso Mappin, da Mesbla, da Encol, em que, a exemplo da Gradiente, pelo quanto sei, a FUNCEP também tomou prejuízo? O senhor estava com dificuldade de encontrar, eu o ajudo. O Presidente o ajudou e eu o ajudo mais um pouco. Aí tem mais prejuízo. Então, qual é o tamanho desse prejuízo, qual é o tamanho desse rombo? A FUNCEF fez aí uma auditoria para tomar consciência do tamanho do rombo, responsabilizar alguém, tirar lições desses prejuízos que tomou, enfim?

A mesma coisa é a questão da Friboi: o senhor sabe quanto a Friboi investiu na última... A Friboi é a JBS — o pessoal não gosta de dizer que é Friboi, é conforme a ocasião. Quanto a Friboi investiu em doações de campanhas eleitorais? Pelo quanto sei, quase meio bilhão de reais, quase 500 milhões de reais, mais de 400 pelo menos. E aí o senhor tem conselheiros lá, não tem? O senhor é conselheiro? O senhor é conselheiro?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sou.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Então, o senhor aconselhou-os a investir meio bilhão de reais? (*Palmas.*) O senhor aprovou esse dinheiro? O senhor votou contra? Digo isso porque, vamos combinar: dando prejuízo lá, dá prejuízo cá; o que bate em Chico bate em Francisco. (*Palmas.*)

Então, na mesma linha, há a Sete Brasil. Eu quero aqui primeiro fazer uma afirmação que acho muito curiosa e de que ninguém falou ainda. Sr. Presidente Efraim Filho, V.Exa. sabe quantos anos de existência tem a empresa Sete Brasil? Poucas pessoas se deram conta. O Brasil precisa saber: essa empresa tem 4 anos. Não é isso? Quer dizer, é uma empresa que tem 4 anos. Eu conheço um monte de gente que tem empresa de 10 anos, 15 anos, 20 anos e não ganha financiamento de ninguém, de banco nenhum, do BNDES. É um inferno para conseguir um financiamento. É tanto papel: é papel do papel, da mãe do papel, do pai do papel, do papel da mulher, do papel do filho, do papel do sócio, enfim, para poder arrumar um financiamentozinho. Essa empresa, com 4 anos, ficou bilionária do dia para a noite! (*Palmas.*) O que tem a Sete Brasil? Tinha ouro lá dentro?

Então, eu pergunto para o senhor por que a FUNCEF investiu lá tamanha fortuna. É verdade que nós sabemos que ela nasceu em função do petróleo. Mas ela estava recém começando, ela não tinha tirado petróleo de lugar nenhum, ela estava



recém iniciando. E todo mundo botou dinheiro nela. Tinha influência política? Foi por orientação política? Foi um jogo político de governo para botar tanto dinheiro? A PREVI botou lá, acho, 180 milhões, em torno disso; a PETROS, perto de 400. Eu não sei quanto botou a FUNCEF, mas eu acho que é mais de 1 bilhão.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A PETROS e a FUNCEF têm o mesmo valor: 1 bilhão e 300.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Um bilhão e trezentos. Imaginem: 1 bilhão e 300 numa empresa que nasceu ontem, na semana passada, no mês passado! Ela não tinha 1 ano, não tinha 1 ano. Eu acho que, em 3 ou 4 meses de existência, ela nasceu milionária por conta de cada um meter o dinheiro em cima dela. Alguém mandou, alguém determinou. Não caiu do céu. Alguém apostou. *(Palmas.)*

E aí veja bem: no caso da FUNCEF é pior, porque a PREVI recuou. Até eu compreendo que, no começo, pudessem ter investido. Tinha o petróleo, o Governo, enfim, PETROBRAS, PETROS, e todo mundo entrou. Mas, depois que você viu que era uma furada, recuasse.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E aí a FUNCEF avançou. No caso, era para fazer 7 sondas; depois passou para 29 sondas; e vai terminar em 5 sondas. E aí — o senhor anote aí — vai dar prejuízo também e vem mais prejuízo.

Para concluir, Sr. Presidente, eu tenho duas perguntas rápidas aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na política de investimento de risco, hoje todo mundo fica em 1% ou 2%, nunca chegam a 3% em investimento de risco. A FUNCEF está em 10%, 11%, 12% em investimento de risco. Vai quebrar, vai quebrar, vai quebrar, se já não estiver no caminho da quebradeira. *(Palmas.)*

Aí, Sr. Presidente, eu preciso encerrar dizendo assim: quais os 10 países... Aliás, o senhor pode investir 10% no exterior, não é? Quais os cinco países e as cinco grandes obras, cinco empreendimentos ou investimentos em que a FUNCEF investiu fora do Brasil? Quais os países e quais os investimentos?

Qual é o investimento que a FUNCEF fez na BANCOOP? Qual é o tamanho do investimento na BANCOOP?



E para terminar, então, Sr. Presidente, definitivamente, quero perguntar...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só vou deixar porque essas duas últimas ele já respondeu. Então, V.Exa. tem uma...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - ...como fica o pagamento do salário dos funcionários da Caixa Econômica Federal, dos que estão aposentados, dos que estão para se aposentar, ante tanta questão? E finalizando, como fica o Estaleiro Rio Grande, lá no meu Estado, o Rio Grande do Sul, onde está lá o Estaleiro Rio Grande, a Sete Brasil, a FUNCEF, a PETROBRAS, enfim, tudo junto? Como fica aquele investimento lá no meu Estado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado Pompeo de Mattos, também em benefício da celeridade, os dez maiores riscos, os dez que deram prejuízo, isso já está solicitado aqui por esta CPI e a gente vai encaminhar. E por solicitação de V.Exa., eu vou fazer essa separação dos dez mais relevantes. De fato, o senhor tem razão. Houve outros investimentos que eu não citei aqui, e o senhor me ajudou, eu lhe agradeço: Mappin, Mesbla, Encol, Crefisul — faltou Crefisul, — porque, por respeito a esta Comissão, eu me restringi a 2003 para cá. Todos esses investimentos — Mappin, Mesbla, Encol e Crefisul — foram anteriores a 2003. Vários, todos esses processos, esses investimentos, eles têm ações na Justiça. Nós, inclusive na massa falida da Crefisul, a FUNCEF é síndica da massa. Estamos para receber um valor. Temos uma ação grande contra o Banco Central, porque havia Crefisul Leasing, havia Crefisul Banco. O Leasing transferiu o dinheiro para o Banco, e nós estamos processando o Banco Central. Devemos receber esses recursos, mas a Justiça é um pouco lenta. O senhor sabe como funciona. Então, de fato, eu poderia incluir para o Deputado que me falta o nome mais quatro investimentos que realmente deram prejuízo. O assunto de doações eleitorais não é um assunto do Conselho Deliberativo, do Conselho de Administração da JBS-Friboi. Portanto, não foi um assunto que foi submetido — pelo estatuto, é uma competência da Diretoria Executiva. No caso da Sete Brasil, o senhor me dá a chance de explicar. O senhor tem toda razão quando diz: “*A empresa só tinha 4 anos*”. Na verdade, a empresa não só tinha 4 anos, nobre Deputado, a empresa não tinha nada.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Não tinha nada! Não tinha nada, nada!

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A empresa foi criada. É o que nós chamamos, em economia, de *project finance*.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Ela tem 4 anos agora.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim, agora.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na época, não tinha 1 mês, 2 meses.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não tinha nada. Então, o que havia? Insisto: a maior empresa de petróleo, o maior banco de investimentos e a empresa de petróleo precisando explorar o pré-sal. Então, como funciona isso? Funciona da seguinte forma: alguns investidores entram com o que a gente chama de *equity*, ou seja, o dinheiro próprio do investidor; e o restante é financiamento. Então, a empresa veio à luz basicamente porque a PETROBRAS queria uma empresa... E aí havia a política do conteúdo nacional, que eu considero uma coisa relevante, então, era preciso construir as sondas no Brasil. Então, juntou-se esse arcabouço, vamos dizer assim, no melhor sentido da expressão, de criar essa empresa para produzir as sondas com financiamento, parte do *equity* dos investidores. A PETROBRAS participando também da companhia, com um percentual pequeno, indicou os primeiros executivos, que, aliás, são egressos daquela companhia e de carreira, por sinal. Então, veja, quando eu ouvi aqui, com todo respeito aos nobres Parlamentares, não foi desistência: algumas pessoas deixaram de ir além, outras foram além. Além da PETROS e da FUNCEF, dois outros bancos relevantes, que não são banquinhos, também fizeram os aportes correspondentes para as 29 sondas, quais sejam, BTG e Santander. Então, não há que se falar — eu quero deixar claro aqui para a Comissão, Sr. Presidente — que houve uma desistência: fica a impressão de que a PREVI saiu do negócio. A PREVI não saiu, ela está lá. Ela está com um valor menor, mas ela está. Então, todos os parceiros iniciais estão lá. Então, na verdade, ela tem 4 anos hoje, mas ela não tinha nada. É um *project finance* exclusivo, ou seja, você o cria para fazer aquilo que o seu cliente que ia te afretar as sondas, compromissado com isso, estava te demandando. Investimentos



no exterior, nós não temos. BANCOOP, eu já disse: fizemos um investimento de 14 milhões; recebemos pela meta atuarial; não houve qualquer prejuízo. ERG está...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - As datas da BANCOOP, você sabe dizer, do investimento e da conclusão do negócio?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sei. A minha universitária aqui já pega para mim, Sr. Presidente. ERG, nós temos uma participação lá que é pequena, Deputado Pompeo. Estamos, aliás, estávamos... Quando perguntaram aqui se eu conheço o Sr. Gerson Almada, eu disse que o conhecia exatamente porque nós estávamos naquele processo de negociação para pegar esse valor que nós havíamos investido e colocar na empresa como um todo, a Ecovix. E ficamos 1 ano e meio negociando. Não chegamos ao valor: eles queriam mais e a gente tinha a nossa avaliação externa, que dizia que era menos. E nós não chegamos a um acordo.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - ERG é como o senhor chama o Estaleiro Rio Grande?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Exatamente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Para compreender bem.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Para compreender bem. Exatamente. Então, ficamos negociando 1 ano e não chegamos a um acordo sobre valores. Insisto: quem vende quer pagar caro, a gente quer pagar barato. Eu já disse isso aqui umas três vezes. E é isso. Então, estamos também... Agora, eu não me lembro se o Sr. Gerson ainda está preso, não me lembro. Mas as negociações até se interromperam por conta dessa questão, Deputado.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Faltou, Sr. Presidente, ele responder sobre a questão da segurança do salário dos funcionários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sim. E nessa linha sobre a segurança do salário dos funcionários, eu também gostaria de confirmar esses dados que têm a ver com a pergunta do Deputado Pompeo. Aqui traz o exercício a cada ano, o acumulado de superávit e de déficit.

Eu queria que o senhor pudesse olhar aqui, só para a gente confirmar: em 2003, o acumulado era de 316 milhões; em 2004, da mesma forma; em 2005, 334 milhões de superávit; em 2006, superávit de 452 milhões; em 2007, superávit de 803



milhões no acumulado; aí em 2008, tem um déficit de 2 bilhões e meio em virtude do aumento de 4,6 bilhões em provisões atuariais; em 2009, fica em menos 178 milhões; em 2010, 460 milhões de superávit; em 2011, superávit de 106 milhões. E aí começa ladeira abaixo: em 2012, déficit de 1 bilhão e 300; em 2013, déficit de 3 bilhões e 100; e em 2014, déficit de 6 bilhões, o déficit acumulado de 6 bilhões e 554 milhões. Ou seja, já são 3 anos de déficit. Pela Resolução 26, o equacionamento deve ser providenciado. Essa é a linha do Deputado Pompeo.

Você tinha falado a partir de 2016, mas não seria já em 2015? Porque os 3 anos anteriores...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, obrigado pela contribuição. Só para complementar, essa é a minha pergunta, porque vai tendo déficit, déficit e déficit. Aí já perderam mais de 10% do total com os déficits, mais de 10%. É um prejuízo enorme! (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esse déficit de 6 bilhões e meio, ele praticamente veio de 2011 para cá.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E, se continuar, vai ser muito maior.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Deputado Pompeo, eu estava falando do risco da remuneração. Eu falei isso em várias apresentações que fiz e reafirmo aqui, perante esta CPI: não há — não há — qualquer risco de os aposentados ficarem sem receber seus benefícios; não há. (*Manifestação na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E sobre o equacionamento, a previsão... Eu não entendi. Eu sei que você deu a resposta de que a previsão é para 2016, mas, se teve 2012, 2013, 2014 negativo, já não será agora em 2015? Só para explicar mesmo essa situação.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sr. Presidente, só para explicar bem a V.Exa. A regulamentação da PREVIC determina que, depois do terceiro ano, no ano subsequente, você faça todos os estudos porque tem que haver a aprovação de todos os colegiados da Fundação, tem que haver a aprovação da patrocinadora e ainda tem que haver a aprovação da PREVIC. Então, a legislação prevê que,



durante o ano de 2015, sejam feitos todos esses estudos e começa a cobrança no ano subsequente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Em 2015, o balanço parcial — já estamos concluindo o oitavo mês — é de déficit também?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Também é deficitário, Excelência.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E como é que vão pagar?

Presidente, eu quero fazer um pedido a V.Exa. Presidente, quero fazer um pedido a V.Exa.: que V.Exa. solicite que ele encaminhe explicações técnicas sobre o porquê ele acha que não vai faltar dinheiro para os aposentados e também para os futuros, para os aposentados. Que ele explique isso formalmente, documente isso, assinie e entregue para a CPI. (*Palmas na plateia.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Solicitado será.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Perfeitamente, Sr. Deputado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, encerramos aqui uma fase importante, que é a dos autores de requerimento.

Eu queria, agora, combinar com a Comissão os próximos procedimentos. Temos a fala dos Líderes inscritos: Deputado Rubens Bueno. Temos ainda, como Líderes inscritos: o Deputado Marcelo Aro, o Deputado Índio da Costa, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Paulo Teixeira. Depois disso, temos os inscritos para falar. CPI, como eu disse, é bastante exercício de tolerância.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Posso fazer uma sugestão, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só vou concluir, porque aí a sugestão pode até estar embutida nela, Deputado.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quero saber se os que irão falar, após os Líderes também, se podemos fazer em bloco, está certo, para que a gente possa acelerar.

Segundo, quero lembrar os Líderes de que o uso da palavra de Líder é uma vez por sessão, e não uma vez por depoimento. Aqueles que a usarem a palavra agora não poderão usar em mais nenhum momento desta sessão.



Terceiro, fazer um apelo àqueles Deputados que porventura não tenham perguntas direcionadas especificamente à FUNCEF, que possam resguardar sua participação para fazer durante a fala do Presidente da PREVI. É só um apelo para que a consciência de cada um atue nesse momento.

Podemos combinar para a atuação das perguntas em bloco dos inscritos?

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Eu prefiro que continue a mesma metodologia que tem sido utilizada até agora.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Posso fazer minha sugestão, Presidente? Talvez ajude até na questão do tempo de V.Exa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, vamos deliberar sobre isso.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Uma sugestão é a seguinte, porque hoje nós temos mais um depoente: eu fiz aqui uma consulta para alguns colegas que estavam perto, fui perguntando e todos estão preocupados porque gostariam — é o maior fundo da América Latina — de participar integralmente. Faço a sugestão de que a gente possa adiar esse segundo depoente para outra data, e nós ganharíamos mais tempo para que os demais Deputados aqui não sejam prejudicados no depoimento do Carlos Alberto. Realmente, é o que o Roger está falando: é bom fazer a pessoa perguntar e o depoente responder, é só uma questão de prática mesmo.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Presidente, concordo com a sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Infelizmente, a sugestão, ela é boa se tivéssemos tempo indefinido e trabalho na CPI. Lamento, inclusive mudamos a logística, para que seja um depoente na terça-feira, dois, na quinta, porque iniciamos pela manhã. Realmente já vamos para 4 horas de oitiva. Quem conhece a CPI aqui sabe que já tivemos depoimentos de 7, 8 horas aqui, tranquilamente.

Lamentamos. Temos a presença do Presidente da PREVI desde o início dos trabalhos. Eu até avisei que era o segundo, que poderia ter o tempo adaptado, mas ele preferiu permanecer, conversei com a assessoria, então nós iremos concluir hoje os trabalhos, nem que sejamos eu e ele sozinhos aqui, mas eu acho que a CPI precisa andar.



Aqueles que tiverem interesse em participar, como cobraram do Presidente da FUNCEF que o interesse pelo País seja maior do que qualquer interesse particular, quem tiver voo e quiser ajudar a contribuir com a melhora dos Fundos de Pensão e quiser arguir o Presidente da PREVI, vamos deixar para viajar amanhã, o que é melhor para todo mundo. Aqueles que tiverem interesse assim permanecerão. Esse é o papel da Presidência.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Sr. Presidente, eu respeito a decisão de V.Exa., que sempre conduziu muito bem os trabalhos. Só pergunto, assim, porque acho que realmente vai causar um prejuízo prático, se V.Exa. não podia talvez consultar os Deputados aqui. Sabemos que a decisão é de V.Exa., mas talvez consultar o Plenário aqui...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas eu não posso. O Presidente da PREVI está aí. É questão de respeito, Deputado Marcelo Aro. Desde o início dos trabalhos...

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Sr. Presidente, tenho uma sugestão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Foi convocado para hoje, será concluído e não estou fazendo nada além do que é praxe e procedimento das outras CPIs. V.Exa. participa comigo em outras delas, já vimos aqui a CPI da PETROBRAS, entre outras, chegar pela noite. Vamos em frente. Quanto mais cedo... Eu queria fazer um apelo: aqueles que não tiverem perguntas específicas, vamos deixar para a segunda, para que não tenha que repetir.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Presidente, é rápido.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado Edinho Bez.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Apenas prevendo o resultado dos nossos convidados e convocados aqui, é notório que nós já estamos com o plenário em andamento, já me chamaram três vezes para estar lá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já, já está encerra.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Não é isso. É que, com aquiescência, consultando o Presidente da PREVI, com aquiescência do Presidente, marcaríamos outra data. Acordo nesta Casa aqui é natural, é normal. Ninguém vai querer burlar



os nossos Regimentos. Mas, quem sabe, se o Presidente da PREVI concordar, nós continuaríamos, e, com certeza, a eficiência seria bem maior.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Irei conversar com ele em particular e trago aqui resposta aos senhores.

Com a palavra o Deputado Rubens Bueno, que tem o tempo de Líder.

**O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO** -Sr. Presidente, eu estou vendo aqui o currículo do Sr. Carlos Alberto Caser. O currículo dele indica a sua participação, já de muitos anos, na Federação Nacional, a FENAE, no Conselho de Administração da FUNCEF, desde 1993. Parece que nós estamos aí em algum regime que não fosse democrático da alternância do poder como algo fundamental para a democracia. *(Palmas.)*

Em 2011, não bastasse tudo isso, ele assumiu a Presidência. Não bastasse tudo isso, desde 1993, em 2011, ele assume a Presidência da FUNCEF. Exatamente quando ele assume, acumulam-se prejuízos de mais de 6 bilhões e meio de reais. *(Palmas.)* E quem vai pagar essa conta são os 137 mil funcionários ativos e aposentados. E a parte patronal, quem vai pagar, somos nós brasileiros, não é o PT, somos nós brasileiros que vamos pagar os desmandos dessa gestão da FUNCEF.

A clareza disso é para saber que nós já ouvimos o Procurador-Geral da República, ao denunciar o mensalão, dizer que o PT era uma organização criminosa que tomou conta do poder e daí quer se manter indefinidamente. *(Palmas.)* São palavras do Procurador-Geral da República.

No mensalão, terminou preso o Presidente do PT, o Tesoureiro do PT, o Secretário do PT. Então, o Procurador-Geral da República não estava falando bobagem, não estava brincando. Até parece que é uma brincadeira esta sessão, mil maravilhas! O que não é verdade. Tanto não é verdade que a sua trajetória é a mesma de João Vaccari Neto. *(Palmas.)* É a mesma trajetória. Trajetória do Sindicato dos Bancários, como ele fez lá em São Paulo, como ele montou um condomínio e deu prejuízo para 3 mil mutuários, para entregar um triplex ao Lula. *(Palmas.)*

A sua trajetória é a mesma dessa organização que tomou conta do Estado brasileiro, ou 6 bilhões e meio de reais de um fundo de funcionários não é qualquer



coisa? Num país sério, o senhor não estaria nem um dia a mais na sua função como Presidente, nem um dia! *(Palmas.)*

O senhor terá que ser julgado pelos seus atos, pelos prejuízos que causa ao Brasil. A Sete Brasil foi outra invenção, invenção que eu denunciei lá fora com Deputados do PT num embate que tivemos. Isso foi em novembro do ano passado. Hoje nós estamos vendo o resultado — aliás, resultado que o novo consultor do PT, que veio da ditadura militar, Sr. Delfim Netto, consultor do PT, do Lula e da Dilma, dizendo que ela arruinou as finanças do Brasil para ganhar a reeleição. Disse hoje, está hoje na imprensa, num seminário em que ele se pronunciou na Fundação Getúlio Vargas.

Então, Sr. Presidente, quando eu vejo essas trajetórias e me lembro do Procurador-Geral da República, no caso do mensalão, eu coloco as coisas mais ou menos assim: tem um organograma, tem um esquema, tem um sistema funcionando de uma forma tal que em todo lugar que se mexe são bilhões de reais. Quando se falava em corrupção no Brasil, falava-se de milhares. Veio o mensalão, milhões. Agora, no petrolão, são bilhões de reais. Os fundos de pensão, o BNDES, onde botam a mão, botam a mão para roubar, roubar dinheiro do povo brasileiro, dos trabalhadores brasileiros. *(Palmas.)*

É isso o que nós estamos vendo, a indignação do povo na rua. O povo saiu na rua por quê? Está na rua indignado com tudo o que está acontecendo.

Então, Sr. Presidente, como Líder do PPS, venho aqui dizer que é lamentável a presença dessa figura como Presidente. Por 3 anos, déficit na Fundação dos Economiários Federais da Caixa Econômica.

Muito triste! Saio daqui indignado com a sua presença. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado pela participação, Líder Rubens Bueno.

Comunico que, solidário aos apelos dos Deputados e Deputadas aqui presentes, apesar da garantia da Mesa e da Presidência de que estenderia tanto quanto fosse necessário, contamos com a colaboração do Presidente da PREVI, Dr. Gueitiro Matsuo, que disse que ficaria à disposição para que a gente pudesse fazer o reagendamento dessa sessão, entendendo que ainda há Líderes e Deputados a participar, para que a gente possa concluir o trabalho. *(Palmas.)*



Com certeza, é uma sessão bastante exaustiva hoje. Fica agendado, pré-agendado já e comunicado para a próxima quinta-feira. Na terça-feira, nós teremos o Presidente da PETROS. Na quinta-feira, o Dr. Gueitiro Matsuo será ouvido em nome da PREVI, e provavelmente a gente casará com uma sessão de audiência de deliberação de requerimentos, como estava previsto após a oitiva do Presidente da PREVI.

V.Sa., se quiser, está dispensado para poder retomar as suas atividades. Agradeço o gesto de contribuição. Na quinta-feira, nos encontramos para trazer a sua colaboração. Queria toda uma salva de palmas dos Deputados pela colaboração do Dr. Gueitiro Matsuo. (*Palmas nas galerias.*)

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Parabéns, Presidente, também pela iniciativa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra, para usar o tempo de Líder, o Deputado Marcelo Aro, pelo prazo de 3 minutos.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Presidente, nobres colegas Deputados, eu vou fazer um exercício aqui para conter a emoção das minhas falas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Só quero deixar claro — reporei o tempo — que, na fala de Líder, não são permitidas perguntas.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Peço para voltar o tempo, então.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu darei a tolerância ao final.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Obrigado, Presidente.

Presidente, eu, como disse, farei um exercício aqui para não ser emotivo na minha fala, apesar da vontade de realmente me exaltar nesse tempo de Liderança, de exaltar com as palavras e com o posicionamento do partido, porque realmente é lamentável o que a gente tem visto nos fundos de pensão. Farei esse exercício e tentarei ser bem sereno nas minhas ponderações.

Primeiro, como Líder do PHS, eu quero falar que a gente tem um entendimento, e estamos consolidando esse entendimento durante essas oitivas, de que há ingerência política, sim, nas decisões. A gente tem visto que todo Presidente aqui fala de uma ligação com o Partido dos Trabalhadores, com Deputados e por aí vai, e a gente vê nitidamente ligações. No final, o Relator com certeza vai conseguir chegar a essa conclusão — nós, como Sub-Relator, e toda essa Comissão — de



que há, sim, uma ingerência política, infelizmente. E mais: há, sim, um interesse de conflito, e seria um grande passo se a gente mudasse isso. Como é que uma pessoa que vai gerir o fundo participa de um Conselho e que recebe dinheiro desse Conselho? E que pena que não foi falado o valor aqui. Acho que foi uma perda para esta CPI não ter falado aqui, tornado público.

Mas, se participa de um Conselho que recebe dinheiro, ele vai ser o último a querer que não tenha mais parceria com essa empresa. Há interesse de conflito, sim. Eu falei do Twitter aqui, Sr. Presidente, porque eu acredito que uma pessoa que ocupa um cargo público — assim como eu — temos que cuidar, sim, das suas questões pessoais.

Eu sou arguido pelo que faço na rua, pelo que faço dentro da minha casa. Se eu chegar a minha casa e falar um pouco mais alto com a minha esposa, os vizinhos vão falar: *“Olha o que o Deputado está fazendo! Ele está gritando com a esposa”*. Nós, Deputados, a gente tem que dar satisfação, sim, das nossas questões pessoais, da nossa vida pessoal e assim também deveria dar o Diretor-Presidente. Então, é lamentável ver, em seu Twitter, uma arrogância com aqueles que não são da linha ideológica dele, petista, esquerdista, marxista. Essa é a verdade. *(Palmas nas galerias.)*

Então, quando ele vira e coloca lá... Há, inclusive, no Twitter, alguém chamando o pessoal do PSDB e falando: *“Esse pessoal do PSDB acha que eu sou idiota e tal”*. Para você ver o nível. E fala que o interesse dele com os reacionários é proporcional ao interesse dele à Bolsa de Valores. Ou seja, ele não tem... Isso é gravíssimo. O cara que gera o fundo da Caixa — desculpe-me, não vou me exaltar, mas dá vontade — não tem interesse pela Bolsa de Valores. Ou tem demais, não entendi. Tem demais, então ele se preocupa muito com os reacionários. Com a Bolsa e com os reacionários. Ele se preocupa muito com os reacionários.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - É inversamente proporcional.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - É proporcional. Está no Twitter, é proporcional. Não, é proporcional. Proporcional. Não é inversamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vamos encerrar o debate paralelo e concluir o seu tempo, já com a tolerância.



**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - O.k. Obrigado, Sr. Presidente. É porque tenho aquele adicional do início.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem 30 segundos para encerrar.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Mas quero dizer que contra fatos não há argumentos, Deputado Paulo Teixeira. Ele não falou que é inversamente proporcional, é proporcional.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - É inversamente.

**O SR. DEPUTADO MARCELO ARO** - Para eu terminar, Sra. Deputada, por favor. É proporcional, inversamente proporcional é o contrário.

Para concluir, eu quero dizer o seguinte. Foi feito o pedido. Eu disse, na minha exposição inicial, que há servidores e pessoas que participam pedindo o afastamento do Sr. Carlos Alberto Caser.

Com muita calma, Sr. Presidente, eu quero falar que eu me somo agora a esse pedido do pessoal que participa do fundo. Eu, Deputado Federal Marcelo Aro, peço que avalie, Dr. Carlos Alberto Caser, que V.Sa. tenha dignidade, e quero pedir, imediatamente, o seu afastamento do Fundo de Pensão da Caixa, porque a coisa, pelo visto aqui, pode piorar muito para o senhor. *(Palmas nas galerias.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito obrigado pela participação.

Concedo a palavra ao Deputado Índio da Costa. *(Pausa.)* Está ausente.

Como Líder, concedo a palavra à Deputada Erika Kokay, pelo tempo de 6 minutos.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu gostaria que fosse assegurada a minha palavra sem interrupções.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esperemos que haja o respeito do Plenário quanto à sua fala, Sra. Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Com certeza, Sr. Presidente, porque eu acompanho esse fundo de pensão há muito tempo e eu sei exatamente do que estou falando. Sei exatamente que, quando se assumiu, em 2002, a Presidência desse fundo — que ainda não era o depoente —, nós tínhamos um patrimônio de pouco mais de 9 bilhões. Hoje nós estamos com patrimônio de 55 bilhões.



E ainda que aqui se queira estabelecer toda a relação de culpabilidade, enfim, ou criminosa ao depoente, não existe nenhuma ação que esteja sendo impetrada contra o depoente, e nenhum auto de infração. O depoente está sendo acusado porque é filiado ao Partido dos Trabalhadores. Por isso.

Foi aquilo que foi dito. O que foi dito é que o depoente deve se retirar do fundo de pensão, da Presidência do fundo de pensão, porque pertence ao Partido dos Trabalhadores. Isso foi dito com todas as letras. E, ainda mais do que isso, aqui foi dito que o depoente é marxista, que o depoente é comunista. Faltou-se dizer que ele também come criancinhas, como se dizia na época da ditadura.

Eu estou absolutamente indignada, porque nós estamos aqui para discutir um fundo de pensão. Nós estamos aqui para discutir a necessidade de se assegurar a aposentadoria daqueles que são a finalidade precípua desse próprio fundo. E nós estamos aqui discorrendo sobre esse déficit, inclusive apontando quais foram as iniciativas tomadas para que nós não tivéssemos ou tivéssemos mais segurança no próprio fundo, porque aqui foi dito que se diminuiu o investimento em renda variável e que se aumentou o rendimento em renda fixa, que dá um retorno menor, mas é mais seguro.

Aqui se falou muito da Sete, mas eu penso que há uma impossibilidade de as pessoas escutarem o que está sendo dito. A empresa Sete, quando foi criada, tinha recursos para poder fazer seus investimentos e construir as sondas que, de antemão, seriam adquiridas pela PETROBRAS, cujas ações cresceram em 10%.

Portanto, o negócio avaliado, sob esse ponto de vista, em 2010, não era um negócio temerário. Nesse negócio, você tem dinheiro para investir e tem quem compre o que você vai investir, ou seja, o produto do seu próprio investimento.

Então, Sr. Presidente, é preciso que nós tiremos daqui essa tentativa de criminalização do PT, essa tentativa de partidarizar essa discussão dos fundos de pensão e que possamos nos dedicar às medidas que estão sendo tomadas — e nós estamos aqui como depoentes, discorrendo sobre isso —, para que nós tenhamos mais segurança no processo de investimento, como aqui já foi dito. O déficit tem, como origem, dentre outros aspectos, a própria Vale, em um acordo que foi feito, no Governo Fernando Henrique Cardoso, que perdura por 20 anos. Isso foi dito aqui, e ninguém escuta!



Agora, falou-se aqui, por exemplo, da BNY. A BNY também foi deste Governo, foi de 2002; fez um contrato de 10 anos. E quem rompeu com a BNY e contratou um banco público, ou seja, a Caixa Econômica, da qual eu tenho um orgulho imenso de ser empregada, foi essa gestão, em 2012.

É preciso que nós tiremos esse nível de ódio estabelecido em toda essa discussão para que nós possamos pontuar as medidas necessárias e fazer com que os fundos de pensão cumpram a sua função precípua. E a FUNCEF está contribuindo, está cumprindo, porque as aposentadorias, inclusive a minha, porque em breve quero ser aposentada também, estão asseguradas.

Penso eu — vou repetir aqui — que nós deveríamos ampliar esse prazo de medição dos resultados, que não fosse apenas 3 anos, posto que se trata de investimentos de longo prazo que precisam ser maturados.

Aqui se falou também sobre a Invepar. E ali ninguém falou que a receita líquida dela foi de 3 bilhões. Falou-se aqui como se fosse um péssimo negócio o Aeroporto de Guarulhos, e a receita líquida dele foi 1,6 bilhões. Onde está o péssimo negócio na Invepar? Onde está o péssimo negócio na Sete, avaliadas as condições sob as condições de 2010 e não essas condições? Penso que a FUNCEF deve tomar as medidas necessárias para resgatar esses recursos da Sete, inclusive do BNDES, da PETROBRAS, enfim, resgatar esses recursos para que eles possam ser devolvidos para o conjunto de servidores e servidoras.

E, por fim, quero dizer que eu lembro quando se discutiu a necessidade de elevar a governança e de que os fundos participassem dos Conselhos de Administração, para que nós simplesmente não contribuíssemos com essas empresas sem saber o que acontece dentro delas. Que estejamos, portanto, dentro do fundo de participação. Ali não há conflito de interesse, porque, se a FUNCEF deixa de investir, de participar da Friboi — aliás, aqui foi dito que é um negócio que está dando resultados, que é um bom negócio para a FUNCEF —, vai participar de outro fundo, de outra empresa. Então, não há conflito de interesse ao dizer que não se pode fazer nada com a Friboi, que é um empreendimento, eu repito, que tem dado resultados para a própria FUNCEF, porque, se se perde a participação ou o salário no Conselho de Administração, deixando de investir ali, pela lógica da



governança de acompanhar o desenvolvimento das empresas que têm recursos da própria FUNCEF, participará de outra empresa.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Portanto, nós precisamos aqui nesta CPI, Sr. Presidente — e eu concluo com isso —, fazer o que é importante, ou seja, que nós possamos investigar a fundo. Mas, quando temos ódio e esse nível de impossibilidade de escutar os argumentos, em função desse ódio partidário e dessa tentativa de criminalização, esta CPI terá, nessa linha, dificuldade de cumprir a função exigida pelo povo brasileiro. *(Apupos.) (Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Por favor.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado...

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Questão de ordem, Sr. Presidente, por favor.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, Deputado Sóstenes.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, o nosso Código de Ética, no seu art. 5º, diz o seguinte:

*“Art. 5º - Atentam, ainda, contra o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:*

.....  
*VIII - relatar matéria submetida à apreciação da Câmara, de interesse público de pessoa física ou jurídica que tenha contribuído para o financiamento de sua campanha eleitoral:”*

Eu quero fazer, por analogia, o meu questionamento de questão de ordem (*palmas*) à Deputada Erika Kokay, com todo o respeito à história e ao bom trabalho dela neste Parlamento. Ela foi beneficiada com doação do Sr. Carlos Alberto, no valor de 13 mil reais — é informação que eu não recebo; isso já foi falado aqui hoje.

Eu gostaria de pedir ao Deputado que me respeite. Se V.Exa. considera baixo clero, eu tenho por V.Exa. todo o respeito, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - É inaceitável.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Todo o respeito.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deixe-o concluir, que terá direito à contradita.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Eu gostaria de concluir a minha questão de ordem. Garanta-me a palavra, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. tem 3 minutos do tempo, já passou 1; faltam 2 minutos.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Eu só gostaria de entender...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E terá direito à contradita.  
*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Eu estou...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Terá direito à contradita.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, quando eu puder falar, eu falarei.

Eu gostaria só de entender se houve essa doação mesmo e se é confortável, para a Deputada, participar de uma reunião — eu não questiono a sua participação na CPI, apesar de que vou propor uma resolução para que seja inserido isso também no nosso Código de Ética — em que esteja presente um depoente que doou para a sua campanha.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para contradita, também pelo tempo de 3 minutos, Deputada Erika Kokay.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, eu tenho uma alegria grande de ter recebido financiamento, nas minhas campanhas, fundamentalmente de pessoas físicas, sendo a maioria delas de bancários, porque sou bancária. Os bancários têm contribuído financeiramente, como também na construção das minhas campanhas.

Portanto, eu não quero aqui que seja feita qualquer ilação de que eu estaria sob suspeição, porque não cometi nenhum tipo de ilegalidade, porque recebi doação de pessoa física, devidamente registrada e devidamente aprovada nas minhas prestações de conta.

O segundo aspecto é que eu não estou relatando essa matéria. Essa questão do Deputado Sóstenes indica realmente qual é a intenção de determinados



Parlamentares nesta CPI: não é apurar os fatos, é punir, porque aqui nós não estamos analisando o Sr. Caser. Aliás, o Sr. Caser não está aqui na condição de acusado; está aqui na condição de testemunha, porque não há nada que paire contra ele, do ponto de vista da sua postura.

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Deputado Sóstenes, eu tenho respeito pela sua atividade Parlamentar, mas não venha dizer ou insinuar que há qualquer ilicitude na minha postura. E o segundo aspecto: nós não estamos aqui investigando pessoas; estamos aqui investigando fatos. E o Sr. Caser não é acusado e não está aqui como acusado, neste depoimento. Por isso, Sr. Deputado Sóstenes, eu me sinto extremamente à vontade para contribuir com esta CPI, com essa inquisição. Que as contribuições que porventura possam ser dadas sirvam para todos os depoentes, porque, repito, nenhum deles está aqui como acusado. Se V.Exa. está aqui para tentar punir, já com a decisão predeterminada de aonde se vai chegar, está adulterando um processo de investigação da própria CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Presidência vai decidir, já houve a fala, já houve a contradita. Apesar dos argumentos do Deputado Sóstenes Cavalcante, a Presidência entende que não há nenhuma regra, no Código de Ética, que impeça a participação da Deputada Erika Kokay, que, legitimamente, exerce o seu mandato aqui. Então, haverá continuidade normal da reunião.

Com a palavra o Deputado Paulo Teixeira, pelo uso do tempo de Líder.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Na minha fala, como orador, eu falarei, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Falará e V.Exa. tem o direito de recorrer da decisão da Presidência, Deputado Sóstenes Cavalcante, fique à vontade.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, posso juntar o meu tempo de depoente e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. faz questão da presença do Dr. Carlos Alberto Caser durante a sua fala? Ele quer ir à...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Se V.Exa. puder conceder um intervalo, então, ele pode... Fazemos um intervalo e voltamos.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Durante o intervalo... Durante a sua fala ele não pode ir e voltar, não?

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Eu gostaria de falar com a presença dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - São 8 minutos; daria bastante tempo, mas tudo bem. Temos, então, se V.Exa. prefere, vamos nos ausentar... Ele vai e volta rapidinho.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Mas eu gostaria da presença dele.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então, por 2 minutos, vamos suspender a reunião para que o Dr. Carlos Alberto Caser possa ir ao toalete.

**O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA** - Que não acusem a CPI de ser fisiológica.

*(A sessão é suspensa.)*

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Presidente, quero, então, agora, na presença de todos, todos mais tranquilos, retomar aqui e pedir meu tempo integral...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Retomando os trabalhos da CPI, repasso ao Líder Paulo Teixeira a palavra para falar em nome da Liderança do Governo.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Indago se posso somar isso ao meu tempo de inscrição?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, para acrescentar o tempo de inscrição, tem que ser obedecida a ordem.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Bom, Presidente, regimentalmente, eu soube que eu posso, mas V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode, se estiver na ordem. V.Exa. pode esperar para, quando chegar a sua vez de falar...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Não, não, não.

Sr. Presidente, eu quero aqui dialogar porque, se nós estivermos dialogando sobre fundos de pensão, responsabilidades, eventuais problemas, eu quero discutir aqui com todos, inclusive com aqueles que nos assistem aqui hoje, por quê? Porque, em primeiro lugar, Sr. Presidente, eu não posso admitir que seja criminalizada a filiação partidária, porque me parece, salvo engano, que todos os



que estão na primeira bancada, na segunda bancada são filiados a um partido. Então, eu não posso acusar qualquer pessoa que esteja na condição de testemunha de qualquer irregularidade por ser filiado a um partido político.

Aliás, na semana passada, quando veio aqui o representante da POSTALIS, eu tinha um papel na mão dos ex-dirigentes da POSTALIS. Sr. Presidente, sabe quem eu encontrei como ex-dirigente da POSTALIS? O Deputado Heráclito Fortes, ex-dirigente da POSTALIS! Então, não há qualquer tipo de irregularidade, algo que o desmereça.

Em segundo lugar, não se pode desmerecer o fato de uma pessoa ter uma formação e uma contribuição contínua! Ora, isso representa em acúmulo... Isso representa contribuição para a sociedade. Então, o fato de o Sr. Caser estar eleito pelos servidores, pelos beneficiários, desde o Governo Fernando Henrique, não o desmerece; ele é um quadro de estado. Nos Estados Unidos, nas agências reguladoras, quando há cinco membros, três são do Governo, dois, da Oposição, todos ex-Deputados, militantes. Então é aqui... E parece-me que a ideia do técnico é aquele que absolve. Eu, quando vejo esse tal de Pedro Barusco, não me parece que a condição de técnico dele o absolveu. Então, não vamos aqui também criminalizar a experiência de longa data da pessoa.

Um terceiro aspecto aqui... Desculpe-me, Deputado, a forma com que rebati V.Exa., mas a Deputada Erika Kokay, como todos nós aqui, recebeu contribuições e a dela foi por dentro, legal e de pessoa física. É a melhor contribuição que uma pessoa pode receber aqui. E ela está aqui numa condição como V.Exa. está, por isso que eu acho que nós aqui precisamos levantar as melhores questões.

Uma quarta questão que eu quero levantar aqui: o Sr. Carlos Alberto Caser, que estava aqui de manhã, mostrou todas as operações que foram feitas na sua gestão, e não houve aqui um dos Srs. Deputados que conseguisse apontar para ele alguma irregularidade, numa operação sob o seu comando — uma! —, que ele não tenha obedecido alguma regra do fundo de pensão, uma sequer, uma! E alguém chega e pede a cabeça dele, para ele... Alguns falam em crime aqui. Outro dia eu comentei com um Deputado: construíram um túnel, nesta CPI, achando que lá na beirada, do lado de lá, iriam encontrar o PT. Nós estamos na segunda quinta-feira, e não foi isso o que aconteceu.



Por isso que eu quero dizer que nós temos que discutir a coisa aqui do ponto de vista da nossa maturidade. A nossa maturidade é: o que foi mostrado aqui para nós hoje? Vários dos investimentos na FUNCEF estão dando lucro, vários. Falaram aqui da Invepar, lá do Aeroporto de Cumbica: lucro. Falaram aqui, inclusive, da BANCOOP: lucro. Falaram aqui de Belo Monte. E há uma questão que está sendo dita, porque foi ele que apresentou onde estão as grandes questões.

Por exemplo, agora eu tenho uma notícia aqui de que a PETROBRAS teve um aumento de 10% nas suas ações porque o petróleo subiu. Onde estão as questões relacionadas que ele já apontou? Primeiro, a queda no preço do minério de ferro da Vale do Rio Doce, que afetou todos os que investiram. Inclusive, todo mundo sabe que a Vale tem uma vinculação de 20 anos. E o segundo aspecto: tirar qualquer dinheiro da Vale hoje é perder dinheiro porque vai recuperar ali na frente.

Segundo: a oscilação nas bolsas de valores; e terceiro: o tema do impasse da Sete Brasil. Eu, racionalmente, não entendo que a Sete Brasil não vai dar certo por um simples aspecto: a promotora. Quem manda em todos, na PETROBRAS, na Caixa, e também pelo fato de haver recursos privados de bancos públicos. Esses aspectos todos me dizem que ela vai sair desse impasse.

Agora, eu acho que aquela pergunta feita aqui pelo Deputado Cássio Lima Filho...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deputado Pedro Cunha Lima.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - ...Cunha Lima, é uma pergunta que não pode ser respondida. Se eu olhar de hoje para trás o que eu não faria... Ora, eu só posso dizer o que eu posso fazer quando eu tenho as condições e as variáveis na mão. Eu não posso responder a essa questão. A Sete Brasil só pode ser decidida de 2010; a outra empresa brasileira, a Gradiente, só pode ser debatida no tempo da sua decisão, num conjunto de investimentos.

Agora, eu gostei aqui... O que deu prejuízo a esse fundo de pensão... Por exemplo, eu tenho aqui um papel que eu até pedi emprestado para o Deputado Marcelo Aro: o Wet'n Wild, Hopi Hari, Mesbla, todos esses investimentos feitos antes de 2003 geraram prejuízos grandiosos ao fundo de pensão da FUNCEF e, de 2003 para cá, o que me parece é que foram feitos modelos de mudanças de governança muito importantes, na POSTALIS muito recentemente. Isso foi mostrado e



aconteceu de 2012 para cá. Mas, nos demais, com participação dos servidores e com uma série, digamos, de exigências que dão aos investidores mais tranquilidade. Por isso, eu gostaria de aproveitar a presença do Sr. Caser para ele falar do conjunto da obra. O conjunto da obra é o balanço global e o futuro. Como ele está dizendo, não há aqui um elemento que possa, digamos, testemunhar contra a sua gestão nesta sessão. Por isso, eu não concordo com aquelas conclusões aqui até que venha um fato novo, que concluíram com uma gestão que não a mais correta gestão possível que passa por problemas conjunturais, como ele aqui apontou, mas a mais correta gestão possível nesse fundo de pensão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Se me excedi, Deputado, peço desculpa a V.Exa. Mas fiquei tão ofendido com o que foi dito em relação à Deputada Erika Kokay nas suas virtudes e qualidades...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Fiquei tão ofendido por terem tentado levantar suspeição na sua atuação que respondi, porque, muitas vezes, a gente não pode ser frio no que é quente.

Então, gostaria de dizer a V.Exa. que me excedi, mas não achei que a sua fala em relação à Deputada Erika Kokay foi indevida. Por isso, respondi daquela maneira.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Agradeço a participação do Deputado Paulo Teixeira.

Finalmente prosseguiremos com a oitiva dos inscritos que chegaram cedo e assinaram pela ordem, para que possam questionar.

Quero apenas agradecer ao Dr. Caser pela sua tolerância até o momento.

Vamos fazer em bloco? Nós temos aqui inscritos que estão presentes. Eu vou falar a ordem. Os inscritos presentes na ordem: os Deputados Enio Verri, que saiu, Rocha, Samuel Moreira, Erika Kokay, que está inscrita para as perguntas, e Sóstenes Cavalcante.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Mas o Deputado Edinho está antes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Edinho é não membro. Ele fala no fim.



Com a palavra o Deputado Rocha.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Carlos Alberto Caser, eu tive acesso a esse material que o senhor publicou nas suas redes sociais. Mas certamente não precisaria ter acesso a esse material. Bastava ver o seu perfil, o seu currículo. Bastava ver o seu desempenho enquanto gestor para saber que estava diante de um petista. Bastava ver isso.

Na verdade, V.Sa. é funcionário da Caixa desde 1982. Mas, nesse tempo todo, pouco tempo trabalhou na Caixa. Acho que é uma prática dos petistas: pouco trabalho.

V.Sa. recebe pela Caixa ou pela FUNCEF e recebe também de Conselhos. V.Sa. não quis explicitar os valores que recebe por esses Conselhos, mas certamente o seu rendimento mensal beira à casa dos 100 mil reais e deve estar muito feliz com a FUNCEF, coisa que não acontece com os participantes, que estão vendo as dificuldades futuras, o quadro que se avizinha e que não é muito favorável.

V.Sa. fala de prejuízos de milhões seguidos: Gradiente, Oi, Vale, Sete Brasil, há muitos. Na questão imobiliária V.Sa. desconhece... Como gestor... É também uma característica dos petistas; não têm aquela competência para gerir. Eu certamente não contrataria V.Sa. para administrar nada meu e acredito que assim também os participantes do FUNCEF (*Palmas.*)

O imóvel que os engenheiros da Caixa avaliaram em 23 milhões, pouco menos de 6 meses após, a FUNCEF compra por 45... Vinte e dois milhões a mais! E o pior: pelo valor máximo de mercado, aquele valor pedido pelo vendedor. Mas há mais coisas nebulosas que V.Sa. diz que desconhece.

V.Sa. falou de oito salas que a FUNCEF estaria vendendo para o Sr. Júlio Neves. Na verdade, há uma empresa que tem um trânsito livre dentro da FUNCEF. Ele é Diretor Executivo da PAR Facilities, que tem negócios com a FUNCEF. O pior: o valor de mercado do metro quadrado nessa região varia de 9 a 11 mil reais, o que daria uma média de 2 milhões, 187 mil.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já pediram a conclusão, Deputado Rocha. Encaminhe as perguntas

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Sr. Presidente, eu pedi para agregar o tempo de Líder.



Como dizia, 2 milhões, 673, e a FUNCEF estava vendendo esse imóvel graciosamente por 1 milhão e meio.

Eu, sinceramente, vejo em V.Sa. todas as características de um petista. Os prejuízos causados aos...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Encaminhe as perguntas, Deputado.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - Eu vou finalizar, Sr. Presidente.

Há uma outra situação da qual eu não queria me furtar, não queria deixar de entrar no mérito, e faz parte dessa situação da PAR Facilities. Quero perguntar se o Sr. Alberto Caser tem conhecimento de que o Sr. Pedro Eugênio Beneduzzi Leite, ex-Presidente da FENAE, é um dos proprietários da PAR, empresa que tem ligações, negócios, com a FUNCEF. Ele tem conhecimento disso?

Na verdade, eu vejo em V.Sa. o mesmo destino de outros petistas. Embora aqui alguns Parlamentares façam questão de não enxergar, a massa de participantes que está aqui confirma que V.Sa. causou prejuízos e tem que ser responsabilizado pelos seus atos, inclusive criminalmente. V.Sa. falou que decidiu mais de 2 mil vezes, decisões da Diretoria, e V. Sa. participou desse prejuízo. V.Sa. tem que responder judicialmente pelo que fez com os participantes da FUNCEF.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputado Rocha.

Com a palavra o Dr. Caser para responder às perguntas.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eminente Deputado Rocha, eu gostaria, inicialmente, de dizer a V.Exa. , com todo o respeito que V.Exa. merece como Parlamentar nesta Casa, que eu ouvi, durante muito tempo da minha vida funcional, que eu não trabalhei, que eu nunca trabalhei na Caixa. Deputado, quem estava nas associações, nas federações e nas entidades sindicais estava defendendo a empresa enquanto Caixa pública, estava defendendo os direitos dos trabalhadores da Caixa, estava lutando em mesas de negociação pela melhoria das condições de vida e de salário dos milhares de empregados da Caixa. É um trabalho tão digno, Deputado, como qualquer outro. Respeito a posição de V.Exa. Acho bastante respeitável. Mas quero dizer a V.Exa. ouvi injustamente isso de alguns pares. Mas eu tenho a minha consciência absolutamente tranquila quanto a isso. Eu trabalhei muito, Deputado, muito! Eu trabalhei muito, muito mais do que o senhor imagina, na



defesa dessa instituição que tem 154 anos. Isso dito, recebo pela Caixa, recebo pelos conselhos. Já foi dito aqui o salário, já foi dito a razão pela qual os salários dos conselhos. Não é questão de desconhecimento a questão do imóvel de Santa Catarina. Esta CPI fez todos os pedidos, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, nós vamos encaminhar todos os laudos, todo o material. Não é questão de desconhecer. V.Exa. se referiu a 2.066 decisões. Eu devo reconhecer a V.Exa. a minha incapacidade de me lembrar de tudo isso, Deputado. É impossível. Então, ao receber o material, eu tenho certeza de que V.Exa. terá todas as condições de avaliar e verificar a correção do processo que houve lá em Santa Catarina. No que se refere às salas da OAB, quero dizer a V.Exa. que esse processo ainda está em discussão no colegiado, porque um diretor questionou o valor da venda, solicitou laudos, os laudos confirmaram o valor, houve contratação de um terceiro laudo. Esse assunto inclusive estaria na reunião da diretoria de hoje, mas como eu imaginei, Sr. Presidente, que fosse esticar, até cancelei a reunião de diretoria. Nós vamos resolver isso e vai ficar claro que não houve favorecimento de quem quer que seja. A FUNCEF não favorece, tem que fazer laudo. Aliás, os laudos, eu já disse aqui, eles não podem ser contratados... Nós gostaríamos — eu gostaria de repetir isso — que os laudos fossem feitos pela Caixa; não são feitos... A Caixa tem um corpo de engenheiros absolutamente competente, capacitado. Não são feitos pela Caixa porque a legislação impede, a legislação impede que os laudos de avaliação sejam feitos pela patrocinadora, para não haver conflitos de interesses. Então, nós contratamos laudos externos. Então, isso vai ser resolvido e eu posso assegurar ao senhor que não há qualquer favorecimento ao Sr. Júlio Neves ou a quem quer que seja, ao Sr. Pedro Eugênio Beneduzzi Leite, que o senhor disse, que participa da PAR Facilities, eu desconheço. Então, veja, gostaria mesmo, para encerrar... E mais uma vez, com todo respeito que tenho a V.Exa., há petistas e petistas, há peessedebistas e peessedebistas, há peemedebistas e peemedebistas... Eu, olhando para V.Exa., quero dizer a V.Exa. que eu sou um petista honrado...  
*(Manifestações no plenário.)*

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - A diferença é que, no nosso caso, não há ninguém preso. O PSDB não tem ninguém preso.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito, perfeito. Vamos adiante.

Com a palavra o Deputado Enio Verri.

**O SR. DEPUTADO ENIO VERRI** - Sr. Presidente, obrigado por me considerar, porque eu fui fazer um breve lanche.

Dr. Caser, primeiro como à de V.Exa. a minha indignação sobre a consideração de sermos considerados pessoas que não trabalham ou que não nos dedicamos ao trabalho. Eu trabalho desde os meus 18 anos de idade e tenho muito orgulho de ser petista há 33 anos e uma ficha que dá orgulho a muitos pais. E, infelizmente, seus filhos não poderiam dizer a mesma coisa.

Sobre esse processo de criminalização da política, é uma pena que isso ocorra, como se no passado não foi o PSDB, como se no passado não teve o PMDB, o que naturalmente é normal numa república, normal numa democracia. E eu espero que continue assim. Essas críticas mais mostram que as pessoas sonham mesmo é com uma ditadura, o que eu espero que nunca ocorra.

Eu notei, aqui na intervenção de V.Sa., primeiro a evolução patrimonial de 2002 a 2015: um salto, segundo os dados apresentados, de 474%, o que, sem dúvida nenhuma, é substancial. Mas eu noto nas intervenções sempre a preocupação com o que se perde, com os riscos — e aí eu tenho duas questões básicas que caminham na direção do risco. A primeira é se o senhor sabe informar se algum processo de fiscalização foi conclusivo sobre a ocorrência de má-fé ou gestão temerária, ou se refere a incorretas aplicações financeiras da FUNCEF.

Continuando: caso tenha conhecimento, poderia nominar os casos ou remeter detalhadamente a esta CPI posteriormente, inclusive apontando a ocorrência de eventuais prejuízos aos assistidos? Já que se fala tanto nisso, seria importante deixar claro.

O segundo aspecto também nessa mesma linha é: quais foram os encaminhamentos tomados pelas instâncias competentes da FUNCEF para equacionar a questão do déficit? A verdade que se nota é que... É claro, é o papel da CPI, acho normais as manifestações, aliás, é o papel desta Casa fazer isso. Mas, entretanto, prende-se muito mais às exceções do que à grande regra. Se ela cresceu, se aumentou o seu capital, se ela tem uma política que sofre hoje por



crises econômicas e pela variação e instabilidade do próprio capitalismo, como é que V.Sa. vê isso e como V.Sa. olha o futuro da FUNCEF?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Dr. Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Obrigado, Deputado Enio. Com relação a riscos, eu afirmei aqui na minha apresentação: nós temos uma gerência de riscos que fica alocada, Sr. Presidente, na Diretoria de Controladoria, que é ocupada por um diretor eleito pelos participantes. Então, todos os investimentos necessitam de ter essa avaliação de risco feita pela área de Controladoria. No que se refere a fiscalização e alguma imputação por gestão temerária ou má-fé, não houve — quero reiterar a esta Comissão. Quer dizer, não há auto de infração da PREVIC, não há... A patrocinadora Caixa e a auditoria interna obviamente não podem atuar. Quem tem o poder de atuar legalmente é a PREVIC. E a PREVIC, obviamente, ao fazer uma fiscalização rotineira, a primeira coisa que ela vai olhar são as auditorias internas, as auditorias das patrocinadoras. Então, não houve qualquer ação na Justiça, do MPF ou da PREVIC em relação aos atuais gestores. No que se refere às ações, V.Exa. me dá a oportunidade para mais um vez reiterar o seguinte: nós demonstramos aqui que vários segmentos vão muito bem; a renda fixa vai muito bem; os investimentos estruturados, a despeito do que foi dito aqui anteriormente, vão bem; operações com participantes vão bem; imóveis vão muito bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E por que esse déficit?  
(Palmas.)

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O nosso problema é na renda variável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Deve ser na renda variável.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O nosso problema, Sr. Presidente — foi dito aqui na minha apresentação —, é na renda variável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dez bilhões de déficit.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A renda variável puxou a nossa rentabilidade para baixo. Puxou Bolsa e puxou principalmente Vale. Então, Vale nós vamos vender agora, amanhã, realizar o prejuízo? Não. Em 2017 nós vamos ver o que vamos fazer, se se dissolver esse bloco de controle. Mas a Vale é uma empresa importantíssima, dificilmente esse bloco de controle, talvez ele não fique igual. Mas pena que o nosso Presidente Gueitiro já se retirou, porque a PREVI é uma das



grandes, é a que tem a maior participação hoje em Vale. Certamente esse processo vai ser conduzido pela nossa, vamos chamar, coirmã PREVI, porque eles têm a maior participação, eles presidem o Conselho de Administração da companhia. E é uma companhia que está sofrendo a questão aí da conjuntura econômica internacional, mas que pode reverter, assim como a Bolsa de Valores. Então, para ressaltar o que eu disse aqui, Deputado, no longo prazo, a gente precisa olhar o horizonte um pouco mais longo. E aqui eu tive a oportunidade de, ontem, numa visita de cortesia ao Deputado Presidente desta CPI, o Deputado Efraim, que talvez uma das coisas em que esta CPI poderia se debruçar era exatamente na questão da solvência, de melhorar as regras de solvência dos planos, em quanto tempo nós vamos permitir que um fundo fique descapitalizado x%, 5%, 10% e por quantos anos. É um ótimo debate, é um debate, Sr. Presidente, que já existe na PREVIC, já existe no segmento como um todo. E esta CPI, eu tenho certeza que pode dar fortes contribuições para isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Muito bem.

Eu tenho que lhe confessar uma coisa, ouviu, Dr. Caser? Essa questão do prejuízo ainda falta este entendimento: se tudo vai bem e apresenta um déficit de 10 bilhões de reais hoje é preciso saber sim, averiguar de onde vem esse Fundo. *(Palmas.)* É preciso a gente poder avançar, eu acho que esse é o papel da CPI. Agora, dizer que tudo vai bem?

A Sete Brasil mesmo, me parece que, para ela dar certo, só uma coisa é que deu errado: um rapaz chamado Sérgio Moro. Se não fosse ele, a Sete Brasil hoje era uma potência. Daqui a pouco vão colocar a culpa nele por a empresa não ter dado certo *(Palmas.)*

Então, a gente tem que justificar. Eu acho que esse papel é importante. Não vamos vendiar os olhos aqui. V.Sa. mesmo apresentou um déficit de 6 bilhões e com um parcial de 2015 já chegando a 10. Então, vamos procurar averiguar, justificar e não dizer que tudo vai bem e colocar a culpa num ou noutro investimento. Não. Há algo estrutural a ser repensado.

Com a palavra, pela ordem, a Deputada Erika Kokay e o Deputado Samuel Moreira.



**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, lembro que, em determinado momento, o depoente foi eleito. Porque, veja, fala-se de muito tempo no fundo de pensão, mas parte desse tempo foi uma vontade dos trabalhadores e trabalhadoras. E o depoente foi eleito para participar do Conselho de Administração e fez uma defesa da FUNCEF contra a administração à época da Caixa, que era o Sr. Sérgio Cutolo. E foi destituído, embora tenha sido eleito, foi destituído do Conselho de Administração. Criou-se inclusive uma crise.

Então, o depoente entra na FUNCEF pelas mãos dos trabalhadores e trabalhadoras que o elegeram. E nós, a partir da luta dos empregos e empregadas da Caixa, uma luta vigorosa, nós conseguimos democratizar o fundo de pensão. Nós temos hoje metade do Conselho Executivo, do Conselho Fiscal, do Conselho Deliberativo composta por pessoas eleitas. Inclusive, hoje nós temos representantes, um deles depôs aqui, que vêm da carreira de auditoria da Caixa, que é uma carreira que tem profissionais da mais alta qualidade. E aqui nós vimos o depoimento desse diretor, em que disse que não constatava qualquer tipo de dolo nos processos que houve e que aprovou — porque foi aprovado por unanimidade esse conselho paritário.

Aqui também foi dito que é um percentual absolutamente residual de decisões onde se teve o voto de Minerva. E eu acho que tem que acabar o voto de Minerva, o voto de qualidade. Eu acho que nós temos que ter uma gestão compartilhada, nós temos que ter pelo menos dois terços. Acho que tem que haver mesmo a democratização do próprio fundo. Inclusive o voto de Minerva, que foi extremamente pouco utilizado, é um instrumento que acaba dando a prioridade para a patrocinadora.

Então, penso que os instrumentos de controle são afiados com o processo de democratização e nós conquistamos. Foram os empregados da Caixa que foram à luta para conquistar essa democratização, para conquistar essa participação em todos esses conselhos. Nós temos aqui quatro conselhos.

Eu estou dizendo tudo isso porque isso não é mérito de quem está na Diretoria da FUNCEF hoje, isso é mérito dos empregados e empregadas da Caixa, que lutaram de forma fervorosa para que nós tivéssemos a democratização do fundo



de pensão, o que não aconteceu, não acontece no POSTALIS — nós vimos aqui e parece que vai vir a acontecer.

Portanto, eu diria que o que nos cabe neste momento é analisar todo esse déficit. Acho que as informações foram preciosas nesse sentido e foram preciosas quando...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - E eu concluo com isto: quando aqueles que vêm aqui tentam desqualificar o depoente colocando assuntos da sua correspondência pessoal, opiniões pessoais numa verdadeira caça às bruxas, como aconteceu na ditadura, ou tentam imputar responsabilidades ao partido, criminalizar partidos, criminalizar um processo ideológico, é porque não conseguem objetivamente fazer reconhecer que houve dolo no déficit, que eu tenho absoluta certeza de que será superado, porque nós estamos falando do terceiro maior fundo de pensão deste Brasil — que nem sempre foi o terceiro, mas o terceiro maior fundo de pensão deste País. Nós estamos falando de um capital absolutamente vultoso e vigoroso e nós estamos falando de um fundo democrático, que tem a participação dos empregados e empregadas da Caixa, que são empregados e empregadas comprometidos com a democracia e comprometidos com a transparência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado, Deputada.

Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

**O SR. SAMUEL MOREIRA** - Olha, Sr. Caser, eu quero só saber se já há alguma medida no sentido de aumentar a contribuição dos funcionários e da patrocinadora, dos beneficiários em função desse rombo de 5,6 bilhões, se já há alguma medida, se vai ter alguma medida com relação a isso. Eu prefiro que o senhor anote, porque eu vou fazer várias perguntas.

Eu quero saber se o senhor estava na deliberação dos 200 milhões da OAS que foram investidos e se o senhor tomou alguma medida judicial ou interna.

A gente está falando muito aqui de governança. Por exemplo, a compra do imóvel de Goiânia, Flamboyant, a venda e a aquisição do terreno em Florianópolis, de propriedade em Florianópolis, são escândalos, coisas que estão aí na mídia. O senhor tomou alguma providência? Não basta a gente só falar também do rombo lá para trás, dos outros administradores. Eu quero saber quais as providências que o



senhor internamente tomou do ponto de vista da governança. Quando há uma denúncia, é aberta uma sindicância, é feito algum procedimento interno pelo senhor em relação a essas questões?

Eu vou falar só de cinco exemplos. Por exemplo, Gradiente: o senhor tomou alguma providência, abriu um processo, entrou na Justiça do ponto de vista da FUNCEF? Por exemplo, Sete Brasil: as notícias estão todas aí; é corrupção para tudo que é lado; Gerson Almada, Engevix, está preso, que é sócio também; Milton Pascowitch.

Qual é a providência que vocês estão tomando com relação a um escândalo desses? Só esperando resolver? *“Ah, a CPI da PETROBRAS vai resolver, a Justiça vai resolver.”* Qual a medida efetivamente que o senhor tem tomado como Presidente do fundo, para recuperar esses valores?

Por exemplo, Belo Monte: as empresas pararam, está atrasada a obra, prejuízo. Qual é a medida que o senhor está efetivamente tomando, mas efetiva? Uma ação judicial? Está acompanhando? Qual é a medida? Fez um procedimento interno? Está apurando com uma sindicância? Qual é a medida?

Também quero falar um pouquinho de governança e quero saber da opinião do senhor para contribuir com a nossa reflexão para melhorar as regras. O senhor acha que é bom estar na diretoria de um fundo e ao mesmo tempo participar do conselho de outras empresas, como, por exemplo, JBS, TIM? Nem se o senhor participa ainda da TIM...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER - Não.**

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ...e de outras empresas. Mas da JBS, por exemplo, o senhor participa. O senhor acha que esse é um bom modelo de governança?**

O senhor acha que as medidas que são tomadas associadamente para compra de ações ou, às vezes, de maneira concorrente, um compra e outro vende, um contrata, outro é o contratante ou é o contratado, ou, às vezes, juntos, para comprar de alguém, o senhor acha que isso é um bom modelo de governança, permitir — opinião do senhor — que um diretor de um fundo participe também de conselho de empresas?



Eu queria saber também não se o investimento que foi feito já voltou da BANCOOP, mas se o senhor já foi sócio da BANCOOP, já participou da Diretoria ou tem apartamentos, comprou alguma coisa com a BANCOOP.

Eu queria, para finalizar — até queria que o senhor falasse disso primeiro —, mas só para finalizar. Eu não tenho nenhuma objeção a se ter filiação partidária, pelo contrário, acho que as pessoas podem tê-la, nós estamos num país democrático, não tenho problema nenhum com relação a isso. Mas quero saber a opinião do senhor também do ponto de vista de governança, do procedimento e do comportamento que um líder de um fundo deve tomar, já que o fundo é contribuição de funcionários de vários partidos políticos, às vezes até sem partido político. O senhor acha que esse tipo de comportamento deve ser adotado, por exemplo? E eu queria, por curiosidade — eu sei até que o senhor não é obrigado a responder sobre isso —, mas no Twitter do senhor... Veja, eu estou dizendo o seguinte: desde que a pessoa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Peço que conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - ...saiba separar, eu não tenho nada absolutamente contra, mas eu fiquei muito curioso. Eu vi no Twitter do senhor aqui, do dia 2 de julho: *“Dilma, hoje, Dilma, sempre. E beijinho no ombro para os recalcados”*. Quer dizer, quem seriam os recalcados na opinião do senhor?

**(Não identificado)** - Ele não é obrigado a responder a isso. *(Palmas.)*

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu sei que o senhor não é obrigado a responder. Eu estou dizendo o seguinte: do ponto de vista da governança, esse comportamento de militância muito forte ao presidir um fundo para o qual todos contribuem, filiados ou não... Quer dizer, eu acho que a pessoa tem que ser livre, nós estamos em uma democracia, mas será que — a opinião do senhor — esse é um comportamento adequado?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está compreendido. Obrigado, Deputado Samuel Moreira.

Com a palavra o Dr. Caser, para objetivamente responder às perguntas.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado Samuel Moreira, a primeira pergunta de V.Exa. é sobre se já há medida para aumentar a contribuição. Ainda não. Está sendo feito um trabalho todo técnico durante este ano de 2015 e, caso



essa legislação a que me referi anteriormente não venha a ser mudada — porque outros países possuem, como prazo de necessidade de equalização de déficits, períodos maiores —, se isso não for mudado, a partir do próximo ano, então, começa a cobrança dos participantes. Não só dos participantes, mas, como a lei determina, também para a patrocinadora Caixa, também como já foi dito aqui, se não me engano, pelo Deputado Rubens Bueno. No caso dos 200 milhões da OAS, ainda não foi tomada qualquer ação judicial, mas a qualquer momento poderá ser tomada. Eu disse anteriormente e vou apenas reiterar que essa OAS Empreendimentos está se desfazendo da participação que ela possui em Invepar e, com isso, ela pretende reestruturar e sair da recuperação judicial das outras empresas. Ela pretende fazer caixa e nós, é... não é que nós acreditamos, nós estamos trabalhando para que, uma vez que ela coloque a mão nos recursos de uma eventual venda da Invepar, ela possa fazer uma readequação nessas demais empresas, entre as quais está a OAS Empreendimentos. Em não havendo sucesso nessas negociações, é que é preciso... Em valores dessa natureza, é necessário aguardar eventualmente algum tempo para que se resolva da forma negocial, e não partir imediatamente para a Justiça. O caso da Agência Flamboyant, a minha nobre colega aqui do lado me disse que essa agência foi vendida em 2000.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Tenho uma pergunta, Sr. Presidente. Não é nem uma pergunta, é mais uma questão de ordem: nas atas são registradas as íntegras das falas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - As atas são notas taquigráficas, são reduzidas a termo, são gravadas.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Eu gostaria de saber, por exemplo, as respostas dele, para que depois a gente possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Sim, sim, sim. A da FUNCEF, as atas, as reuniões...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Não, não, não, as atas daqui. Não vêm nas atas, mas ficam na gravação, arquivadas?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está, inclui a nota taquigráfica na íntegra. E pela Internet, qualquer cidadão pode assistir em vídeo, em áudio e em notas taquigráficas.



**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Mas, aproveitando a sugestão de V.Exa., as atas da reunião da Direção da FUNCEF são gravadas ou são reduzidas a termo?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - São gravadas e são reduzidas a termo, Excelência.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vocês mantêm essa gravação em arquivo por quanto tempo, por quantos anos? Há regra para isso?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Teria que ver o tempo. Eu não me lembro de cabeça, Sr. Presidente, o tempo em que elas ficam gravadas, mas não é um tempo muito curto não. Mas eu não sei aqui. Para chutar um tempo aqui para o senhor seria...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tudo bem. Caso haja interesse, a gente faz a solicitação.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Mas elas são bem detalhadas, elas são bem detalhadas em escrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nós já solicitamos aqui hoje inclusive as que discutiram a abertura da *offshore* da Sete Brasil na Holanda, que V.Sa. disse que estava constando nas atas.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Isso consta na ata da companhia. Então, voltando ao nobre Deputado Samuel Moreira, esse investimento de Flamboyant foi feito no ano 2000, foi vendido no ano 2000. Então, eu precisaria recuperar o que significa exatamente, por quanto foi vendido. Eu peço a compreensão de V.Exa. porque, diante de tantos assuntos outros candentes, desse caso aqui de 2000 a gente não trouxe informação. Mas traremos, está certo? E o caso de Florianópolis também, eu peço a V.Exa. a compreensão, porque nós vamos encaminhar o processo para cá.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Foi aberto algum processo em função da denúncia?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não foi aberto.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Interno? Nem um processo interno?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nem um processo. Nem com relação ao Flamboyant...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Não é procedimento abrir processos quando há denúncia?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Existe procedimento. Se houver uma denúncia fundamentada, há o procedimento de abrir uma sindicância. Mas a denúncia precisa ser fundamentada.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - O que é fundamentada?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não pode ser uma denúncia que ...

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Quem é que decide se ela é fundamentada ou não? Há um parecer ou alguém?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A Diretoria Executiva.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Então, sempre é feita uma avaliação de uma denúncia.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Há registro disso?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Dessa denúncia de Florianópolis? Eu teria que avaliar.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Uma denúncia pelo jornal.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu teria que avaliar. Não, não tenho isso de cabeça. É um investimento antigo também.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Dr. Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim. Os mesmos casos aqui — Gradiente, Sete Brasil, Engevix, Belo Monte — são todos os investimentos que poderão vir a ser objeto de ação judicial. O caso da Sete está mais avançado porque os administradores já estão sendo processados pela companhia, os antigos administradores estão sendo processados pela própria companhia. E já está em exame. Isso ainda não foi uma decisão, mas poderá haver uma ação de todos os acionistas contra a PETROBRAS e eventualmente contra o BNDES.

**O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA** - Mas não há ainda nenhuma medida interna de vocês com relação...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Contra esses dois ainda não.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Concreta, não. Há estudos — ele já falou isso aqui.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Diretoria e participação nos conselhos. A minha opinião — o senhor quis saber: não vejo conflito, não vejo conflito até porque essa foi uma discussão lá atrás, muito, muito candente entre os participantes dos fundos. E chegou-se à conclusão de que a participação dos diretores... E na Fundação, gostaria de salientar, Deputado, participam não só os diretores indicados pela patrocinadora; participam nos conselhos os diretores eleitos pelos participantes. E mais: existe um processo seletivo de conselheiros na nossa Fundação, em que vários conselhos são ocupados por pessoas escolhidas dentre o quadro de participantes. Então, nós temos uma mistura. Em empresas que são muito, vamos dizer, que requerem uma atenção especial, nós geralmente colocamos os diretores, até porque têm um nível decisório maior. Na sequência, há gerentes, há analistas e há, repito, um processo seletivo em que participantes podem se candidatar. E existem hoje, dentre o número de conselheiros que nós temos, conselheiros que foram escolhidos por esse processo de seleção. Então, não são apenas os diretores da Fundação. Não tenho, não sou sócio da BANCOOP, não comprei apartamento, não sou dono de apartamento da BANCOOP. Quanto ao Twitter, nobre Deputado, eu acho que já respondi.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a participação.

O Deputado Paulo Teixeira acho que não vai mais querer...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Quero.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - V.Exa. foi quem mais falou aqui hoje, Deputado.

*(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele tem pela prerrogativa...

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Sr. Presidente, eu deixo outros passarem à minha frente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Sóstenes Cavalcante. Na sequência, falará o Deputado Darcísio Perondi e o Deputado Paulo Teixeira, que conclui e encerra. E o Deputado Edinho Bez, perdão.



**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, nobres colegas...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Recomponham o tempo do Deputado Sóstenes Cavalcante. É porque o Deputado Edinho Bez está na lista dos não membros.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, eu vou primeiro fazer a pergunta e, logo após, quero tecer alguns comentários, porque, na fala do Deputado Paulo Teixeira, S.Exa. falou algumas coisas que eu gostaria de... Naquele momento, para não tumultuar, porque não é meu estilo, e em respeito à sua Presidência, Deputado Efraim Filho, eu prefiro fazê-lo agora. Mas gostaria de fazer alguns questionamentos.

Nós estamos diante de um déficit, um rombo de 5 bilhões e meio de reais, que afeta cerca de 64 mil participantes. Eu gostaria de entender. E a recuperação desse déficit em 12 anos, como anunciado, implica o aumento médio, salvo engano, de 600 reais na contribuição mensal. Gostaria de perguntar ao Sr. Carlos Alberto quem irá arcar com esse prejuízo. Qual é o plano de recuperação em perdas e qual é o tempo estimado para que realmente isso venha a acontecer? É um planejamento prático? Nós entendemos que isso não pode ficar na conta dos trabalhadores desse fundo. E se não forem eles, quem vai pagar? Como?

Nós temos uma... E creio que a política de redução voluntariosa, que já é uma das medidas *a priori*, ela vai reduzir a taxa de juros promovida no primeiro mandato do presidente anterior?

Outra pergunta que quero fazer... Eu não entendi bem. A Deputada Erika Kokay falou que se democratizou e passou a ser por eleição, e eu também louvo a decisão. Mas como não conheço o regimento interno, V.Sa. preside por um mandato ou dois, foi reeleito ou não foi? Quantas reeleições podem ter? Eu gostaria de entender um pouco isso.

E só gostaria de lembrar a V.Sa., que se referiu ao Santander como banquinho: esse banquinho tem lucros, e lucros altos, diferente do que nós estamos vendo na FUNCEF. Em uma das suas falas, V.Sa. referiu-se ao Santander e a um outro banco como banquinhos. Eu não entendi e só gostaria que explicasse isso. Eu gostaria que esclarecesse essas perguntas.



E agora quero dizer, Deputado Paulo Teixeira, que a ética é ampla realmente. A minha questão de ordem foi levantada pautada na ética. E a ética é plural, ou seja, o que talvez seja ético para mim, talvez não seja ético para V.Exa., não seja ético para a Deputada Erika Kokay. E realmente, às vezes isso acontece. Mas nós temos um Código de Ética na Casa. E se a minha questão de ordem não for acatada pelo Presidente, eu vou fazer uma proposta de resolução para que seja incluída, porque honestamente fere o meu senso comum, com todo o respeito. Eu não me sentiria confortável se estivesse inquerindo uma pessoa, um convocado a uma CPI que tivesse doado para a minha campanha.

Eu tenho todo o respeito pela Deputada Erika Kokay, acho o mandato dela excelente. Aliás, na minha questão de ordem eu fiz questão de ressaltar isso, porque nós temos excelente harmonia e convivência nesta Casa. Agora, fere o meu princípio ético. E mais: da FUNCEF não é só o Dr. Carlos Alberto Caser que doou, há outros doadores, há o Sr. Júlio Neves, Gerente de Administração de Ativos Imobiliários. Eu não sou contra a doação individual, acho que é até boa. Há aqueles que defendem a doação de maneira física, e não a de CNPJ ou de pessoas jurídicas. Também há o Sr. Antônio Bráulio que também doou. Ou seja, são três pessoas da mesma instituição. Isso é uma questão de foro íntimo, Deputado, de foro íntimo. E vou levar às instâncias. Vou aguardar a resposta do Presidente desta Comissão e acho que fica muito deselegante eu estar aqui. E não questioneei a participação dela na CPI, questioneei nesse depoimento de maneira específica. Eu não acho muito elegante, não me sentiria confortável se uma pessoa que doou para a minha campanha estivesse aqui e eu aqui fazendo a defesa dele.

Era só isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Compreendi, compreendi, Deputado Sóstenes Cavalcante. Apenas para esclarecer e dar conhecimento à audiência, Deputado Sóstenes Cavalcante, eu me decidi muito tranquilamente quanto a isso porque faço parte da CPI da PETROBRAS. E na própria CPI da PETROBRAS, esse tema foi enfrentado logo nas primeiras audiências, quando Deputados que foram legitimamente financiados por empresas que são investigadas na PETROBRAS não se retiraram. Eu vi Deputados que se retiraram por questões de foro íntimo, outros que permaneceram. Eu não fui financiado por nenhuma delas,



permaneci na CPI da PETROBRAS até ser designado para presidir esta. Mas é uma questão de foro íntimo, como a sua opinião pessoal é extremamente respeitada.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - É só uma reflexão ética.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É uma reflexão. Vamos seguir. Acho que esse tema ficou muito claro.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não, Sr. Presidente. Não, Sr. Presidente, eu também não... Com todo o respeito que lhe tenho, e é muito, não tem comparação com doações de empresas investigadas ou coisa com isso. Eu tive doações, inúmeras, de pessoas físicas, grande parte de bancárias, porque sou bancária. Fui Presidenta do Sindicato, fui Presidenta da Central Única dos Trabalhadores e tenho muito orgulho disso, de ter contribuído com a luta dos empregados e empregadas não só da Caixa, mas dos trabalhadores e trabalhadoras deste País, que contribuem com a minha campanha.

Portanto, em outro aspecto...

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - E é legítimo, Deputada, é legítimo, Deputada.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O depoente não é acusado. E nós não estamos aqui investigando o depoente, nós estamos aqui investigando o déficit nos fundos de pensão.

Por isso, Deputado Sóstenes Cavalcante, eu não fui financiada por CNPJs, por igrejas, por estruturas, por nada disso; foram pessoas físicas. E nem houve nenhuma doação ilegal. Pessoas físicas, bancadas na sua maioria.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Eu não questionei isso. Só questionei a questão ética porque, para mim, isso fere o meu princípio e não o dela.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ficou claro. E a Mesa teve tolerância até agora. Esse assunto não voltará mais à pauta, eu não o permitirei. Irei cortar a palavra daqueles que o abordarem mais uma vez.

Com a palavra o Dr. Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado Sóstenes Cavalcante, quero dizer a V.Exa. que, no que se refere ao valor que V.Exa. citou, de 600 reais na média, eu gostaria de dizer a V.Exa. que os números ainda não estão prontos, não



estão finalizados. Qualquer número que está circulando não passa de boato. Todo processo precisa ser aprovado pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Deliberativo; depois precisa passar na patrocinadora Caixa, porque ela é responsável pela metade desse déficit; e depois finalmente aprovado pela PREVIC.

Então, nós estamos tendo todo o cuidado porque eu me lembro de que uma divulgação de um número malfeita acabou gerando um tumulto danado num outro fundo de pensão. Então, nós estamos tendo esse cuidado. Esse número de 600 é um número que alguém deve ter passado a V.Exa., mas, sinceramente...

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Por isso eu perguntei. Foi uma pergunta, não foi uma afirmativa.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - No que se refere a planejamento prático para reverter essa situação, nós estamos... nós demos uma mexida na nossa política de investimentos. Também já me referi aqui, mas a gente vai reforçar: estamos diminuindo gradativamente a nossa participação em renda variável, porque a volatilidade está realmente muito grande, mas temos alguns elementos desse déficit sobre os quais a gente não tem muita governança, como é o caso da Vale, que já foi citado aqui. O mandato do presidente, aliás, os mandatos dos diretores dos fundos de pensão previstos na legislação são de 4 anos, podendo haver recondução por mais um período. Então, pode-se apenas permanecer 8 anos, seja presidente, seja diretor. E, se eu me referi ao Santander como banquinho, deve ter sido falha de...

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Com certeza, porque foi uma coisa que me chamou a atenção.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, eu prestei atenção, Deputado Sóstenes. O Dr. Caser disse que quem estava ao lado deles não eram banquinhos exatamente para dizer que eram bancos de porte.

**O SR. DEPUTADO SÓSTENES CAVALCANTE** - Se foi, então, eu estou errado. Eu peço desculpas.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, imagina.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A distração no plenário é sempre natural. A Presidência está aqui ao lado dele. Então, isso eu atesto. Foi esta



a afirmação, a ideia que ele tentou passar: não seriam banquinhos que estariam ao lado de bancos de grande porte.

Com a palavra o Deputado Darcísio Perondi. Depois, Deputados Edinho Bez, para encerrar os trabalhos, e Paulo Teixeira, Vice-Presidente.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - A crise dos fundos de pensão pode ter problemas de gestão ou pode ter influências políticas, e isso existe em qualquer Governo, e foi muito intenso e marcante nos últimos 12 anos do Governo do PT.

Eu considero que o maior responsável por esse buraco de 5 bi talvez tenha sido a política macroeconômica do Governo, Carlos, do seu partido, que comanda há 12 anos: apostou numa política de intenso consumo, “autossubsídio” público às empresas — BNDES priorizando campeões nacionais e internacionais com juros subsidiados —, falta de controle. E se estabeleceu no Brasil uma crise econômica, eu arrisco dizer, pior do que no Governo Sarney. Isso se reflete sim nas aplicações variáveis, por exemplo, na Vale. Reflete! Derreteu. A PETROBRAS derreteu. Quem deveria estar neste lugar é a Presidenta Dilma, o Presidente Lula, Guido Mantega, Arno Augustin, com as pedaladas fiscais e autorizações de gastos no ano passado. A Presidenta Dilma gastou mais de 80 bilhões sem autorização desta sala aqui, da Comissão de Orçamento, o que é um crime fiscal sem precedentes.

Tudo isso fez um caldo coalhado, amargo e se reflete nos resultados dos fundos de pensão. Eu arrisco dizer que talvez o resultado mais... Menos o POSTALIS. Anteontem nós ouvimos o POSTALIS. Antonio Carlos, frio, gelado, possivelmente, eu não o conheço. Mas anteontem o Presidente do POSTALIS mostrava muita insegurança e angústia. Ali eu acho que houve mais ingerência política do que aqui, se aqui houve. Mas o culpado é outro aqui.

Nós vamos fechar com um PIB de 2% negativos neste ano. No ano que vem fecha negativo de novo. Talvez em 2018 melhore a economia. Recessão crônica! Desemprego, que acho que fecha o ano em 10%. Parece que sou o cavaleiro do apocalipse. A inflação vai passar de 10%; o dólar já passou de 4 reais. O Tesouro Nacional ficou devendo 7% do PIB — 7% do PIB! — no ano passado. Não há como não afetar os caros funcionários associados do FUNCEF, a saúde financeira do seu fundo.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Então, a responsabilidade está em cima da política econômica do Governo. Aqui deveria estar a Presidenta Dilma. Aliás, o País está quebrado, está no fim. Ela tinha que renunciar. Ela tinha que renunciar! Então, a responsabilidade maior da crise dos fundos de pensão, eu vejo na política errada.

Deus nos livre! Vamos rezar para que nós não ganhemos o selo de maus pagadores. Mas do jeito que está? O Ministro da Fazenda, Levy, veio para salvar, mas é desmoralizado pelo pessoal do Palácio do Planalto, pelo pessoal do seu partido. Vamos rezar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Uma pergunta e conclua.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Faço uma pergunta e paro.

Eu concordo, eu acho que é interessante o fundo participar do conselho da empresa, das empresas que investem. Eu acho interessante. Então, gostaria de saber se o senhor faz parte do fundo da Sete? Da Sete?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, da Valepar e da JBS.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Então, na JBS, por exemplo, como funciona a dinâmica? A reunião é uma vez por mês? O senhor recebe a pauta 1 semana antes? O senhor recebe relatórios 1 semana antes? A reunião dura 1 hora, 2 horas? O senhor não recebe nada? Como funciona essa dinâmica? Porque a dinâmica do Conselho da PETROBRAS foi trágica, foi soda cáustica pura. A Presidenta Dilma, Presidente do Conselho, assinou a compra de Pasadena. Então, eu gostaria de saber como é a dinâmica.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A pergunta, Deputado Darcísio, para concluir.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Essa é a pergunta.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado.

Com a palavra o Dr. Caser.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - No que se refere à pergunta específica, nobre Deputado Darcísio Perondi, quero dizer a V.Exa. que, via de regra, as reuniões nos conselhos, elas são mensais.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Mensais.



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eventualmente, uma extraordinária. Mas a regra é uma reunião por mês. Recebe-se a pauta com antecedência. E, obviamente, a empresa, isso é um dado também interessante, a empresa banca todos os custos. Quer dizer, quando eu saio do FUNCEF para ir a São Paulo para uma reunião, a empresa paga o meu deslocamento, o táxi, etc. E normalmente as reuniões demoram uma manhã inteira, começam por volta de 9h30min, terminam por volta de 13 horas, 13h30min. Às vezes esticam um pouco mais, 14 horas. normalmente é isso. As da Vale, que eu participo... Como existe na Vale esse acordo de acionistas ao qual me referi, não sei se V.Exa. estava presente aqui no momento, existe um acordo de acionistas, que fazem reuniões prévias. Então, por conta desse acordo de acionistas, muitas coisas já estão decididas nessas reuniões prévias. E o conselho de administração da companhia, ele é mais, ele decide algumas coisas, obviamente, mas ele tem muito mais informações do presidente da companhia, das perspectivas do mercado de minério mundial, enfim. Então, são reuniões também que duram a manhã inteira, começam às 9 horas — 13 horas, 13h30min. E são reuniões também mensais.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Mas fica um economista à disposição, auditores?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Todo mundo.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O senhor tem que assinar tudo no mesmo dia ou pode pedir vista?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Pode pedir vista, pode ficar para a reunião subsequente. O conselheiro não se sentiu esclarecido, pode, por comum acordo. *“Olha, não está muito claro.”* Porque, às vezes, como V.Exa. pode imaginar, vem alguém apresentar alguma coisa, aí o conselho fala: *“Não, mas a apresentação...”*

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - Um Cerveró da vida.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - *(Riso.) “...a apresentação está ruim”,* aí volta e marca novamente. Então, esse é o mecanismo que eu gostaria de falar para V.Exa.

**O SR. DEPUTADO DARCÍSIO PERONDI** - O.k.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradecido.



Concedo a palavra o Deputado Edinho Bez.

Questiono se a Deputada Eliziane Gama, que está inscrita, retornou ao Plenário, para falar na sequência.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu retornei, Presidente. Só estou me atualizando a respeito das perguntas que já foram feitas.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então pronto, temos os dois inscritos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Estou no aguardo. Eu estava em outra CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - São os últimos. Eu também tenho uma pergunta a fazer no final, um esclarecimento a solicitar.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - É para eu usar a palavra agora, ou o outro Parlamentar?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, na sequência. Eu queria saber se V.Exa. ia fazer uso da palavra.

O Deputado Edinho Bez tem a palavra.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Sr. Presidente, meus colegas Parlamentares, quem me conhece sabe que costumo agradecer a todos que vêm aqui. Quero agradecer a Caser e também à Lucimara. É importante para nós. Quero cumprimentar também os Deputados que requereram a participação do FUNCEF aqui, através do Presidente: Paulo Azi, Pedro Cunha Lima, Samuel Moreira, Fernando Francischini e Pompeo de Mattos.

Quero parabenizar também os empregados e aposentados da Caixa que vieram de outros Estados, com sacrifício, custeando suas despesas, participar e acompanhar, sem apoio de associações, de sindicatos. (*Palmas.*) Eu não sei de alguma associação — Caser, você não tem culpa nisso — que esteja se manifestando, procurando-nos para saber como está. São estes abnegados colegas, empregados e aposentados, a quem parabenizo pela iniciativa. O objetivo é acompanhar.

Estamos todos preocupados, como disse o Deputado Darcísio Perondi, meu colega, com o País. Não é só aqui. O FUNCEF é um instrumento importante também na alavancagem do desenvolvimento do nosso País.



Parabenizo mais uma vez os empregados e aposentados, que estão indignados pela insegurança que vivem no momento. É natural. Seria importante que o Presidente falasse alguma coisa para dar certa tranquilidade aos associados do FUNCEF.

Dá para observar aqui que tenho quatro páginas. Mas não tenho tempo. Quem fala por último é prejudicado, porque 80% das perguntas que eu iria fazer aqui já foram prejudicadas em função dos que me antecederam, naturalmente. Farei apenas três, até porque tenho conversado com os empregados da Caixa.

Em primeiro lugar, os empregados e aposentados da Caixa estão apreensivos. Muitos deles estão perdendo o sono, e com razão. Temos o exemplo negativo da VARIG. Eu tenho um parente, mecânico de avião a jato da VARIG, que teve dificuldades, e tem ainda, em função do que aconteceu. É natural que quem é sócio de outros fundos também esteja preocupado. Isso é importante, e por isso o nosso Presidente está aqui. Eu conheço alguns, meu caro Presidente Efraim Filho, que venderam lotes, terrenos para sobreviver; outros morreram; outros estão doentes. Então, nós precisamos dar certa tranquilidade a essas pessoas.

Com os rumores de que o FUNCEF poderá gerar intranquilidade aos seus associados, qual a mensagem, meu caro Presidente, que poderia ser passada aos funcionários, aos empregados que estão aqui presentes? Que mensagem o Presidente, em nome da direção, como gestor do FUNCEF, passaria para os funcionários?

Segunda pergunta: mesmo com o déficit comprovado, pergunto se o FUNCEF concedeu — não sei quando recebi as informações — 200 mil reais de patrocínio aos jogos dos aposentados? Não sou contra, desde que seja fiscalizado, até porque é legal, é normativo. O que chama a atenção dos colegas é que no momento em que estamos com prejuízo sejam liberados 200 mil reais para eventos de aposentados ou internos da Caixa Econômica.

A terceira e última pergunta...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Conclua, Deputado.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Já estou concluindo, Presidente. Inclusive vou tentar, na semana que vem, participar desta Comissão. Já falei com o Líder do PMDB.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Será bem-vindo.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Obrigado.

A empresa Blokos, de Vitória, Espírito Santo, recebeu financiamento do FUNCEF para a construção de um hotel em Vitória. Pergunto, em nome dos colegas, se a empresa Blokos, através de seus sócios, tem ou teve relacionamento com o grupo gestor, diretores do FUNCEF. Não estou afirmando, e sim perguntando, até porque recebi essas informações, e é dever de qualquer Parlamentar, também na condição de fiscalizar, tirar suas dúvidas.

Era isso. Agradeço, Presidente, por estar aqui nos prestando informações.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Antes da resposta, Dr. Caser, o Deputado Paulo Teixeira, Vice-Presidente, vai se ausentar, e está na ordem de inscrição. Ele abriu mão, mas quer falar por 1 minuto.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - Quero rapidamente falar sobre três questões.

Em primeiro lugar, creio eu que o tema da Vale não diga respeito à economia nacional. Houve uma queda fenomenal no preço do minério de ferro no mercado internacional. Não se pode atribuir a uma questão interna.

Em segundo lugar, eu acho que hoje a política contamina a economia. Nós precisamos pensar no Brasil no sentido de superar as crises políticas para não deixá-las contaminar nossa economia. A segunda variável é a bolsa subir.

Em terceiro lugar, eu quero falar sobre a Deputada Erika Kokay. Ninguém perguntou a ela...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Isso já ficou bastante claro.

**O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA** - ...se ela indicou alguma empresa ao Presidente Caser, porque sabem que ela é uma das melhores e mais éticas Parlamentares desta Casa.

Termino dando um abraço a todos os Parlamentares, aos beneficiários do FUNCEF, e também parabenizando o Sr. Carlos Alberto Caser e a Dra. Lucimara pela fala tão transparente e límpida que nos deram nesta tarde.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado.



Com a palavra o Dr. Caser para uma resposta objetiva. Em seguida a Deputada Eliziane Gama vai concluir e eu vou fazer minha intervenção, para encerrar.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Caro Deputado Edinho Bez, creio que V.Exa. ainda é colega nosso. Quero dizer a V.Exa. que nós estamos... Viu, Deputado Edinho Bez? Quero dizer a V.Exa... Se eu puder passar uma palavra de tranquilidade aos participantes, eu quero dizer que nós estamos a anos-luz do caso Aerus — a anos-luz. Não há menor possibilidade de o FUNCEF se transformar num caso Aerus. Em todas as apresentações que fiz, notadamente neste ano de 2014, apresentei esse patrimônio de...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, eu sei. Eu entendi V.Exa. Apresentei esse patrimônio de 56 bi. Então, um fundo de pensão que tem um patrimônio deste simplesmente não pode ser comparado a um fundo de pensão falimentar. Nós temos situações, que foram elencadas aqui, de dificuldades — renda variável, reajustes reais que foram concedidos, provisionamento judicial, Vale —, mas nós temos liquidez. Nós não temos qualquer perigo de no mês que vem, daqui a 6 meses, daqui a 1 ano, deixar de pagar benefícios. Então, a palavra de tranquilidade que V.Exa. me pediu é essa. No caso de... O patrocínio de 200 mil para os aposentados é uma prática muito antiga, Deputado Edinho, uma prática muito antiga, que veio antes inclusive da minha chegada ao FUNCEF, lá em 2002 ainda. Os aposentados fazem um simpósio nacional. Esse simpósio nacional sempre foi patrocinado. E a gente usa até... Eu posso correr o risco de o PREVI depois me atuar, porque, a rigor, os fundos de pensão não podem patrocinar nada. A gente atua como um auxílio, porque entendemos que a reunião dos participantes aposentados é importante inclusive como elemento fiscalizatório para o próprio fundo de pensão. Então, o fato de a cada ano geralmente 1.800 a 2.000 participantes se reunirem e discutirem as questões e cobrarem coisas do FUNCEF é absolutamente relevante. Depois o pessoal evoluiu e começou a fazer jogos. Mas aí a gente deu um pouco menos: foram 100 mil, não foram 200. Duzentos a gente deu para o simpósio anual. E com relação a Blokos eu não tenho conhecimento se teve



relacionamento com diretores. Eles não fizeram o que estava comprometido no contrato desde o início e eles estão sendo acionados judicialmente.

**O SR. DEPUTADO EDINHO BEZ** - Só um detalhe aqui. O fato de ceder 200 mil reais para patrocínio, eu já falei que, na minha interpretação, é legal. Ninguém está questionando isso. Vale a pena patrocinar, no momento difícil por que está passando o FUNCEF, quando todos temos que buscar equilíbrio nessa linha?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu concordo com V.Exa. Presidente, um pouquinho de tolerância, por gentileza. Inclusive eu fiz essa discussão com as associações de aposentados, porque obviamente, como o senhor sabe, estamos numa democracia, as pessoas têm a possibilidade de se manifestarem. E hoje, com as redes sociais... Então, eu estava fazendo muitas críticas a esse patrocínio. E eu próprio fiz uma chamada, no melhor sentido da expressão, ao Presidente da Federação dos Aposentados, se eles consideravam que isso seria uma coisa que eles deveriam continuar a pedir, ou, se da própria parte deles, eles chegarem à conclusão de que: *“Olha, não é o caso de a gente continuar a pedir nessas situações em que estamos atualmente”*.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Complementando a pergunta, você tem a informação de qual foi o orçamento de patrocínios a eventos culturais, esportivos e afins do FUNCEF nos anos de 2014, 2015 e 2013?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Basicamente são esses, Sr. Presidente, dessas entidades. Não tem nenhum patrocínio extra de qualquer natureza, de livro, de margaridas, de...

*(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)*

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não há. Insisto, todos os recursos que eventualmente saíram da fundação foram nesse sentido das entidades associativas, quando fazendo esses seminários, jogos, alguma coisa nesse sentido, e também nada vultoso — 15 milhões, 20 milhões de patrocínio. Não! Então, nenhum livro, nenhuma peça de teatro, nenhum cartaz, nenhuma quentinha para ninguém. Os fundos de pensão são proibidos pela legislação...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nem mortadela.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Hã?



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nem mortadela. Nem quentinha nem mortadela.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nem mortadela. Nós somos proibidos pela legislação e cumprimos rigorosamente a determinação legal.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Encontro de estudantes, congressos da UNE, essas coisas?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Nada.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. De magistrados também? Porque a Caixa gostava de patrocinar encontros de magistrados.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Também não, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Está bom.

Deputada Eliziane Gama com a palavra, última inscrita de hoje. Depois, o Presidente fará os questionamentos ao senhor.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Quero só saber meu tempo, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Três minutos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, Sr. Caser, primeiramente eu quero lhe dizer que eu queria muito ter este momento com o senhor, porque o histórico de suas exposições e falas não é condizente com o cargo que exerce como Presidente do FUNCEF. Eu fiquei impressionada quando fiz esse levantamento, inclusive com algumas postagens suas nas redes sociais de que todos já falaram aqui. Quando se faz um levantamento e vê o déficit hoje do FUNCEF de quase — eu estava com um dado desatualizado — 6,5 bilhões de reais, outros números mais, investimento na Sete Brasil, Belo Monte, enfim... Mas eu quero me centrar essencialmente nas perguntas, considerando inclusive que o senhor já está aqui nesse tempo todo respondendo a perguntas.

A primeira que quero fazer ao senhor, referente aos recursos da Caixa, é a seguinte: a patrocinadora, portanto, a Caixa, ainda deve recursos a repassar ao FUNCEF de contribuições obrigatórias atrasadas? Se deve, quanto?

Segunda pergunta: o FUNCEF também perdoou dívidas da patrocinadora, na época desse saldamento, parece-me, em 2006? Por quê? Ao mesmo tempo, se o



senhor puder, acho importante que disponibilize a esta Comissão as atas, para termos efetivamente mais esses números de forma específica. Eu não sou membro desta Comissão, mas acredito que é pedido importante para seus membros.

A outra pergunta que quero fazer é referente ao Grupo PAR. Eu queria que o senhor me explicasse melhor qual é o conhecimento que tem referente à formação do Grupo PAR, à relação que ele tem FUNCEF e FENAE e, ao mesmo tempo, quem são seus sócios. Peço que me dê mais detalhes desse grupo. Além disso, pergunto qual é a relação que o senhor tem com o Sr. Júlio Neves, se já esteve empregado no FUNCEF, que funções fazia e qual é a relação dessa pessoa com o Grupo PAR.

A outra pergunta que quero fazer é referente exatamente ao voto de Minerva. No meu entendimento, nessa formação do conselho e na indicação desses membros é que está a raiz do problema, é que está realmente todo o início dessa formação de um grupo que faz uma política de investimento extremamente questionável, de governança que a gente não consegue admitir nem aceitar. Aí o senhor colocou aqui nas suas exposições, pelas informações que recebi, que houve apenas a utilização do voto de Minerva em duas situações, e em situações mais recentes. Aí eu me pergunto: por que em situações mais recentes? Seria por conta da votação da chapa de oposição que ganhou e, portanto, da necessidade de utilização desse voto de Minerva? (*Palmas.*) Ou seja, até então, era o PT que utilizava e aparelhava todo esse sistema de votação e não dava a possibilidade inclusive de se fazer um debate muito mais arrojado dentro do conselho.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Conclua.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só mais uma pergunta. O que o senhor entende do que se refere a cálculos pelos atuários? Quanto a esse déficit de 6,5 bilhões de reais, quando teremos isso equacionado? Quando os participantes começarão a pagar? Cada um desses participantes pagará realmente quantos por cento? As informações que nós temos é que já poderão começar a pagar em abril do ano que vem. Em algumas decisões em outros fundos inclusive, a Justiça embargou. E nós conseguimos um resultado importante, por conta de decisões judiciais que impediram, por exemplo, no POSTALIS, que já se pagasse até aproximadamente 20%. Então, pergunto se o senhor já teria também esses números para nos passar.



Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço à Deputada Eliziane Gama.

Concedo a palavra ao Dr. Caser, para as respostas.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Prezada e nobre Deputada Eliziane Gama, quero dizer a V.Exa. que, com relação às redes sociais, acho que já foi dita aqui alguma coisa. Não sei se V.Exa. teve como acompanhar. Recursos da Caixa...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só uma pergunta, eu não estava aqui: o senhor admite que o senhor fez aquela postagem do beijinho no ombro? O senhor fez no seu Twitter ou foi um *fake*?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já admitiu. Já foi tratado aqui.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Já admiti.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Não, Sr. Presidente. As questões de comunicação particular não são objeto de discussão aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já admitiu e já lamentou. Não precisa responder.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas eu acho que não é a Deputada Erika Kokay quem vai responder. Eu estou perguntando a Caser.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A Deputada Eliziane Gama não participou da discussão. Já foi objeto de discussão aqui.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sim, eu quero que ele me responda. Com todo o respeito e admiração que inclusive faço questão de dizer que tenho pela Deputada Erika Kokay, eu quero que Caser se negue ou responda.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Ele já disse que fez, que lamenta. Agora, não se arrepende.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas não se arrepende.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - São as palavras dele. O juízo de valor é dele.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Porque isso é desrespeitoso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - A palavra está com o Dr. Caser para poder responder às perguntas. Isso já foi objeto de uma grande



discussão aqui, Deputada Eliziane Gama. Eu peço sua colaboração. V.Exa. só chegou no final e teve a palavra, mas isso já passou mais de meia hora sendo discutido aqui. Obrigado.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Eu não sabia, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É por isso que estou lhe comunicando e já dando a resposta.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Com relação... Deputada, devo dizer a V.Exa. que recursos da Caixa que ainda devem contribuições... Contribuições normais, não. Talvez um resíduo que está sendo discutido, mas muito pouco e irrelevante do ponto de vista dos números do FUNCEF. O que nós estamos discutindo é o contencioso judicial. Esse contencioso judicial, via de regra, se origina de uma relação trabalhista. Obviamente, isso tem impactos no fundo de pensão. Nós já avançamos em alguns tópicos, em alguns elementos que a Caixa concorda em repassar ao FUNCEF, e já vem repassando, e outros que ainda estão em vias de negociação.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Houve perdão de dívidas?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não houve perdão de dívidas. Aqui, na...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Nem renúncia de receita? Renúncia de receita também não?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É a próxima pergunta de V.Exa. Não houve perdão. Quando houve o pagamento de uma dívida grande, em 2003, foi feito um desconto de uma parcela, porque o INSS havia assumido aquela dívida, havia assumido o pagamento daqueles participantes, e isso foi descontado do valor a ser pago. Ocorre que nós estamos, neste exato momento, é uma das questões que foram levantadas aqui, se não me falha a memória, pelo nosso Presidente ou pelo Relator, de assuntos que estão pendentes com a Caixa, que esse é o grupo PMPP... E como foi descontado lá atrás devido ao INSS ter assumido a dívida, poderá voltar a Caixa a pagar esse percentual. Mas não houve perdão à Caixa. Com relação ao Grupo PAR, talvez V.Exa. também não estivesse presente, mas eu disse que o Grupo PAR apresentou em 2006, se não me falha a memória... Esteve na fundação, apresentou um projeto no que se refere ao Credinâmico, com acesso pela Internet,



uma modificação do processo, e a diretoria entendeu fazer o contrato com a empresa PAR e, obviamente, operacionalizar essa nova modalidade via Internet, com a interface que a empresa estava fornecendo. Esse processo está em vias de ser internalizado. Já está em processo de internalização. Então, em breve, no que se refere a essa questão, nós não teremos mais contatos com o Grupo PAR.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - E o Sr. Júlio Neves participa desse...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O Sr. Júlio Neves participa de uma outra empresa chamada PAR Facilities, que foi contratada por alguns condomínios da fundação.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas é do mesmo grupo da anterior.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não. Não pertencia ao mesmo grupo. Entrou depois no grupo. Mas inicialmente, quando esse grupo ofereceu esses serviços para os serviços de operações do Credinâmico, que são operações de empréstimo ao participante, o Sr. Júlio Neves não fazia parte do Grupo PAR.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - O senhor não acha muito estranha essa relação da FENAE, por exemplo? O ex-Presidente da FENAE, Pedro Eugênio, é um dos sócios do PAR, que tem uma relação com o FUNCEF. (*Palmas.*) Parece que sai de um, monta uma estrutura e depois passa para o FUNCEF e passa também a fazer os mesmos envolvimento, as mesmas negociações. É uma negociação meio estranha, o senhor não acha?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já esgotou o tempo da Deputada. Peço que vá direto para a resposta.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu vou dizer que a nossa possui — a federação nossa, porque sou funcionário da Caixa —, possui esse braço comercial. E esse braço comercial atua em várias atividades, atua em área de corretores de seguros. Tem em empresas em que essa companhia, ao longo do tempo, veio atuando. Agora mesmo abriu o capital da corretora, numa operação super bem sucedida, enfim.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Todas essas operações são discutidas de uma forma transparente junto...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - O tempo já se esgotou, Deputada, peço a colaboração.



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, V.Exa. é muito benevolente. Eu quero agradecer a V.Exa. e cumprimentá-lo pela condução brilhante dos trabalhos desta CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Obrigado. Muito grato. (Palmas.)

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu não... Faltou a questão do voto de Minerva que V.Exa. me perguntou. Quero dizer a V.Exa. que o voto de Minerva, no que se refere ao conselho deliberativo, ele é determinação legal por lei complementar estabelecida por esta Casa, no caso do conselho deliberativo, e, quando nós atualizamos o nosso estatuto para também eleger os membros da diretoria executiva, esse mecanismo do voto de Minerva foi incorporado ao colegiado da diretoria executiva.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Que é do patrocinador.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Que é do patrocinador. Nós temos hoje...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Mas não era usado, só foi usado recentemente...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Foi...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agora já era. Agora já era. Pode ir direto à resposta. Concluiu a resposta?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, falta a última.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Só mais uma, Sr. Presidente.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Os cálculos do déficit, eles estão sendo, Deputada Eliziane...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Pois não.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ...eles estão sendo preparados neste ano com todo o cuidado com os nossos técnicos, os nossos atuários, eles terão que passar por instâncias — diretoria executiva, conselho deliberativo, Caixa Econômica Federal e, por fim, PREVIC —, e só então nós vamos divulgar esses números para os participantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Como já foi dito aqui.



**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Pode ser que aconteça em abril.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Agradeço, à Deputada...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Não, não, não. Antes.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Ou seja, vai pagar antes?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - É porque Caser gosta de responder. Eu agradeço, mas Caser gosta de responder.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Vai pagar antes de abril de 2016?

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sr. Presidente, Deputado Pompeo de Mattos.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Obrigada, Sr. Presidente. Muito obrigada.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Se V.Exa. me permite, eu...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu passo a palavra a V.Exa. no final.

Eu aguardo para ver se levantariam uma questão, e não foi levantada. Um caso específico me chamou a atenção, e eu gostaria da contribuição do Dr. Caser com relação a duas coisas: neste organograma, DIATI, DIBEN, DIPAR, DIPEC, DIRIN são intermediárias dos investimentos da FUNCEF? Qual o papel que elas exercem, essas que estão em negrito aqui?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Tá.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Essa é uma pergunta.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O nosso nobre Relator nos traz aqui, é pena que eu não... Desculpe, Presidente. Nosso nobre Presidente nos traz aqui o organograma da FUNCEF. Então nós temos em cima...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, eu quero saber dessas intermediárias.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Dessas intermediárias. DIATI cuida da parte de administração e TI.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - DIBEN, exclusivamente da arrecadação, concessão, cálculos e manutenção de benefícios e operações com participantes. Então, os empréstimos também estão aqui na Diretoria de Benefícios. A DIPAR cuida de investimentos imobiliários e investimentos em participações, os chamados FIPs, participações em empresas. A DIPEC é a área de controladoria, toda a parte de *back office*, de risco, de contabilidade, de *compliance*, o que mais? Acho que é isso. E planejamento estratégico. E a DIRIN, que é a Diretoria de Investimentos, cuida basicamente de entrada de novos negócios, no que se refere que desde que não sejam com lastro imobiliário, e cuida da renda fixa e da renda variável.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E a composição dela é por eleição, por nomeação, por designação da Presidência?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A DIATI, a DIBEN e a DIPAR são eleitas... Não, não, mintos: a DIATI, DIBEN e DIPEC são eleitas pelos participantes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Certo.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Mandato de 4 anos, podendo renovar por mais 4. A DIPAR, participações e...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Imobiliário.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ...e imobiliário, a DIRIN, investimentos imobiliários e participações, e a Presidência são indicações da patrocinadora.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então quer dizer que a patrocinadora, a Caixa Econômica, além de indicar a Presidência, tem indicação exclusiva para a Diretoria das participações, que são dos fundos, dos FIPs...

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E dos negócios imobiliários.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Dos negócios imobiliários.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quer dizer, ela é quem encaminha para a Presidência os pareceres sobre esses negócios.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Para o colegiado.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Para o colegiado. Muito bem.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Pela ordem.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Dentro dos FIPs trazidos lhe vem à mente o FIP Cevix. O FIP Cevix me chamou a atenção por ser um caso muito específico, Presidente. Eu quero a sua colaboração para entender, porque alguma dúvida ficou. O valor patrimonial do Cevix era 173 milhões de reais. Esse é o histórico que nós temos. Após a avaliação econômica, financeira da Upside, uma empresa de avaliação, essa empresa saltou de 173 milhões de reais da sua avaliação patrimonial para 1 bilhão e 42 milhões de reais.

O que chama a atenção é que a Cevix não é uma empresa de capital aberto. Então, pela legislação brasileira, não poderia haver investimento dos fundos em empresa de capital fechado, que foi o que a Cevix fez, uma manobra que a legislação permite, criou um FIP Cevix. Só que no FIP Cevix a Caixa ou o FUNCEF só pode entrar com 25% desses investimentos, 25% de 173 milhões era um valor pequeno. Mas, de repente, com esse salto para 1 bilhão e 42 milhões, a Caixa integralizou o FUNCEF, fez o aporte de 260 milhões para ter direito a 25% do patrimônio desse fundo, que, antes era 173 milhões, 100%. Ou seja, 173 milhões era 100%, a empresa, que era de capital fechado, criou um FIP, o patrimônio dela foi avaliado pela Upside, que passaria a valer 1 bilhão e 42 milhões, e aí, com 260 milhões a Caixa, o FUNCEF ficou apenas com 25%. Aí me pareceu suspeito. Eu pergunto: essa Cevix de onde é? O que será ela? E me chamou a atenção, Deputado Darcísio Perondi, Deputado Pompeo de Mattos. Eu acho que o Presidente tem a informação de quem compõe a Cevix, as empresas.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - A Cevix é do mesmo Grupo Jackson — Desenvix, Cevix, Ecovix. É a mesma, a mesma. Vamos dizer assim, os donos desses fundos são... É o Grupo Jackson. É o mesmo.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - E os da Engevix onde é que estão hoje? O senhor sabe? *(Risos.)* Faça o favor e responda. Sabe onde é que eles estão hoje?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Um deles eu sei que está na cadeia, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Muito bem.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Na cadeia.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Esses indícios são suspeitos. Então, a pergunta. Eu queria fazer o histórico aqui para que pudesse chegar à pergunta. Vejam também uma outra coisa muito curiosa. No contrato da Upside, que é a empresa que fez a avaliação patrimonial de 173 milhões para 1 bilhão e 42 milhões, no FIP, e o FUNCEF adquiriu 25%, no item 3.4.3 do contrato, ela diz: a própria Upside, em seu laudo de avaliação, estabelece que nenhuma informação ou opinião constante neste relatório pode ser considerada como base para qualquer contrato, acordo ou recomendação de compra. Ou seja, ela faz a avaliação e depois diz: não use isso para fazer qualquer contrato. (*Palmas.*)

É estranho. Aí há um grande histórico aqui, não vou decorrer sobre ele, podemos depois até mandar por escrito. Mas a pergunta é exatamente esta: é do conhecimento de V.Sa. qual foi a consultoria ou empresa contratada para fazer a avaliação patrimonial da Cevix, que acabou — e essa resposta, eu acabei já trazendo o histórico — por elevar o patrimônio da Cevix de 173 milhões para 1 bilhão? Foi a Upside.

Eu gostaria de saber se tem, na informação... E, se não tiver agora, acho difícil até que eu tenha, mas, nos seus arquivos com certeza terá, a composição societária da Upside. Eu gostaria que a Dra. Lucimara tomasse nota para dentro dos arquivos e dos contratos ver especificamente.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu estou com alguns dados aqui da FIP Cevix, mas os números que V.Exa., Sr. Presidente, está citando, não batem com os números que eu tenho aqui. Então, eu vou ter que dever...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Então vamos fazer um encontro de contas aqui.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Então eu vou ter que dever... eu vou ter que encaminhar esse processo para o senhor de uma forma mais detalhada. Inclusive posso, se V.Exa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pois não, pode falar.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Todos virão, mas talvez, no caso dos investimentos que foram feitos com o Grupo Jackson, seria importante um detalhamento maior de quais foram os *advisors* que participaram, etc., etc.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Exato.



Só para lhe informar, já que temos informações que são divergentes, as minhas são baseadas aqui nesta questão... Identifica-se que modificaram... Nós temos aqui, Presidente, até porque se constatou, temos o número de uma fiscalização sobre análise de risco feita pela FUNCEF em fiscalização realizada pela PREVIC em 2014. O órgão relatou melhorias nos pareceres, mas descreveu que não ficou evidente se os gestores levam em consideração os apontamentos das áreas técnicas no momento de investir, já que, mesmo com os riscos apontados, os investimentos foram realizados, conforme relatório de fiscalização.

Peço que tome nota, Dra. Lucimara: Relatório de Fiscalização nº 005/2014/CFDF/PREVIPC.

Então, eu não tenho esses dados do relatório, por isso estou colhendo as informações, para contribuir para que a gente possa fazer esse encontro de contas.

Você tem a informação de quem apresentou a oportunidade de investimento à FUNCEF?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - O próprio Grupo Jackson.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Através do Dr. Gerson Almada?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Eu não me lembro exatamente se foi através do Dr. Gerson Almada ou se foi através do sócio dele, o Sr. José Antunes.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Pode ter sido um dos dois.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Pode ter sido um dos dois, eu não me lembro exatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - É que na... E aqui eu não estou me eximindo de qualquer responsabilidade, Sr. Presidente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Não, é natural.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ... mas, na época desses investimentos, eu era Diretor de Benefícios. Os investimentos entram sempre pela área de investimentos, claro, então às vezes o contato, quem esteve lá inicialmente e tal, eu não tenho isso de memória.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - O senhor não era Presidente, então, nessa época?



**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Na época em que esses investimentos foram feitos, eu não era...

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Era Diretor de Benefícios, cuidava dos benefícios dos participantes?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - ... eu não era Presidente. Mas, nobre Deputada Erika, é só uma questão de lembrança. Provavelmente, um dos sócios da Jackson procurou a Fundação. Como eu já disse aqui, nós somos procurados diuturnamente, para apresentação de qualquer investimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Não é criminalizando. A minha informação é saber se foram especificamente os que hoje estão presos.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Exato. Exatamente. Eu não saberia dizer se foi o Sr. Gerson Almada, se foi o Sr. José Antunes... E há um terceiro sócio. Se não me falha a memória... Cristiano Kok. São três sócios do Grupo Jackson. Então, eu não sei qual dos três à época esteve presente à FUNCEF apresentando esse investimento. Mas a gente...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Exato. Eu estou solicitando os documentos porque inclusive a avaliação que temos é de que para esse investimento foi dispensada a avaliação do corpo diretivo responsável pelo investimento. Ou seja, a informação que se tem é que, à época da entrada no investimento, a Fundação não adotou o procedimento de análise do corpo diretivo, tal como executivos-chave, acionistas cotistas, para identificar possíveis ingerências sobre a governança corporativa da empresa ou do Fundo, em 2009.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sim.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Acredito que os documentos que serão trazidos ajudarão a Presidência e a Relatoria a esclarecer esses fatos.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Sem dúvida, Sr. Presidente.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente...

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Peço a palavra pela ordem, Presidente. Deputada Eliziane.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Pompeo de Mattos, por 30 segundos, depois a Deputada Eliziane Gama, por outros 30 segundos.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Presidente, eu quero cumprimentar V.Exa. pela parcimônia, pelo equilíbrio com que V.Exa. tem tocado esta CPI. Eu quero dizer que V.Exa., em brigas aqui deste e daquele partido, está sendo, assim, um magistrado. Eu precisava lhe fazer este elogio.

E quero, nesta interferência muito rápida aqui, dizer que nos ouvem lá fora. E eu fiz uma pergunta, e outros fizeram, mas parece que não ficou bem claro, então eu quero permitir que o Dr. Caser possa...

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se ele quiser responder... V.Exa. tem 30 segundos para fazer a pergunta.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - A FUNCEF investiu na Sete Brasil 1,4 bilhão, a mesma coisa que a PETROS. O Sr. Pedro Barusco era gerente da PETROBRAS, onde tem a PETROS, e virou Diretor da Sete Brasil. Depois, na ação, ele devolveu ao Juiz Moro 100 milhões de dólares. Não se sabe se esse dinheiro é da PETROBRAS ou se é da Sete Brasil. Se for da Sete, pode estar lá o dinheiro da FUNCEF. Como o senhor vê essa situação e qual a atitude que a FUNCEF vai tomar em relação ao Pedro Barusco?

E uma sugestão. Na PREVI, parece-me, não tenho certeza, que não tem o voto de Minerva, são dois terços para se tomar uma decisão, tem que ter uma maioria qualificada. São dois terços para tomar uma definição sobre um investimento, enquanto na FUNCEF, se empatou, um decide. Não é mais seguro ter dois terços para decidir investimentos importantes como é na PREVI.

Era essa a contribuição que eu queria dar.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Rapidamente, tem a palavra a Deputada Eliziane Gama, se ainda tiver alguma contribuição.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Sr. Presidente, na verdade, eu queria primeiramente pedir à sua assessoria que se lembrasse da questão das atas que nós solicitamos.

A outra questão, Sr. Presidente — eu quero fazer uma pergunta ao senhor, para o senhor fazer a ele, se eu não puder mais fazer diretamente —, é a questão da JG Participações e da Capinambá Participações. Pelas informações que nós temos, são empresas de biocombustível que atuam no Estado do Maranhão, meu



Estado, e que teriam recebido da FUNCEF um aporte da ordem de 57 milhões de reais em investimentos, mas que teve agora o seu capital reduzido a zero.

Eu queria saber se o senhor tem informações sobre isso e se realmente essa informação é correta ou não.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Se quiser, pode nos passar por escrito.

Por último, Deputado Rocha.

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Rapidamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Quero só retomar os nomes das empresas.

**A SRA. DEPUTADA ELIZIANE GAMA** - Capinambá Participações e JG Participações, empresas de biocombustível.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Por escrito, ele passará.

**O SR. DEPUTADO ROCHA** - V.Exa. requereu a composição societária do Grupo Jackson. Envie também para a CPI a composição societária, caso tenha, do Grupo PAR.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Do Grupo PAR e da Upside, que eu pedi, se estiver nos arquivos.

Agradeço a todos.

Sobre a questão do Pedro Barusco, o Dr. Caser vai responder rapidamente aquilo que ele já respondeu aqui, Deputado, que ações judiciais estão sendo providenciadas.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Já tem protocolada?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Já, já tem ações judiciais da companhia contra o Sr. Pedro Barusco.

**A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY** - Sr. Presidente, apenas diga como vai ser a próxima semana.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Vou trazer isso agora.

**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Qual é a resposta?

**O SR. CARLOS ALBERTO CASER** - Deputado Pompeo, já tem ação da companhia contra os ex-administradores Ferraz e Pedro Barusco.



**O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS** - Sim, está bem.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Efraim Filho) - Eu agradeço as palavras ao Deputado Pompeo.

Sobre a minha tolerância, já estou no nono ano como Deputado, já participei de várias CPI e sei o que é quando a chega aqui às 9h30min ou 10 horas e às vezes ficamos até às 15 horas, para poder fazer uma pergunta, nos dão 3 minutos e nós não temos tempo de concluí-la. Então, é desgastante fisicamente, eu sei, mas eu respeito ao papel desempenhado aos Parlamentares que esperaram tanto fala mais alto.

A pedido da Deputada Erika Kokay, na terça-feira, a partir das 14h30min, iremos ouvir o depoimento do Presidente da PETROS e, na quinta-feira, o depoimento do Presidente da PREVI, que gentilmente abriu mão de fazer a conclusão, na tarde de hoje.

Haverá deliberação de requerimentos na quinta-feira. Começaremos pelos requerimentos. Sabe por que, Deputada Erika Kokay? Porque a deliberação de requerimentos, na hora em que começar a Ordem do Dia, 11 e pouca, a gente emenda com a audiência pública, para que a gente possa avançar.

Agradeço a presença aos aposentados, dos pensionistas e dos servidores, beneficiários. Não se pode brincar com o futuro das pessoas, não se pode tirar o dinheiro dos velhinhos, das velhinhas que estão aí, para fazer desvio. A gente tem que ter muito respeito por vocês. *(Palmas.)*

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos. Antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária, para tomar depoimento do Sr. Henrique Jäger, Presidente da Fundação PETROBRAS de Seguridade Social, PETROS, a realizar-se no dia 1º de setembro, às 14h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Está encerrada a presente reunião.